



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2021

RELATÓRIO DE GESTÃO

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS E ORÇAMENTAIS & ANEXOS

abril 2022



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

Em cumprimento do disposto na Lei de Enquadramento Orçamental e com observância da Instrução n.º 1/2019 - PG — Prestação de contas entidades sujeitas à jurisdição e aos poderes de controlo do Tribunal de Contas — publicada em 6 de março de 2019 no Diário da República, 2.ª série, n.º 46, Parte D, apresenta-se o Relatório de Gestão, assim como as Demonstrações Financeiras, as Demonstrações Orçamentais e respetivos Anexos, referente ao exercício económico findo em 31 de dezembro de 2021.

Juiz Conselheiro Presidente

Juiz Conselheiro

Juíza Conselheira

Secretária-Geral

Diretora do DAF



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ÍNDICE

| | |
|--|-----------|
| RELATÓRIO DE GESTÃO | 7 |
| 1. ENQUADRAMENTO E ESTRUTURA ORGANIZATIVA | 7 |
| 2. ATIVIDADE DESENVOLVIDA | 8 |
| 3. GESTÃO PATRIMONIAL | 9 |
| 3.1. INSTALAÇÕES | 10 |
| 3.2. PARQUE DE VIATURAS | 11 |
| 3.3. EQUIPAMENTOS | 12 |
| 4. GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS | 13 |
| 4.1. EFETIVOS EM 31 DE DEZEMBRO | 13 |
| 4.2. MOVIMENTOS DE PESSOAL | 14 |
| 4.3. FORMAÇÃO PROFISSIONAL | 14 |
| 5. GESTÃO ORÇAMENTAL | 15 |
| 5.1. ENQUADRAMENTO | 15 |
| 5.2. FINANCIAMENTO (ORIGEM DE FUNDOS) | 15 |
| 5.3. EXECUÇÃO (APLICAÇÃO DE FUNDOS) | 18 |
| 5.4. CONTINGÊNCIA COVID-19 | 23 |
| 5.5. APURAMENTO DE SALDOS | 24 |
| 6. ANÁLISE DO BALANÇO E DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | 25 |
| 6.1. BALANÇO | 25 |
| 6.2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS | 28 |
| 7. ACONTECIMENTOS APÓS DATA DE BALANÇO | 32 |
| 8. ACONTECIMENTOS FUTUROS | 32 |
| 9. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS | 32 |
| 10. OUTRAS INFORMAÇÕES | 33 |
| DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | 35 |
| 1. BALANÇO | 35 |
| 1.1. ATIVO | 35 |
| 1.2. PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO | 36 |
| 2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA | 37 |
| 3. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO | 38 |
| 4. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA | 39 |



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

| | |
|---|-----------|
| ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | 42 |
| 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO | 42 |
| 1.1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO | 42 |
| 1.2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | 47 |
| 2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS | 48 |
| 2.1. BASES DE MENSURAÇÃO | 48 |
| 2.2. OUTRAS POLÍTICAS RELEVANTES | 50 |
| 2.3. JULGAMENTOS (EXCETUANDO OS QUE ENVOLVEM ESTIMATIVAS) | 52 |
| 2.4. PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO | 53 |
| 2.5. PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS | 53 |
| 3. ATIVOS INTANGÍVEIS | 54 |
| 3.1. ATIVOS INTANGÍVEIS GERADOS INTERNAMENTE E OUTROS | 54 |
| 5. ATIVOS TANGÍVEIS | 56 |
| 5.1. ATIVOS TANGÍVEIS GERADOS INTERNAMENTE E OUTROS | 56 |
| 5.6. OUTRAS DIVULGAÇÕES DE ATIVOS TANGÍVEIS | 60 |
| 6. LOCAÇÕES | 60 |
| 6.2. LOCAÇÕES OPERACIONAIS - LOCATÁRIOS | 60 |
| 9. IMPARIDADE DE ATIVOS | 61 |
| 13. RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO | 61 |
| 14. RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO | 62 |
| 14.1. DIVULGAÇÃO DAS CLASSES DE RENDIMENTOS SEM CONTRAPRESTAÇÃO | 62 |
| 17. ACONTECIMENTOS APÓS DATA DE BALANÇO | 62 |
| 18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS | 63 |
| 18.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E BASES DE MENSURAÇÃO | 63 |
| 18.2. ATIVOS FINANCEIROS E PASSIVOS FINANCEIROS | 63 |
| 19. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS | 64 |
| 19.1. BENEFÍCIOS DEFINIDOS | 64 |
| 20. PARTES RELACIONADAS | 65 |
| 20.6. PESSOAS CHAVE DA GESTÃO | 65 |
| 21. RELATO POR SEGMENTOS | 65 |
| 23. OUTRAS DIVULGAÇÕES | 66 |
| 23.1. ATIVO | 66 |
| 23.2. PATRIMÓNIO LÍQUIDO | 66 |
| 23.3. PASSIVO | 68 |
| 23.4. GASTOS E RENDIMENTOS | 69 |
| 23.5. COVID-19 | 71 |



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS73

| | |
|---|-----------|
| 1. DEMONSTRAÇÕES PREVISIONAIS | 73 |
| 2. ORÇAMENTO E PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL | 73 |
| 3. ORÇAMENTO INICIAL DA RECEITA | 73 |
| 4. ORÇAMENTO INICIAL DA DESPESA..... | 75 |
| 5. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS..... | 76 |
| 6. DEMONSTRAÇÃO DE RELATO INDIVIDUAL | 76 |
| 6.1. DEMONSTRAÇÃO DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL..... | 76 |
| 6.2. DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA | 79 |
| 6.3. DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA..... | 80 |
| 6.4. DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS..... | 81 |

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS 83

| | |
|---|-----------|
| 1. ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA RECEITA | 83 |
| 2. ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA..... | 84 |
| 3. ALTERAÇÕES AO PLANO ANUAL DE INVESTIMENTOS | 86 |
| 4. OPERAÇÕES DE TESOURARIA | 86 |
| 5. CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA – SITUAÇÃO DOS CONTRATOS | 87 |
| 6. CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA – FORMA DE ADJUDICAÇÃO | 90 |
| 7. TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS – DESPESA | 90 |
| 8. TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS - RECEITA..... | 91 |
| 9. OUTRAS DIVULGAÇÕES | 92 |
| 9.1. COMPROMISSOS PLURIANUAIS..... | 92 |
| 9.2. DÍVIDAS POR ANTIGUIDADE DE SALDO | 93 |



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2021

RELATÓRIO DE GESTÃO



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

RELATÓRIO DE GESTÃO

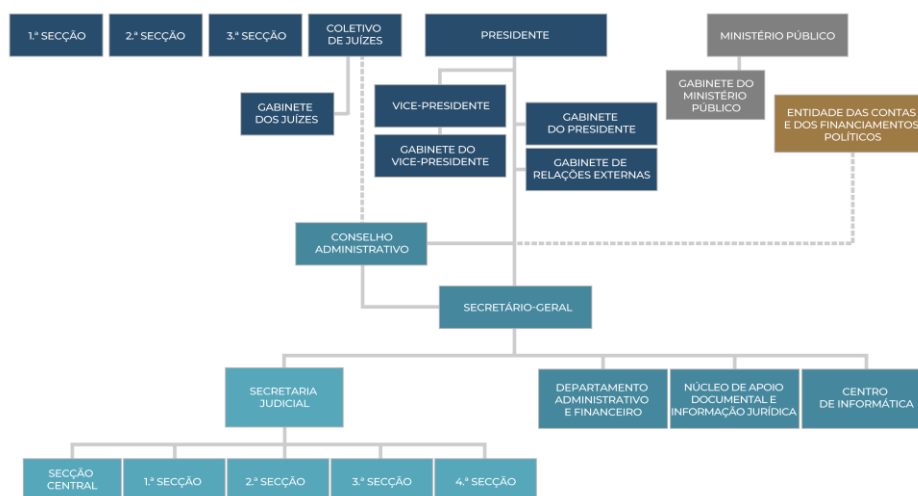
Nos termos do disposto no artigo 52.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 20/2015, de 9 de março, e subsequentemente alterada pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro (Lei da Organização e Processo do Tribunal de Contas), e do disposto na Resolução n.º 2/2020 – 2.ª Secção, de 3 de dezembro, do Tribunal de Contas, publicada em 23 de dezembro de 2020 no Diário da República, 2.ª série, n.º 248, Parte D, o Tribunal Constitucional obteve anuência para apresentar a Conta de Gerência de 2021 até 30 de abril de 2022.

1. ENQUADRAMENTO E ESTRUTURA ORGANIZATIVA

O Tribunal Constitucional é um órgão de soberania. Entre as suas competências sobressai a fiscalização da constitucionalidade de normas jurídicas, pela dimensão que ocupa na sua atividade.

O Tribunal Constitucional goza de autonomia administrativa e financeira e dispõe de orçamento próprio, competindo ao Conselho Administrativo a gestão financeira corrente e a elaboração do projeto de orçamento para a aprovação do Tribunal e subsequente envio ao Governo.

O Tribunal Constitucional tem na sua dependência administrativa e financeira a Entidade das Contas e Financiamentos Políticos e a Entidade para a Transparência – em processo de instalação – classificadas nas respetivas leis orgânicas como órgãos independentes a funcionar junto do Tribunal.





TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

Os serviços do Tribunal Constitucional, salvo os Gabinetes, são dirigidos pelo Secretário-Geral, sob a supervisão do Presidente do Tribunal.

A secretaria judicial, dirigida por um secretário de justiça, que chefia também a secção central, compreende essa secção e quatro secções de processos (existindo presentemente apenas três).

Os serviços de apoio incluem o Gabinete do Presidente (com assessores e secretárias pessoais, dirigidos por um chefe de gabinete), o Gabinete do Vice-Presidente, o Gabinete dos Juízes, o Gabinete do Ministério Público (com assessores e secretárias pessoais) e, na parte administrativa, o Departamento Administrativo e Financeiro (que também é responsável pelos recursos humanos, património e contratação pública), o Núcleo de Apoio Documental e Informação Jurídica (responsável pela organização da biblioteca, do arquivo e da base de jurisprudência constitucional e pela publicação das decisões do Tribunal) e o Centro de Informática (responsável pelo planeamento e gestão dos sistemas informáticos do Tribunal), dirigidos pelos respetivos diretores de serviços.

2. ATIVIDADE DESENVOLVIDA

Em 2021, o movimento processual no Tribunal Constitucional teve a seguinte expressão estatística agregada: 1369 processos entrados; 1179 processos findos; 717 processos pendentes, 105 dos quais a aguardar trânsito até 31 de dezembro desse ano.

A Secretaria Judicial é responsável pela tramitação dos processos, competindo-lhe também a liquidação das custas e multas, cujo valor de cobrança, no ano em referência, foi 826.585,36 euros, montante que inclui 122.297,82 euros de receitas próprias de exercícios anteriores que estavam por reconhecer.

A atividade do Departamento Administrativo e Financeiro, com competências nas áreas financeira, orçamental, de gestão de recursos humanos, de gestão patrimonial e da contratação pública, obedece aos objetivos operacionais definidos no Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR), sem prejuízo da resposta às necessidades dos serviços. O detalhe da sua atividade encontra-se refletido nos capítulos deste relatório relativos à gestão.

O Núcleo de Apoio Documental e Informação Jurídica (NADIJ), pese embora os constrangimentos resultantes da pandemia, continuou a assegurar a sua atividade de tratamento de informação jurídica e de atualização da base de jurisprudência e manteve a



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

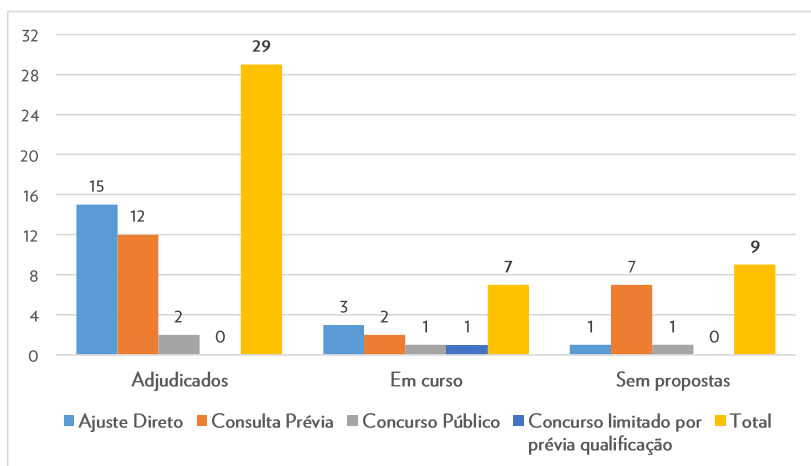
biblioteca disponível aos seus utilizadores (internos e externos).

O Centro de Informática, a par com a sua atividade regular, no contexto da situação pandémica, continuou a desenvolver e a concretizar configurações de hardware e de software indispensáveis à introdução da modalidade de teletrabalho no Tribunal e na Entidade das Contas e Financiamentos Políticos.

O Gabinete de Relações Externas, que funciona na dependência do Presidente, desenvolveu a sua atividade essencialmente nas áreas de relacionamento com outras instituições, nacionais e estrangeiras, de divulgação da informação sobre o Tribunal e de atendimento dos órgãos de comunicação social. Apesar do contexto pandémico e dos constrangimentos a ele associados, que não permitiram ainda a realização de todos os eventos, em modelo presencial, foram retomadas algumas atividades institucionais e internacionais, respeitando as regras e recomendações das autoridades de saúde. No plano internacional, destacam-se a visita realizada a Karlsruhe, ao Tribunal Constitucional da Alemanha, e a visita de uma delegação do Tribunal Constitucional da Indonésia, para uma reunião de trabalho bilateral, em Lisboa, com vista a discutir algumas questões da Conferência Mundial, que se realizará em 2022 e na qual o Tribunal estará representado. No plano institucional, retomaram-se algumas atividades de representação do Tribunal, assim bem como as visitas ao Tribunal, suspensas no ano anterior. Foram ainda retomados outros eventos anteriormente cancelados, tais como os Jardins Abertos.

3. GESTÃO PATRIMONIAL

Em 2021, realizaram-se 45 procedimentos de contratação pública, assim distribuídos:





TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

Sublinha-se que um dos procedimentos em curso, de concurso limitado por prévia qualificação, refere-se à aquisição da plataforma eletrónica para a entrega da declaração única de rendimentos, património e interesses da Entidade para a Transparência (EpT) e que 4 dos 9 sem proposta correspondem à concessão da exploração da Cafetaria do Tribunal Constitucional.

3.1. INSTALAÇÕES

3.1.1. Sede do Tribunal Constitucional

O Tribunal Constitucional tem a sua sede no Palácio Ratton, na Rua de “O Século”, n.º 111, em Lisboa, que foi adquirido pelo Estado em 1982 para, depois de algumas obras de adaptação, instalar o Tribunal.

Em 1999, as instalações foram ampliadas com a construção de um novo edifício de 3 pisos, “Edifício Novo”, e em 2009 é inaugurado o Auditório, uma sala polivalente com capacidade para cerca de 100 lugares sentados e infraestruturas para a realização de apresentações multimédia.

Após a execução da obra de remodelação da cozinha – área localizada na cave do Palácio Ratton que se encontrava devoluta –, que incluiu o corredor de acesso, o sistema de drenagem de esgotos circundantes e a renovação de uma casa de banho, procedeu-se à instalação da Cafetaria, um espaço com condições de conforto para refeições e que favorece também o convívio entre todos os seus trabalhadores.

Assinala-se também a recuperação da estufa, cuja estanquidade foi alcançada através da substituição dos planos transparentes em acrílico e da revisão de juntas e pintura dos elementos estruturais em aço.

Enquanto operação essencial para a conservação das instalações, regista-se, pela continuidade, o resultado alcançado com os trabalhos de manutenção nas zonas que apresentam infiltrações e na limpeza do sistema de drenagem, ações que têm vindo a demonstrar uma regressão na evolução da degradação dos três edifícios, Palácio Ratton, Anexo e Auditório/garagem.



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

Atentas as necessidades prementes de conservação do Palácio Ratton e as limitações orçamentais, foram instalados doze novos aparelhos de AVAC, por substituição de equipamentos obsoletos, no âmbito de um novo contrato de aquisição e manutenção:

- no piso térreo, dois equipamentos instalados na sala de apoio à Secretária-Geral e ao Departamento Administrativo e Financeiro;
- no primeiro piso, três equipamentos instalados nas duas salas de apoio e secretariado da Presidência e da Vice-Presidência e no gabinete da Chefe do Gabinete;
- no segundo piso, sete equipamentos instalados em três gabinetes de juízes conselheiros, em três salas de secretariado e um localizado na zona de apoio operacional.

3.1.2. Sede da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos

As instalações da ECFP – desde 26 de setembro de 2019, na Rua Julieta Ferrão, n.º 10, 10.º piso, 1600-131 Lisboa –, no ano de 2020, exigiram os regulares serviços de limpeza, de manutenção e de segurança.

3.2. PARQUE DE VIATURAS

Apesar de o estado de obsolescência do parque de viaturas do Tribunal Constitucional – 19 veículos, 5 inoperacionais com despacho de autorização para executar o abate, em média com 19 anos, exceto 2, e quilometragem superior a 285 mil Km – não permitir criar um plano estruturado de manutenção regular, as reparações de anomalias detetadas ou de ocorrências imprevistas têm vindo a restabelecer as condições de funcionamento e de utilização das viaturas.

Em paralelo, realizou-se um procedimento pré-contratual para a locação de 2 viaturas elétricas, por 36 meses, que não obteve qualquer proposta por parte dos concorrentes devido ao prazo de entrega e às condições de pagamento constantes do caderno de encargos. As empresas fizeram saber não poderem comprometer-se com entregas em prazo inferior a 180 dias, devido à pressão da procura e aos atrasos que se registam na produção, como consequência da escassez de matérias-primas disponíveis – nomeadamente lítio e cobalto – e de semicondutores, e, ainda, por o método e o prazo de pagamento não serem os habituais.



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

3.3. EQUIPAMENTOS

No decorrer do ano de 2021, o Tribunal Constitucional realizou aquisições no total de 166.195,55 euros, dos quais 138.709,74 euros respeitam a Ativos Fixos Tangíveis e 27.485,81 euros a Ativos Intangíveis.

Nos Ativos Fixos Tangíveis destaca-se o investimento em equipamento informático no montante de 43.336,74 euros para, nomeadamente, dotar o Tribunal com hardware para garantir a prestação de trabalho em regime de teletrabalho e a substituição de aparelhos de ar condicionado no montante de 22.688,58 euros.

Os Ativos Intangíveis correspondem a renovações de licenças de software e certificados digitais (8.482,31 euros) e a serviços de consultoria prestados no âmbito da implementação da plataforma eletrónica da Entidade para a Transparência (EpT) para a entrega da declaração única de rendimentos, património e interesses, no montante de 15.313,50 euros.

O Tribunal Constitucional avançou em 2021 para a gestão informatizada de documentos. Pela primeira vez, os serviços dispõem de uma plataforma comum de registo de correspondência e de trabalho colaborativo. Com a implementação do gestor documental procedeu-se à configuração das funcionalidades – organização e arquivo – com o objetivo de abranger todos os procedimentos e operações referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivo, de forma a garantir que nenhuma informação é perdida e de assegurar uma pesquisa de recuperação de documentos imediata e intuitiva.

Procedeu-se ao registo de 178 autos de abate, referente a diversos equipamentos informático (computadores e impressoras) e a equipamentos de escritório.



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

4. GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

O mapa de pessoal para 2021 foi aprovado em sessão plenária do Tribunal Constitucional em 18/08/2020.

4.1. EFETIVOS EM 31 DE DEZEMBRO

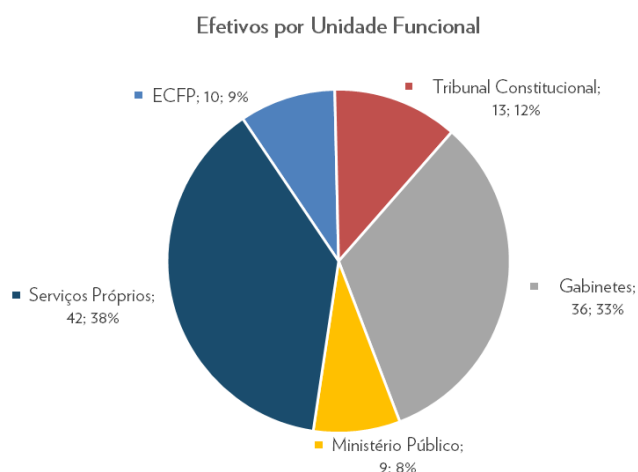
No final de 2021, o universo de efetivos no Tribunal Constitucional era de 110 trabalhadores, dos quais 61 eram do género feminino e 49 do género masculino, representando, respetivamente, 55% e 45%.

| Cargo/Categoria | Total | Plenário de Juízes | | Gabinetes | | Ministério Público | | Serviços Próprios | | Entidade das Contas | | Total |
|----------------------------------|------------|--------------------|----------|-----------|-----------|--------------------|----------|-------------------|-----------|---------------------|----------|------------|
| | 2020 | H | M | H | M | H | M | H | M | H | M | 2021 |
| Juiz Conselheiro | 13 | 9 | 4 | | | | | | | | | 13 |
| Procurador-Geral Adjunto | 3 | | | | | 3 | | | | | | 3 |
| Chefe Gabinete | 1 | | | | 1 | | | | | | | 1 |
| Assessor de Gabinete | 23 | | | 9 | 10 | 1 | 2 | | | | | 22 |
| Especialista de Gabinete | 3 | | | | 1 | | 1 | 1 | | | | 3 |
| Secretária Pessoal | 11 | | | | 9 | | 2 | | | | | 11 |
| Dirigente Superior de 1.º grau | 2 | | | | | | | | 1 | | 1 | 2 |
| Dirigente Superior de 2.º grau | 2 | | | | | | | | | 1 | 1 | 2 |
| Dirigente Intermédio de 1.º grau | 3 | | | | | | | 1 | 2 | | | 3 |
| Assessor NADIJ | 1 | | | | | | | 1 | | | | 1 |
| Técnico Superior | 18 | | | | 2 | | | 3 | 5 | 1 | 2 | 13 |
| Coordenadora Técnica | 2 | | | | | | | | 2 | | | 2 |
| Técnico Informática | 1 | | | | | | | 2 | | | | 2 |
| Assistente Técnico | 8 | | | | | | | | 4 | | 2 | 6 |
| Assistente Operacional | 13 | | | 2 | 2 | | | 6 | 1 | 1 | | 12 |
| Oficial de Justiça | 12 | | | | | | | 8 | 5 | | 1 | 14 |
| Total | 116 | 9 | 4 | 11 | 25 | 4 | 5 | 22 | 20 | 3 | 7 | 110 |



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

Os 110 efetivos encontram-se distribuídos por unidades funcionais conforme se apresenta no gráfico seguinte:



4.2. MOVIMENTOS DE PESSOAL

Relativamente à rotatividade de pessoal durante o ano de 2021, foram registadas 28 entradas (1 da ECFP) e 33 saídas (6 da ECFP), de que resulta uma taxa de reposição ou cobertura de 85% explicada, essencialmente, pela diminuição de recursos humanos, em particular na Entidade das Contas e Financiamentos Políticos.

4.3. FORMAÇÃO PROFISSIONAL

O Plano de Formação para 2021 foi elaborado e aprovado por despacho, de 26/04/2021, da Secretária-Geral. Concretizaram-se 16 ações de formação de um total de 34 planeadas, facto explicável pelo cancelamento quer por parte do organismo promotor quer pela necessidade, por conveniência de serviço, de adiamento da participação dos trabalhadores em ações definidas no Plano.



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

5. GESTÃO ORÇAMENTAL

O Tribunal Constitucional é dotado de autonomia administrativa e financeira, conferida pelo artigo 5.º da Lei n.º 28/82, de 15 de novembro – Lei de Organização, Funcionamento e Processo do Tribunal Constitucional (LTC).

5.1. ENQUADRAMENTO

O orçamento do Tribunal Constitucional – contribuinte fiscal número 600014193, com sede na Rua de “O Século”, n.º 111, em Lisboa (1249 117) – é financiado por receitas gerais do Estado e pelas suas receitas próprias.

Está integrado no Ministério 01–Encargos Gerais do Estado, com a classificação orgânica:

| | | |
|-------------|----|---|
| Secretaria: | 1 | ENCARGOS GERAIS DO ESTADO – ATIVIDADES – SFA |
| Capítulo: | 04 | TRIBUNAL CONSTITUCIONAL |
| Divisão: | 01 | TRIBUNAL CONSTITUCIONAL |
| Subdivisão | 01 | Tribunal Constitucional – Serviços Próprios (SP) |
| Subdivisão | 02 | Tribunal Constitucional – Entidade das Contas (ECP) |
| Subdivisão | 03 | Tribunal Constitucional – Entidade para a Transparência (EpT) |

O orçamento, enquadrado no Programa 001 – Órgãos de Soberania, Medida 001– Serviços Gerais da A.P. - Administração Geral, contempla duas atividades:

- Atividade 263: Atividade Judicial
Engloba as despesas de pessoal e de funcionamento dos Serviços Próprios do Tribunal (Subdivisão 01).
- Atividade 264: Controlo Financeiro e Efetivação de Responsabilidades Financeiras
Engloba as despesas da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos e da Entidade para a Transparência – órgãos independentes que funcionam junto do Tribunal Constitucional (Subdivisão 02 e Subdivisão 03).

5.2. FINANCIAMENTO (ORIGEM DE FUNDOS)

Nos termos da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro – Orçamento do Estado para 2021, as previsões corrigidas do Tribunal Constitucional totalizam 9.870.869,00 euros, sendo 91,53%



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

com origem em Receita de Impostos e 8,47% em Receita Própria. Posteriormente, foram inscritos os Saldos Transitados no montante de 1.270.735,85 euros. A receita cobrada líquida ascendeu a 7.506.021,72 euros.

| FINANCIAMENTO | 2021 | 2020 | Variação Valor | Variação % |
|-------------------------|----------------|----------------|-------------------|---------------|
| Previsões Corrigidas | 9 870 869,00 € | 9 731 983,00 € | 138 886,00 € | 1% |
| de Transferências do OE | 9 034 731,00 € | 8 895 845,00 € | 138 886,00 € | 2% |
| de Receitas Próprias | 836 138,00 € | 836 138,00 € | 0,00 € | 0% |
| Receita Cobrada Líquida | 7 650 227,49 € | 7 506 021,72 € | 144 205,77 € | 2% |
| de Transferências do OE | 6 823 086,48 € | 6 943 482,54 € | -120 396,06 € | -2% |
| de Receitas Próprias | 827 141,01 € | 562 539,18 € | 264 601,83 € | 47% |
| Saldos Transitados | 1 270 735,85 € | 1 419 834,44 € | -149 098,59 € | -11% |

Subtraindo ao montante de Saldos Transitados o valor apurado em 2020 (1.011,97 euros), obtêm-se os recursos utilizados no financiamento de um conjunto de necessidades prementes de reabilitação do Palácio Ratton.

5.2.1. Transferências do Orçamento Geral do Estado

O orçamento do Tribunal Constitucional com origem em Receitas de Impostos totalizou 9.001.288 euros, mais 1,2% comparativamente com 2020, crescimento que corresponde ao aumento do plafond de 2021. Por sua vez, o financiamento ascendeu a 6.823.086,48 euros, menos 120 396,06 euros relativamente a 2020.

| RECEITAS DE IMPOSTOS | 2021 | 2020 | Variação Valor | Variação % |
|-----------------------------|----------------|----------------|-------------------|---------------|
| Previsões Corrigidas | 9 034 731,00 € | 8 895 845,00 € | 138 886,00 € | 1,56% |
| OE 2021 | 9 001 288,00 € | 8 894 553,00 € | 106 735 € | 1,20% |
| Saldo Gerência ano anterior | 33 443,00 € | 1 292,00 € | 32 151,00 € | - |
| Transferências do OE | 6 823 086,48 € | 6 943 482,54 € | -120 396,06 € | -1,73% |

As Previsões Corrigidas com origem em fundos de Receita de Impostos totalizam 9.034.731,00 euros, com um grau de execução de 75,80%.

Considerando a repartição por capítulo de classificação da receita e subdivisões – 01: Tribunal Constitucional – Serviços Próprios (SP), 02: Tribunal Constitucional – Entidade das Contas (ECFP) e 03: Tribunal Constitucional – Entidade para a Transparência (EpT), destaca-se o peso dos órgãos independentes que funcionam junto do Tribunal Constitucional (Subdivisão 02 e Subdivisão 03) no total da fonte de financiamento Receita de Impostos (29,73%).



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

| FINANCIAMENTO | 2021 | | 2020 | | Execução | |
|---|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|----------------------|---------------|
| | Previsões Corrigidas | Receita Cobrada Liq. | Previsões Corrigidas | Receita Cobrada Liq. | Variação Valor | Variação % |
| Transferências Correntes | 8 969 122,00 € | 6 790 922,32 € | 8 533 031,00 € | 6 598 750,03 € | 192 172,29 € | 2,9% |
| Subd 01: SP | 6 301 867,00 € | 5 948 450,83 € | 6 651 280,00 € | 5 773 913,34 € | 174 537,49 € | 3,0% |
| Subd 02: ECFP | 1 501 945,00 € | 820 792,50 € | 1 148 728,00 € | 813 951,19 € | 6 841,31 € | 0,8% |
| Subd 03: EpT | 1 165 310,00 € | 21 678,99 € | 733 023,00 € | 10 885,50 € | 10 793,49 € | 99,2% |
| Transferências Capital¹ | 32 166,00 € | 32 164,16 € | 361 522,00 € | 344 732,51 € | -312 568,35 € | -90,7% |
| Subd 01: SP | 22 689,00 € | 22 688,58 € | 218 395,00 € | 218 393,86 € | -195 705,28 € | -89,6% |
| Subd 02: ECFP | 5 787,00 € | 5 785,58 € | 22 150,00 € | 5 362,00 € | 423,58 € | 7,9% |
| Subd 03: EpT | 3 690,00 € | 3 690,00 € | 120 977,00 € | 120 976,65 € | -117 286,65 € | -96,9% |
| Devolução Saldos | 33 443,00 € | 0,00 € | 1 292,00 € | 0,00 € | 0,00 € | - |
| Subd 01: SP | 33 443,00 € | 0,00 € | 1 292,00 € | 0,00 € | 0,00 € | - |
| | 9 034 731,00 € | 6 823 086,48 € | 8 895 845,00 € | 6 943 482,54 € | -120 396,06 € | -1,73% |

5.2.2. Receitas Próprias

Em conformidade com o Regime de Custas – Decreto-Lei n.º 303/98, de 7 de outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 91/2008, de 2 de junho –, em 2021, foi cobrada receita no montante de 826.585,36 euros, que inclui 122.297,82 euros de receitas próprias de exercícios anteriores que estavam por reconhecer.

| TRIBUNAL CONSTITUCIONAL | 2021 | 2020 | Variação Valor | Variação % |
|--------------------------------|-------------------|---------------------|----------------------|-------------|
| Previsões Corrigidas | 836 138,00 € | 836 138,00 € | 0,00 € | 0% |
| Receita Cobrada Líquida | 827 141,01 € | 562 539,18 € | 264 601,83 € | 47% |
| de Custas e Multas | 826 585,36 € | 560 678,02 € | 265 907,34 € | 47% |
| de Livros e Fotocópias | 28,65 € | 112,05 € | -83,40 € | -74% |
| de RAP's e RNAP's ² | 527,00 € | 1 749,11 € | -1 222,11 € | -70% |
| Diferença | 8 996,99 € | 273 598,82 € | -264 601,83 € | -97% |
| Saldos Transitados | 1 270 735,85 € | 1 419 834,44 € | -149 098,59 € | -11% |

As Previsões Corrigidas com origem em fundos de Receitas Próprias financiam a Subdivisão 01: Tribunal Constitucional – Serviços Próprios com 836.138,00 euros. Acresce a autorização inscrita no orçamento do Estado para 2021 para aplicação em despesa na Subdivisão 03: Tribunal Constitucional – Entidade para a Transparência de 646.000 euros, estes com origem

¹ O valor da Receita Cobrada Líquida de Transferências de Capital (32.164,16 euros) diverge do reforço efetuado em Outras Variações do Património Líquido (113.211 euros) [cfr. nota 23.2 do Anexo às Demonstrações Financeiras] devido à existência de aquisições de imobilizado que, sendo registadas em conformidade com o regime jurídico dos códigos de classificação económica das receitas e das despesas públicas (Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro), foram necessariamente financiadas com recursos de Transferências Correntes.

² RAP's: reposição abatida aos pagamentos; RNAP's: reposição não abatida aos pagamentos.



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

em fundos de Saldos de Receitas Próprias.

O quadro infra apresenta as Previsões Corrigidas e a Receita Cobrada Líquida repartidas por origem de fundos e subdivisões.

| FINANCIAMENTO | 2021 | | 2020 | | Execução | |
|---------------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|----------------------|---------------|
| | Previsões Corrigidas | Receita Cobrada Líq. | Previsões Corrigidas | Receita Cobrada Líq. | Variação Valor | Variação % |
| Receitas Próprias | 835 611,00 € | 826 614,01 € | 824 402,00 € | 560 790,07 € | 265 823,94 € | 47,4% |
| Subd 01: SP | 835 611,00 € | 826 614,01 € | 824 402,00 € | 560 790,07 € | 265 823,94 € | 47,4% |
| RAP's e RNAP's | 527,00 € | 527,00 € | 11 736,00 € | 1 749,11 € | -1 222,11 € | -69,9% |
| Subd 01: SP | 527,00 € | 527,00 € | 11 736,00 € | 1 749,11 € | -1 222,11 € | -69,9% |
| Saldos Receitas Próprias | 1 270 736,00 € | 1 270 735,85 € | 1 419 835,00 € | 1 419 834,44 € | -149 098,59 € | -10,5% |
| Subd 01: SP | 624 736,00 € | 624 735,85 € | 1 239 835,00 € | 1 239 834,44 € | -615 098,59 € | -49,6% |
| Subd 03: EpT | 646 000,00 € | 646 000,00 € | 180 000,00 € | 180 000,00 € | 466 000,00 € | 258,9% |
| | 2 106 874,00 € | 2 097 876,86 € | 2 255 973,00 € | 1 982 373,62 € | 115 503,24 € | 5,8% |

A integração dos Saldos de Receitas Próprias (1.270.736 euros) foi aprovada, em 29 de novembro de 2021, pela Direção-Geral do Orçamento.

5.3. EXECUÇÃO (APLICAÇÃO DE FUNDOS)

A execução orçamental do ano económico de 2021, apresentada de forma resumida no quadro infra, totalizou 7.511.693,91 euros, dos quais 706.464,70 euros dizem respeito a despesa financiada por Receitas Próprias do ano.

| APLICAÇÃO DE FUNDOS | 2021 | | 2020 | | Execução | |
|--------------------------|------------------------|-----------------------|------------------------|-----------------------|-------------------|---------------|
| | Orç Corrigido | Execução | Orç Corrigido | Execução | Variação Valor | Variação % |
| FF311: Transferências OE | 9 001 288,00 € | 6 805 229,21 € | 8 894 553,00 € | 6 910 039,79 € | -104 811 € | -1,52% |
| FF513: Receita Própria | 836 138,00 € | 706 464,70 € | 836 138,00 € | 561 527,21 € | 144 937 € | 25,81% |
| FF522: Saldos Anteriores | 646 000,00 € | 0,00 € | 646 000,00 € | 150 110,56 € | -150 111 € | -100,00% |
| | 10 483 426,00 € | 7 511 693,91 € | 10 376 691,00 € | 7 621 677,56 € | -109 984 € | -1,44% |

Entre 2020 e 2021, a execução com origem em Transferências do Orçamento do Estado diminuiu em 104.811 euros, o que representa uma variação de -1,82%, com um grau de execução de 75,60%.

Com a desagregação do orçamento por subdivisões obtém-se a informação relativa: (i) aos Serviços Próprios do Tribunal Constitucional (SP); (ii) à Entidade das Contas e Financiamentos Políticos (ECP); e (iii) à Entidade para a Transparência (EpT).



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

| Subdivisões | 2021 | | 2020 | | Execução | |
|--------------------------|------------------------|-----------------------|------------------------|-----------------------|-------------------|----------------|
| | Orç Corrigido | Execução | Orç Corrigido | Execução | Variação Valor | Variação % |
| 01: SP | 7 160 694,00 € | 6 661 895,71 € | 8 171 813,00 € | 6 702 552,42 € | -40 657 € | -0,61% |
| FF311: Transferências OE | 6 324 556,00 € | 5 955 431,01 € | 6 869 675,00 € | 5 990 914,65 € | -35 484 € | -0,59% |
| FF513: Receita Própria | 836 138,00 € | 706 464,70 € | 836 138,00 € | 561 527,21 € | 144 937 € | 25,81% |
| FF522: Saldos Anteriores | 0,00 € | 0,00 € | 466 000,00 € | 150 110,56 € | -150 111 € | -100,00% |
| 02: ECFP | 1 507 732,00 € | 824 429,21 € | 1 170 878,00 € | 791 660,24 € | 32 769 € | 4,14% |
| FF311: Transferências OE | 1 507 732,00 € | 824 429,21 € | 1 170 878,00 € | 791 660,24 € | 32 769 € | 4,14% |
| 03: EpT | 1 815 000,00 € | 25 368,99 € | 1 034 000,00 € | 127 464,90 € | -102 096 € | -80,10% |
| FF311: Transferências OE | 1 169 000,00 € | 25 368,99 € | 854 000,00 € | 127 464,90 € | -102 096 € | -80,10% |
| FF522: Saldos Anteriores | 646 000,00 € | - | 180 000,00 € | 0,00 € | 0 € | - |
| | 10 483 426,00 € | 7 511 693,91 € | 10 376 691,00 € | 7 621 677,56 € | -109 984 € | -1,44% |

Em 2021, mantendo a tendência, a execução do orçamento dos Serviços Próprios do Tribunal Constitucional ronda os 6 milhões de euros; por sua vez, a execução do orçamento da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos superou os 800 mil euros. Mais se assinala a inscrição do orçamento da Entidade para a Transparência com financiamento de Transferências do Orçamento do Estado e de Saldos de Receitas Próprias do Tribunal Constitucional.

5.3.1. Subdivisão 01: Serviços Próprios do TC

Tomando como referência a execução de 2020 e de 2021, verifica-se que as despesas com pessoal foram, quase na totalidade, financiadas por Transferências do OE e que as despesas de funcionamento do Tribunal Constitucional foram financiadas por Receitas Próprias e por Transferências do OE.

| SERVIÇOS PRÓPRIOS TC Natureza da Despesa | 2021 | | Grau de Execução | 2020 |
|---|-----------------------|-----------------------|------------------|-----------------------|
| | Orç Corrigido | Execução | | Execução |
| FF311: Transferências OE | 6 324 556,00 € | 5 955 431,01 € | 94,16% | 5 990 914,65 € |
| D01 Despesas c/ Pessoal | 6 165 619,00 € | 5 834 347,17 € | 94,63% | 5 486 119,77 € |
| D02: Aq Bens e Serviços | 82 595,00 € | 62 438,35 € | 75,60% | 277 700,89 € |
| D03: Juros e Outros Encargos | - | - | - | 3 009,80 € |
| D06: Outras Despesas Correntes | 2 933,00 € | - | 0,00% | 5 690,33 € |
| D07: Aq Bens de Capital | 73 409,00 € | 58 645,49 € | 79,89% | 218 393,86 € |
| FF513: Receita Própria | 836 138,00 € | 706 464,70 € | 84,49% | 561 527,21 € |
| D01 Despesas c/ Pessoal | 9 092,00 € | 6 533,22 € | 71,86% | 0,00 € |
| D02: Aq Bens e Serviços | 726 209,00 € | 610 135,76 € | 84,02% | 497 143,42 € |
| D03: Juros e Outros Encargos | - | - | - | 12,46 € |
| D04: Transferências Correntes | 3 672,00 € | 3 500,00 € | 95,32% | 2 000,00 € |
| D06: Outras Despesas Correntes | 2 436,00 € | 1 905,73 € | 78,23% | 699,80 € |
| D07: Aq Bens de Capital | 94 729,00 € | 84 389,99 € | 89,09% | 61 671,53 € |
| FF522: Saldos Anteriores | 0,00 € | 0,00 € | - | 150 110,56 € |
| D01 Despesas c/ Pessoal | - | - | - | 0,00 € |
| D02: Aq Bens e Serviços | - | - | - | 134 775,66 € |
| D07: Aq Bens de Capital | - | - | - | 15 334,90 € |
| | 7 160 694,00 € | 6 661 895,71 € | 93,03% | 6 702 552,42 € |



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

A taxa de execução do orçamento de 2021 ascendeu a 93,03%, correspondendo 94,16% às despesas financiadas por Transferências do Orçamento do Estado, 84,49% às despesas financiadas por Receitas Próprias do ano. Não foram realizadas despesas financiadas por Saldos Anteriores.

O montante total não executado ascendeu a 498.798,29 euros, dos quais 369.124,99 euros na fonte de financiamento Transferências do Orçamento do Estado e 129.673,30 euros na fonte de financiamento Receitas Próprias do ano.

Na fonte de financiamento Transferências do Orçamento do Estado, o montante não executado é significativo no agrupamento de classificação económica “despesas com o pessoal”, em resultado do hiato temporal no preenchimento dos cargos de Juízes Conselheiros, das dificuldades inerentes ao processo de recrutamento de Recursos Humanos no âmbito da Administração Pública, i.e., ao recrutamento por mobilidade e da saída de trabalhadores para a situação de aposentação.

| SERVIÇOS PRÓPRIOS TC Transferências OE | 2021 | | Montante não executado |
|---|----------------|----------------|------------------------|
| | Orç Corrigido | Execução | |
| D01: Despesas com Pessoal | 6 165 619,00 € | 5 834 347,17 € | 331 271,83 € |
| D0101: Remunerações Certas e Permanentes | 4 843 264,00 € | 4 555 575,24 € | 287 688,76 € |
| D0102: Abonos Variáveis ou Eventuais | 171 537,00 € | 170 762,67 € | 774,33 € |
| D0103: Segurança Social | 1 150 818,00 € | 1 108 009,26 € | 42 808,74 € |
| D02: Aq. Bens e Serviços | 82 595,00 € | 62 438,35 € | 20 156,65 € |
| (...) | (...) | (...) | (...) |
| | 6 324 556,00 € | 5 955 431,01 € | 369 124,99 € |

Na fonte de financiamento Receitas Próprias, o montante não executado está relacionado com a assunção de compromissos em procedimentos pré-contratuais de aquisição de serviços.

| SERVIÇOS PRÓPRIOS TC Receitas Próprias | 2021 | | Montante não executado | Montante não comprometido |
|---|---------------|--------------|------------------------|---------------------------|
| | Orç Corrigido | Execução | | |
| D01: Despesas com Pessoal | 9 092,00 € | 6 533,22 € | 2 558,78 € | 2 558,78 € |
| D02: Aq. Bens e Serviços | 726 209,00 € | 610 135,76 € | 116 073,24 € | 38 167,56 € |
| D0201: Aq. Bens | 87 870,00 € | 81 913,87 € | 5 956,13 € | 4 100,87 € |
| D0202: Aq. Serviços | 638 339,00 € | 528 221,89 € | 110 117,11 € | 34 066,69 € |
| D04: Transferências Correntes | 3 672,00 € | 3 500,00 € | 172,00 € | 172,00 € |
| D06: Outras Despesas Correntes | 2 436,00 € | 1 905,73 € | 530,27 € | 530,27 € |
| D07: Aq. Bens de Capital | 94 729,00 € | 84 389,99 € | 10 339,01 € | 2 121,22 € |
| | 836 138,00 € | 706 464,70 € | 129 673,30 € | 43 549,83 € |



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

Assinala-se que, no âmbito da aplicação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, se procedeu ao registo dos compromissos no sistema contabilístico GeRFiP e ao controlo dos respetivos valores face aos fundos disponíveis, conforme recomendado pela DGO no Manual de apoio à aplicação da LCPA (artigo 21 do Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho) – Manual de Procedimentos (documento PDF v.4 - 29/10/2015, página 11), tendo o Tribunal terminado o ano económico sem qualquer pagamento em atraso.

5.3.2. Subdivisão 02: Entidade das Contas e Financiamentos Políticos

O quadro infra apresenta o detalhe da execução do orçamento de 2021 da Entidade das Contas Financiamentos Políticos (ECFP).

| ECFP | | 2021 | | 2020 |
|--|----------------|--------------|------------------|--------------|
| FF311: Transferências OE | | | | |
| Natureza da Despesa | Orç Corrigido | Execução | Grau de Execução | Execução |
| D01: Despesas com Pessoal | 769 856,00 € | 456 516,81 € | 59,30% | 484 935,60 € |
| D0101: Remunerações Certas e Permanentes | 606 219,00 € | 348 797,18 € | 57,54% | 381 696,25 € |
| D0102: Abonos Variáveis ou Eventuais | 16 788,00 € | 14 325,57 € | 85,33% | 10 421,76 € |
| D0103: Segurança Social | 146 849,00 € | 93 394,06 € | 63,60% | 92 817,59 € |
| D02: Aq. Bens e Serviços | 661 127,00 € | 365 176,88 € | 55,24% | 301 362,64 € |
| D0201: Aq. Bens | 11 771,00 € | 1 109,85 € | 9,43% | 5 008,01 € |
| D0202: Aq. Serviços | 649 356,00 € | 364 067,03 € | 56,07% | 296 354,63 € |
| D06: Outras Despesas Correntes | 13 937,00 € | 0,00 € | - | 0,00 € |
| D07: Aq. Bens de Capital | 62 812,00 € | 2 735,52 € | 4,36% | 5 362,00 € |
| | 1 507 732,00 € | 824 429,21 € | 54,68% | 791 660,24 € |

O grau de execução do orçamento, 54,68%, está relacionado com:

- as dificuldades do processo de recrutamento de Recursos Humanos no âmbito da Administração Pública, i.e., do recrutamento por mobilidade;
- o efeito da situação conjuntural da pandemia Covid-19 no processo de adaptação tecnológica – desenvolvimentos informáticos à medida – imposto pela Lei Orgânica n.º 1/2018, 19 de abril, e a complexidade do procedimento pré-contratual cuja decisão de adjudicação e a subsequente outorga do contrato ocorrerem em novembro de 2021.



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

5.3.3. Subdivisão 03: Entidade para a Transparência

A Dotação Corrigida consolidada do orçamento da Entidade para a Transparência (EpT), com origem também na fonte de financiamento Receita Própria – Saldos Anteriores – pese embora o disposto no artigo 4.º, n.º 1, da Lei Orgânica n.º 4/2019, de 13 de setembro –, totaliza 1.815.000,00 euros.

| EpT Natureza da Despesa | 2021 | | Grau de Execução | 2020 |
|----------------------------------|----------------|-------------|---------------------|--------------|
| | Orç Corrigido | Execução | | Execução |
| FF311: Transferências OE | 1 169 000,00 € | 25 368,99 € | 2,17% | 127 464,90 € |
| D02: Aq. Bens e Serviços | 61 716,00 € | 21 678,99 € | 35,13% | 6 488,25 € |
| D0202: Aq. Serviços | 61 716,00 € | 21 678,99 € | 35,13% | 6 488,25 € |
| D06: Outras Despesas Correntes | 1 061 774,00 € | 0,00 € | 0,00% | 0,00 € |
| D0602: Outras Despesas Correntes | 1 061 774,00 € | 0,00 € | 0,00% | 0,00 € |
| D07: Aq. Bens de Capital | 45 510,00 € | 3 690,00 € | 8,11% | 120 976,65 € |
| FF522: Saldos Anteriores | 646 000,00 € | 0,00 € | 0,00% | 0,00 € |
| D06: Outras Despesas Correntes | 646 000,00 € | 0,00 € | 0,00% | 0,00 € |
| D0602: Outras Despesas Correntes | 646 000,00 € | 0,00 € | 0,00% | 0,00 € |
| | 1 815 000,00 € | 25 368,99 € | 1,40% | 127 464,90 € |

O grau de execução do orçamento de Receitas de impostos (FF311: Transferências OE), 2,17%, está relacionado com:

- a não concretização da cedência de instalações (cf. artigo 4.º, n.º 2, da Lei Orgânica n.º 4/2019, de 13 de setembro);
- o montante de 61.654,74 euros no orçamento corrigido corresponde a compromissos assumidos no agrupamento de Aquisição de Bens e Serviços para a aquisição de serviços de consultoria nas áreas da segurança eletrónica e de dados e das tecnologias de informação e de comunicação e para a aquisição de um estudo sobre o universo de declarantes abrangido pela Lei n.º 52/2019, de 31 de julho tendo-se cifrado a sua execução em 25.368,99 euros;
- a execução do montante de 3.690,00 euros está associada ao compromisso assumido no agrupamento de Aquisição de Bens de Capital com a compra, em 2020, do sistema de gestão documental.



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

5.4. CONTINGÊNCIA COVID-19

O quadro infra apresenta a execução no âmbito do plano de Contingência Covid-19 devidamente inscrita nas medidas: 095 – “Contingência Covid-19: prevenção, contenção, mitigação e tratamento” e 096 – “Contingência Covid-19: garantir normalidade”, conforme Circular Série A da DGO n.º 1398, de 8 de abril de 2020, que ascende a 44.336,22 euros.

| Covid-19 | Dotações Corrigidas | 2021 Compromissos Assumidos | Grau Execução | Pagamentos Líquidos | 2020 Execução |
|--|---------------------|--------------------------------|---------------|---------------------|--------------------|
| Período Transitório³ | - | - | - | - | 18 347,24 € |
| Medida 095 | 6 395,00 € | 6 383,84 € | 99,83% | 6 383,84 € | 13 790,00 € |
| Aq. Bens e Serviços | 6 395,00 € | 6 383,84 € | 99,83% | 6 383,84 € | 13 790,00 € |
| <i>Aquisição Bens</i> | 6 395,00 € | 6 383,84 € | 99,83% | 6 383,84 € | 13 790,00 € |
| <i>Aquisição Serviços</i> | - | - | - | - | 0,00€ |
| Medida 096 | 37 957,00 € | 37 954,25 € | 99,99% | 37 952,38 € | 85 491,00 € |
| Aq. Bens e Serviços | 4 569,00 € | 4 568,04 € | 99,98% | 4 566,17 € | 2 912,00 € |
| <i>Aquisição Bens</i> | 552,00 € | 551,04 € | 99,83% | 551,04 € | 2 912,00 € |
| <i>Aquisição Serviços</i> | 4 017,00 € | 4.017,00 € | 100,00% | 4 015,13 € | 17 960,00 € |
| Aq. Bens Capital | 33 388,00 € | 33 386,21 € | 99,99% | 33 386,21 € | 64 619,00 € |
| | 44 352,00 € | 44 338,09 € | 99,97% | 44 336,22 € | 99 281,00 € |

De salientar que os pagamentos líquidos associados à medida 096 – “Contingência Covid-19 – garantir normalidade” representam 85,60% do total dos pagamentos efetuados, destacando-se, nesta medida, o agrupamento Aquisição de Bens de Capital.

| Covid 2019 | 2021 Execução |
|---|-------------------|
| Medida 095 | 6.383,84 € |
| Equipamentos de proteção individual funcionários | |
| 02.01.21.00.00 | 4 427,04 € |
| Máscaras, Produtos de Desinfecção, Luvas | |
| Instalações: higienização, sinalética e outros encargos de adaptação dos espaços | |
| 02.01.21.00.00 | 1 956,80 € |
| Desinfecção por Nebulização, Desinfetantes Superfícies | |

³ No período em que vigorou o regime transitório de execução orçamental, efetuou-se, no âmbito do plano de Contingência Covid-19, despesa no valor de 18.347,24 euros, informação, em tempo, reportada à 5.ª Delegação da Direção-Geral do Orçamento, por não estar associada às medidas: 095 – “Contingência Covid-19 - prevenção, contenção, mitigação e tratamento” e 096 – “Contingência Covid-19 – garantir normalidade”, conforme Circular Série A da DGO n.º 1398, de 8 de abril de 2020.



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

| Covid 2019 | 2021 Execução |
|---|--------------------|
| Medida 096 | 37 952,38 € |
| Instalações: higienização, sinalética e outros encargos de adaptação dos espaços | |
| 07.01.09.00.00 | |
| Postos de Trabalho | 3 598,00 € |
| Apoio ao teletrabalho | |
| 02.01.08.00.00 | |
| Mala computador | 172,20 € |
| 02.01.21.00.00 | |
| Acessórios computadores | 378,84 € |
| 02.02.09.00.00 | |
| Comunicações Móveis | 2 170,13 € |
| 07.01.07.00.00 | |
| Computadores portáteis (Oficiais de Justiça), Monitores Videoconferência | 26 208,84 € |
| 07.01.08.00.00 | |
| Renovação licenças: Software Zoom, Netop | 3 579,37 € |
| Outras | |
| 02.02.20.00.00 | |
| Serviços técnico (Cerimónia de toma de posse) | 1 845,00 € |
| Total | 44 336,22 € |

Estando ainda em curso o plano de desconfinamento, encontramos-nos num quadro em que não é possível prever consequências com eventual impacto nas contas do Tribunal Constitucional. Assume-se, todavia, que o abrandamento da atividade económica se venha a traduzir numa diminuição do volume de receitas de custas. Ressalva-se que não está em causa o cumprimento dos compromissos do Tribunal Constitucional.

5.5. APURAMENTO DE SALDOS

| 2021 | Receita Cobrada Líquida | Execução | Saldo |
|-------------------|----------------------------|-----------------------|-----------------------|
| Transferências OE | 6 823 086,48 € | 6 805 229,21 € | 17 857,27 € |
| Receita Própria: | 2 097 876,86 € | 706 464,70 € | 1 391 412,16 € |
| do ano | 827 141,01 € | 706 464,70 € | 120 676,31 € |
| anos anteriores | 1 270 735,85 € | 0,00 € | 1 270 735,85 € |
| Total | 8 920 963,34 € | 7 511 693,91 € | 1 409 269,43 € |



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

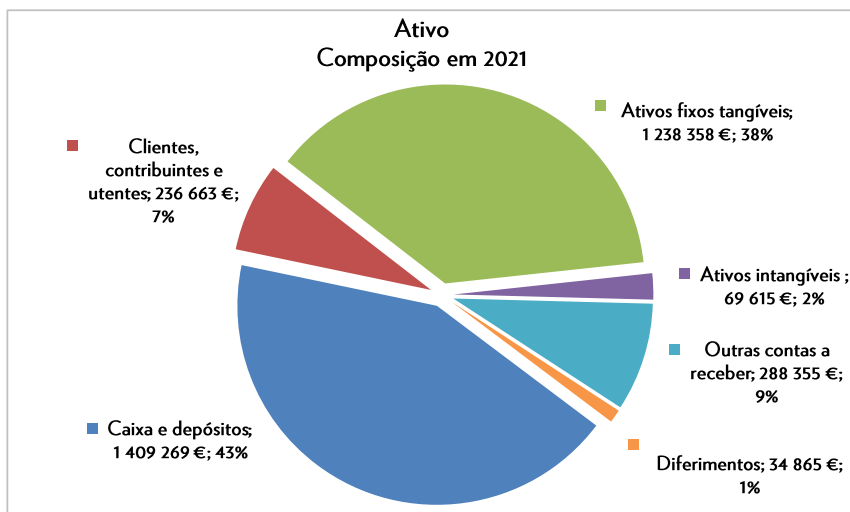
6. ANÁLISE DO BALANÇO E DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

6.1. BALANÇO

A prestação de contas referente ao ano económico de 2020 foi apresentada de acordo com o novo Sistema de Normalização Contabilística para as administrações públicas (SNC-AP), previsto no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, o que assegura a comparabilidade da informação entre 2020 e 2021.

6.1.1. Balanço: ATIVO

O ativo do Tribunal Constitucional é constituído, essencialmente, pelos montantes depositados na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E. (1.409.269€) e pelo Ativo fixo tangível (1.238.358€), com um peso no ativo total de 43% e 38%, respetivamente.



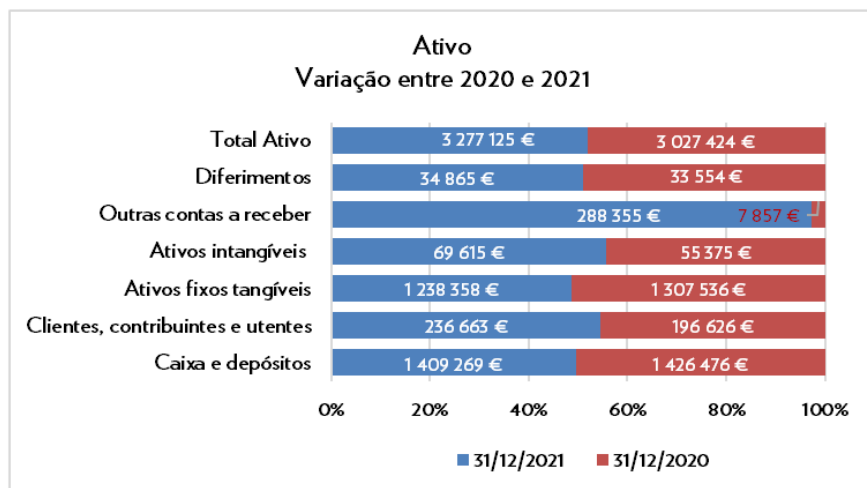
Na distribuição entre os ativos destaca-se o segmento “Outras contas a receber” (288.355 €; 9%) que materializa o registo de acréscimo de rendimentos, a título de especialização, de Documentos Únicos de Cobrança (DUC’s) e processos judiciais em trânsito.

O saldo de cliente apurado na conta “Clientes, contribuintes e utentes” apresenta o montante de 236.663 euros, representando 7% do ativo total.



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

Por comparação com 2020, destaca-se também o crescimento da rubrica “ativos intangíveis” relativos a aquisição e licenciamento de programas informáticos.



Relativamente aos dados do Ativo do Tribunal Constitucional, o seu peso e variação podem ser observados na tabela infra.

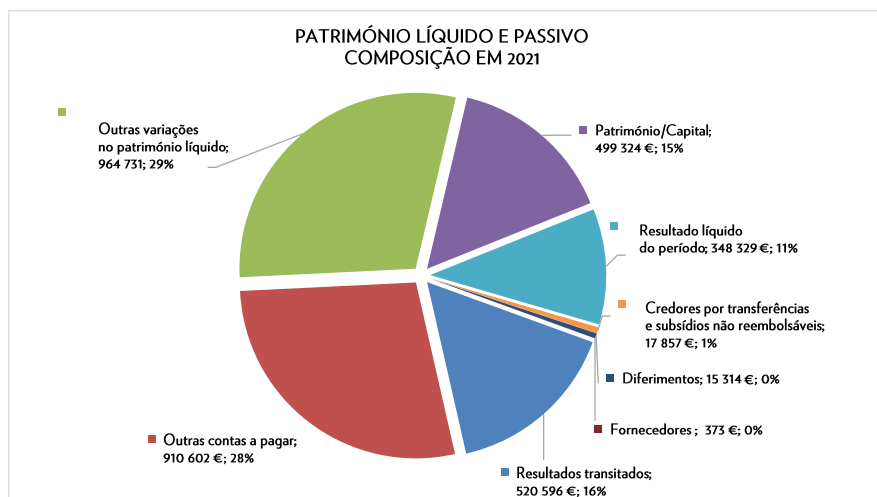
| | 31-12-2021 | 31-12-2020 | Variação | % | Peso |
|-----------------------------------|-------------|-------------|-----------|-------|------|
| Caixa e depósitos | 1 409 269 € | 1 426 476 € | -17 207 € | -1% | 43% |
| Clientes, contribuintes e utentes | 236 663 € | 196 626 € | 40 037 € | 20% | 7% |
| Ativos fixos tangíveis | 1 238 358 € | 1 307 536 € | -69 178 € | -5% | 38% |
| Ativos intangíveis | 69 615 € | 55 375 € | 14 240 € | 26% | 2% |
| Outras contas a receber | 288 355 € | 7 857 € | 280 498 € | 3570% | 9% |
| Diferimentos | 34 865 € | 33 554 € | 1 311 € | 4% | 1% |
| Total Ativo | 3 277 125 € | 3 027 424 € | 249 701 € | 8% | 100% |

6.1.2. Balanço: PASSIVO E PATRIMÓNIO LÍQUIDO

O Passivo do Tribunal Constitucional tem pouca expressão, sendo composto por outras contas a pagar (910.602 euros) – montante que inclui a estimativa do subsídio de férias e os encargos sobre remunerações, a serem pagos em 2022, e a estimativas de fornecimentos e serviços externos por faturar –, pelo saldo de gerência a restituir ao Estado (17.857 euros) e por diferimentos (15.314 euros).

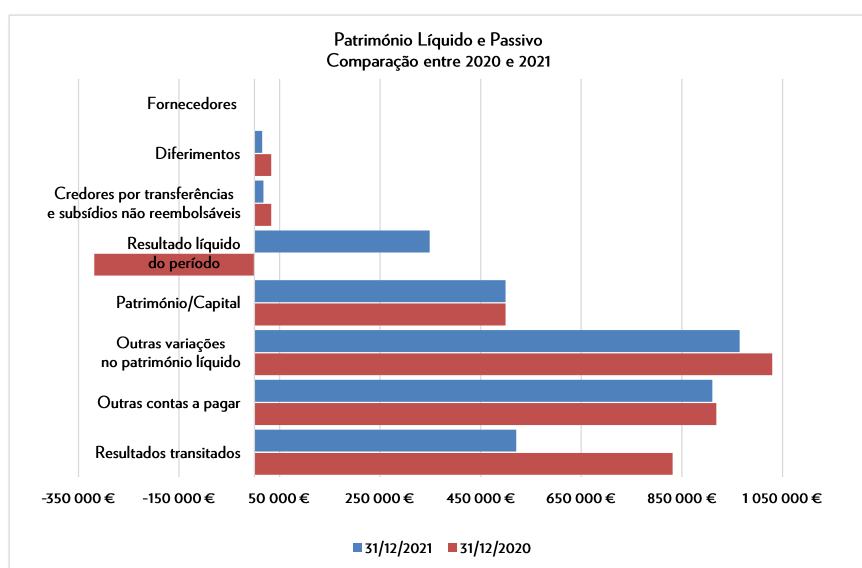


TRIBUNAL CONSTITUCIONAL



Realça-se também a expressão do item *Outras variações* no património líquido (964.731 uros) que resulta de transferências de capital para cobertura do investimento em ativos fixos tangíveis e intangíveis.

Por comparação entre 2020 e 2021, os montantes do património líquido e passivo apresentam alguma estabilidade.





TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

Relativamente aos dados do Passivo e Patrimonial líquido do Tribunal Constitucional, o seu peso e variação podem ser observados na tabela infra.

| Rubricas | 31-12-2021 | 31-12-2020 | Variação | % | Peso |
|---|--------------------|--------------------|------------------|-----------|-------------|
| Resultados transitados | 520 596 € | 831 606 € | -311 010 € | -37% | 16% |
| Outras contas a pagar | 910 602 € | 918 527 € | -7 925 € | -1% | 28% |
| Outras variações no património líquido | 964 731 | 1 029 764 | -65 033 € | -6% | 29% |
| Património/Capital | 499 324 € | 499 324 € | 0 € | 0% | 15% |
| Resultado líquido do período\ | 348 329 € | -318 510 € | 666 838 € | -209% | 11% |
| Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis | 17 857 € | 33 443 € | -15 585 € | -47% | 1% |
| Diferimentos | 15 314 € | 33 210 € | -17 897 € | -54% | 0% |
| Fornecedores | 373 € | 0 € | 373 € | - | 0% |
| Fornecedores de investimentos | 0 € | 60 € | -60 € | -100% | 0% |
| Total Passivo e Património Líquido | 3 277 125 € | 3 027 424 € | 249 701 € | 8% | 100% |

6.2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

No Relatório de Gestão não foi possível dar integral cumprimento ao previsto no parágrafo 34 da Norma de Contabilidade Pública 27 (NCP 27) – Contabilidade de Gestão, nomeadamente quanto à afetação por cada bem, serviço ou atividade final dos custos diretos e indiretos e respetivo rendimento, na medida em que plataforma de Gestão de Recursos Financeiros em modo partilhado (*GeRFiP*) carece de desenvolvimentos, que são da responsabilidade da Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública (*eSPap*).

6.2.1. Demonstração de Resultados: GASTOS

Os gastos do Tribunal Constitucional são essencialmente derivados de custos de pessoal (6.303.255 euros), consequência natural das competências exercidas, com alguma necessidade de contratação de serviços externos.

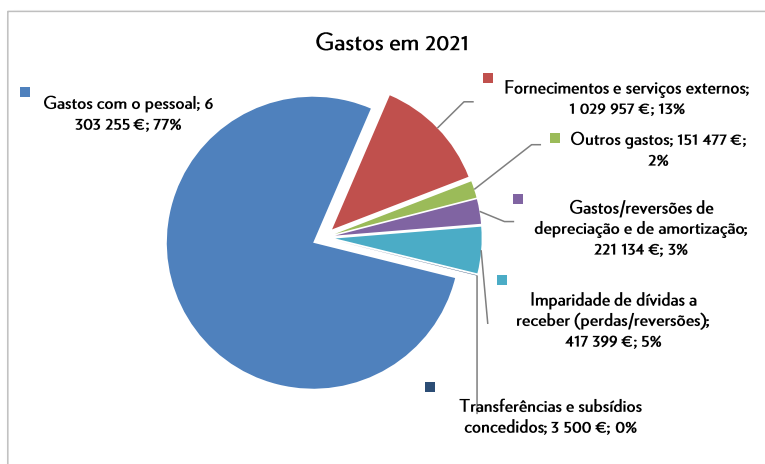
Acrescem os gastos resultantes do arrendamento das instalações da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos, bem como os encargos de manutenção das instalações, conservação e reparações. Existem também encargos com assessorias técnicas e honorários.

Os restantes gastos integram o reforço de imparidades de contas a receber, as transferências



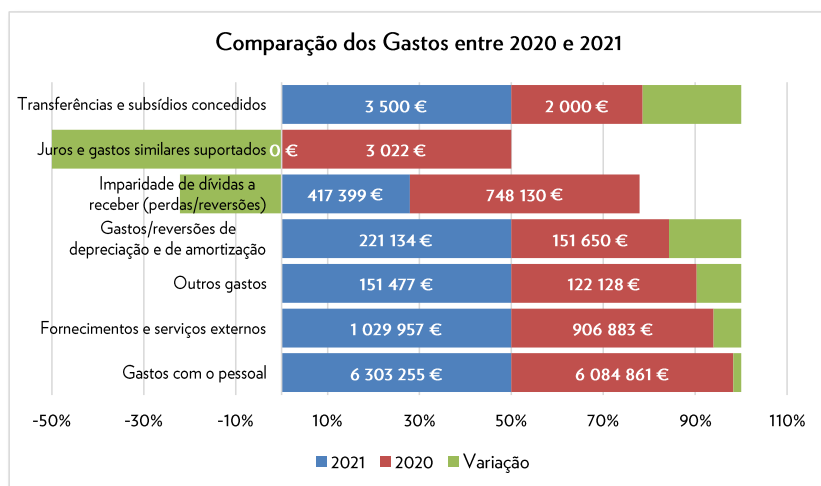
TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

concedidas (3.500 euros), que correspondem à contribuição para a Conferência Mundial de Justiça Constitucional e para a Conferências dos Tribunais Constitucionais Europeus, e outros gastos referentes a dívidas incobráveis.



Na análise da variação de gastos entre 2020 e 2021 são de destacar a inexistência de gastos com juros e a redução de imparidades de dívida a receber (330.730 euros).

Por outro lado, assiste-se a um crescimento de gastos/reversões de depreciação e de amortização, consequência das aquisições de ativos no último trimestre de 2020.

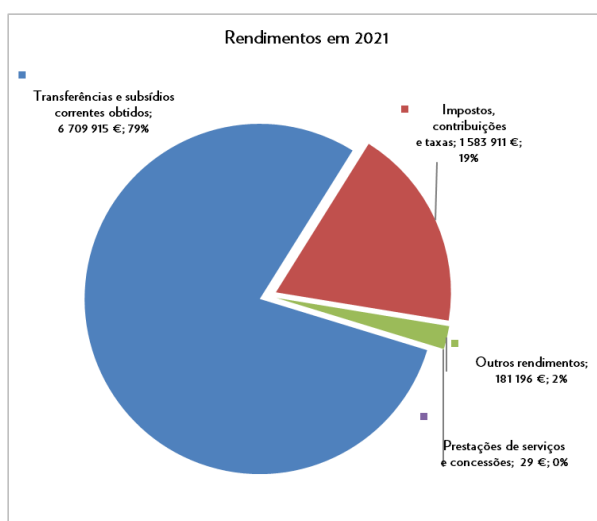




TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

6.2.2. Demonstração de Resultados: RENDIMENTOS

No caso dos rendimentos, como resulta natural, as transferências do Orçamento do Estado apresentam a maior preponderância, a justificar 79% dos rendimentos.



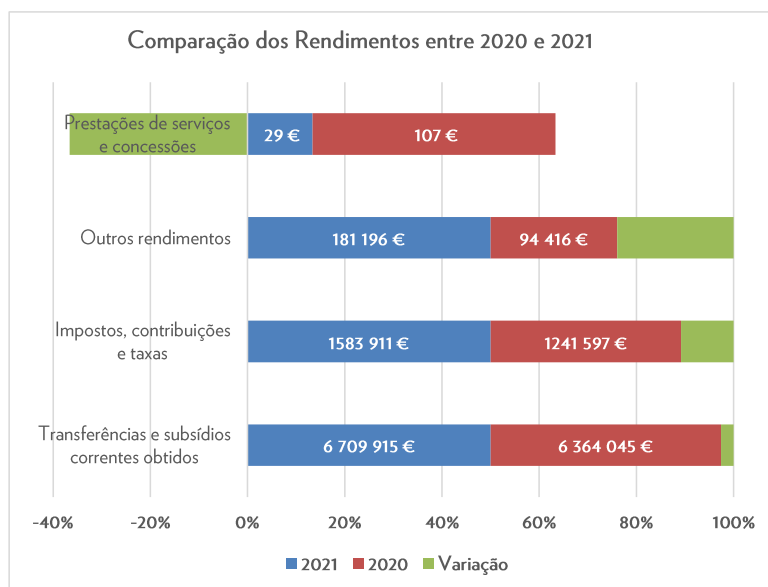
As receitas próprias, que resultam da aplicação das custas processuais inerentes à atividade jurisdicional, têm alguma expressão. Sem qualquer relevância e a apresentar valores bastante imateriais surgem as vendas de cópias da Biblioteca ou de livros editados pelo Tribunal.

É de referir que o valor de rendimentos relacionado com as transferências do Orçamento do Estado encontra-se adequado pelo facto de se terem associado as transferências aos investimentos efetuados e pela correção dos valores não executados do Orçamento do Estado, cuja devolução ocorre em 2022.

Assim, em termos de composição, os rendimentos com maior expressão de mudança foram os inscritos no item *Outros rendimentos*, nomeadamente a especialização do rendimento de ativos cuja aquisição foi financiada pelo orçamento de impostos, conforme expresso no gráfico infra.



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL



Relativamente aos dados de Gastos, de Rendimentos e de Resultados do Tribunal Constitucional, o seu peso e variação podem ser observados na tabela infra.

| Rubricas | 2021 | 2020 | Variação | % | Peso (Transf.) |
|---|------------------------------|------------------------------|----------------------------|-------|----------------|
| Rendimentos | 8 475 050 € | 7 700 164 € | 774 887 € | | |
| Transferências e subsídios correntes obtidos | 6 709 915 € | 6 364 045 € | 345 870 € | 5% | 100% |
| Impostos, contribuições e taxas | 1 583 911 € | 1 241 597 € | 342 315 € | 28% | 24% |
| Outros rendimentos | 181 196 € | 94 416 € | 86 780 € | 92% | 3% |
| Prestações de serviços e concessões | 29 € | 107 € | -78 € | -73% | 0% |
| Gastos | 8 126 722 € | 8 018 674 € | 108 048 € | | |
| Gastos com o pessoal | 6 303 255 € | 6 084 861 € | 218 394 € | 4% | 94% |
| Fornecimentos e serviços externos | 1 029 957 € | 906 883 € | 123 074 € | 14% | 15% |
| Outros gastos | 151 477 € | 122 128 € | 29 349 € | 24% | 2% |
| Gastos/reversões de depreciação e de amortização | 221 134 € | 151 650 € | 69 483 € | 59% | 3% |
| Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões) | 417 399 € | 748 130 € | -330 730 € | -44% | 6% |
| Juros e gastos similares suportados | 0 € | 3 022 € | -3 022 € | -100% | 0% |
| Transferências e subsídios concedidos | 3 500 € | 2 000 € | 1 500 € | 75% | 0% |
| Resultados | 348 329 € | -318 510 € | 666 838 € | | |
| Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos | 569 463 € | -163 837 € | 733 300 € | -448% | 8% |
| Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) | 348 329 € | -315 487 € | 663 816 € | -210% | 5% |
| Resultado líquido do período | 348 329 € | -318 510 € | 666 838 € | -209% | 5% |



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

7. ACONTECIMENTOS APÓS DATA DE BALANÇO

Não foram verificados acontecimentos após a data do relato suscetíveis de modificar a situação evidenciada nas contas.

Contudo, importa destacar, por um lado, a ocorrência de ataques cibernéticos – sucessivos e com grande impacto –, que têm ocorrido em Portugal desde o início do corrente ano, e, por outro, a Guerra na Ucrânia enquanto fator de incerteza nos mercados, com efeitos na inflação, fenómenos que se afiguram suscetíveis de ter uma repercussão financeira cuja dimensão não é, ainda, possível mensurar.

8. ACONTECIMENTOS FUTUROS

Com a criação, pela Lei Orgânica n.º 4/2019, de 13 de setembro, da Entidade para a Transparência, o Tribunal Constitucional passou a ter na sua dependência administrativa e financeira, a par com a Entidade das Contas e Financiamentos Políticos (ECFP), um novo órgão independente, que tem por “atribuição” a apreciação e fiscalização das declarações de rendimentos, património, interesses, incompatibilidades e impedimentos dos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos.

Caberá ao Tribunal Constitucional projetar a estrutura organizativa da Entidade para a Transparência, avaliar as necessidades de recursos humanos e respetivas qualificações – tendo nomeadamente em consideração o pronunciado alargamento, promovido pela Lei n.º 52/2019, de 31 de julho, do universo de titulares de cargos políticos e altos cargos públicos abrangido por obrigações declarativas – e proceder ao seu recrutamento, assim como equipar e preparar as instalações – que o Governo ainda não disponibilizou – para o seu funcionamento, o que obrigará a desencadear inúmeros procedimentos de consulta e de contratação pública (empreitada de obras públicas, locação ou aquisição de bens móveis e aquisição de serviços).

9. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Na sequência do que tem sido prática nos anos transatos, propõe-se que o resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, no montante de 348.329 euros, seja transferido para resultados transitados.



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

10. OUTRAS INFORMAÇÕES

O Tribunal Constitucional não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, ao Centro Regional de Segurança Social, à Caixa Geral de Aposentações ou a quaisquer outras entidades públicas.



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2021

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. BALANÇO

1.1. ATIVO

| Rubricas | Notas | Datas | |
|---|---------|---------------------|---------------------|
| | | 31.12.2021 | 31.12.2020 |
| ATIVO | | | |
| Ativo não corrente | | | |
| Ativos fixos tangíveis | 5 | 1.238.357,77 | 1.307.535,66 |
| Propriedades de investimento | | 0,00 | 0,00 |
| Ativos intangíveis | 3 | 69.614,63 | 55.375,10 |
| Ativos biológicos | | 0,00 | 0,00 |
| Participações financeiras | | 0,00 | 0,00 |
| Devedores por emprést. bonif. e sub.reembols. | | 0,00 | 0,00 |
| Clientes, contribuintes e utentes | | 0,00 | 0,00 |
| Acionistas/sócios/associados | | 0,00 | 0,00 |
| Diferimentos | | 0,00 | 0,00 |
| Outros ativos financeiros | | 0,00 | 0,00 |
| Ativos por impostos diferidos | | 0,00 | 0,00 |
| Outras contas a receber | | 0,00 | 0,00 |
| Total de Ativo não corrente | | 1.307.972,40 | 1.362.910,76 |
| Ativo corrente | | | |
| Inventários | | 0,00 | 0,00 |
| Ativos biológicos | | 0,00 | 0,00 |
| Devedores por transfer, e sub. não reembols. | | 0,00 | 0,00 |
| Devedores por emprést. bonif. e sub.reembols. | | 0,00 | 0,00 |
| Clientes, contribuintes e utentes | 9; 18.2 | 236.663,14 | 196.625,75 |
| Estado e outros entes públicos | | 0,00 | 0,00 |
| Acionistas/sócios/associados | | 0,00 | 0,00 |
| Outras contas a receber | 23.1 a) | 288.354,72 | 7.856,51 |
| Diferimentos | 23.1 a) | 34.865,17 | 33.554,33 |
| Ativos financeiros detidos para negociação | | 0,00 | 0,00 |
| Outros ativos financeiros | | 0,00 | 0,00 |
| Ativos não correntes detidos para venda | | 0,00 | 0,00 |
| Caixa e depósitos | 1.2 e) | 1.409.269,43 | 1.426.476,42 |
| Total do Ativo corrente | | 1.969.152,46 | 1.664.513,01 |
| Total do Ativo | | 3.277.124,86 | 3.027.423,77 |



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

1.2. PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO

| Rubricas | Notas | Datas | |
|--|---------|--------------|--------------|
| | | 31.12.2021 | 31.12.2020 |
| PATRIMÓNIO LÍQUIDO | | | |
| Património/Capital | 23.2 | 499.324,02 | 499.324,02 |
| Ações (quotas) próprias | | 0,00 | 0,00 |
| Outros instrumentos de capital próprio | | 0,00 | 0,00 |
| Prémios de emissão | | 0,00 | 0,00 |
| Reservas | | 0,00 | 0,00 |
| Resultados transitados | 23.2 | 520.596,23 | 831.605,93 |
| Ajustamentos em ativos financeiros | | 0,00 | 0,00 |
| Excedentes de revalorização | | 0,00 | 0,00 |
| Outras variações no património líquido | 23.2 | 964.730,65 | 1.029.764,04 |
| Resultado líquido do período | 23.2 | 348.328,71 | -318.509,70 |
| Total de Património Líquido | | 2.332.979,61 | 2.042.184,29 |
| PASSIVO | | | |
| Passivo não corrente | | | |
| Provisões | | 0,00 | 0,00 |
| Financiamentos obtidos | | 0,00 | 0,00 |
| Fornecedores de investimentos | | 0,00 | 0,00 |
| Fornecedores | | 0,00 | 0,00 |
| Responsabilidades por benefícios pós-emprego | | 0,00 | 0,00 |
| Diferimentos | | 0,00 | 0,00 |
| Passivos por impostos diferidos | | 0,00 | 0,00 |
| Outras contas a pagar | | 0,00 | 0,00 |
| Total do Passivo não corrente | | 0,00 | 0,00 |
| Passivo corrente | | | |
| Credores transfer, e sub. não reembolsáveis | 23.3 a) | 17.857,27 | 33.442,75 |
| Fornecedores | 18.2 | 372,91 | 0,00 |
| Adiant. de clientes, contribuintes utentes | | 0,00 | 0,00 |
| Estado e outros entes públicos | | 0,00 | 0,00 |
| Acionistas/sócios/associados | | 0,00 | 0,00 |
| Financiamentos obtidos | | 0,00 | 0,00 |
| Fornecedores de investimentos | | 0,00 | 60,00 |
| Outras contas a pagar | 23.3 b) | 910.601,57 | 918.526,73 |
| Diferimentos | 23.3 b) | 15.313,50 | 33.210,00 |
| Passivos financeiros detidos para negociação | | 0,00 | 0,00 |
| Outros passivos financeiros | | 0,00 | 0,00 |
| Total do Passivo corrente | | 944.145,25 | 985.239,48 |
| Total do Passivo | | 944.145,25 | 985.239,48 |
| Total do Património Líquido e Passivo | | 3.277.124,86 | 3.027.423,77 |



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

| Rendimentos e Gastos | Notas | Datas | |
|--|---------|-------------------|--------------------|
| | | 31.12.2021 | 31.12.2020 |
| Impostos, contribuições e taxas | 14 | 1.583.911,30 | 1.241.596,61 |
| Vendas | | 0,00 | 0,00 |
| Prestações de serviços e concessões | 13 | 28,65 | 107,10 |
| Transferências e subsídios correntes obtidos | 14 | 6.709.914,78 | 6.364.044,58 |
| Rend/Gast. imput.ent.cont.,assoc. e emp.conj. | | 0,00 | 0,00 |
| Variações nos inventários da produção | | 0,00 | 0,00 |
| Trabalhos para a própria entidade | | 0,00 | 0,00 |
| Custo das mere. vend. e das matérias consum. | | 0,00 | 0,00 |
| Fornecimentos e serviços externos | 23.4 | -1.029.957,19 | -906.882,79 |
| Gastos com pessoal | 19.1 | -6.303.254,59 | -6.084.860,84 |
| Transferências e subsídios concedidos | | -3.500,00 | -2.000,00 |
| Prestações sociais | | 0,00 | 0,00 |
| Imp.de invent.e ativos biol. (perdas/revers.) | | 0,00 | 0,00 |
| Imparid. de dívidas a receber(perdas/revers.) | | -417.399,12 | -748.129,53 |
| Provisões (aumentos/reduções) | | 0,00 | 0,00 |
| Imp. invest. não dep./amortiz(perdas/revers.) | | 0,00 | 0,00 |
| Aumentos/reduções de justo valor | | 0,00 | 0,00 |
| Outros rendimentos | 23.4 b) | 181.195,68 | 94.415,52 |
| Outros gastos | 23.4 c) | -151.476,89 | -122.127,65 |
| Result. antes deprec. e gastos de financiamento | | 569.462,62 | -163.837,00 |
| Gastos/reversões de depreciação e amortização | 5 | -221.133,91 | -151.650,44 |
| Imparid. invest. dep./amortiz(perdas/revers.) | | 0,00 | 0,00 |
| Result. operac (antes de gastos financiamento) | | 348.328,71 | -315.487,44 |
| Juros e rendimentos similares obtidos | | 0,00 | 0,00 |
| Juros e gastos similares suportados | 23.4 d) | 0,00 | -3.022,26 |
| Resultado antes de impostos | | 348.328,71 | -318.509,70 |
| Imposto sobre o rendimento | | 0,00 | 0,00 |
| Resultado líquido do período | | 348.328,71 | -318.509,70 |



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

3. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

| Descrição | Notas | Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla | | | | | | | | | | Interesses que não controlam | Total do património líquido |
|---|-------|--|-------------------------|--------------------------------|--------------------|----------|------------------------|------------------------------------|-----------------------------|--------------------------------|----------------------|------------------------------|-----------------------------|
| | | Capital / Património Subscrito | Ações (quotas) próprias | Outros Instrumentos de capital | Prémios de emissão | Reservas | Resultados transitados | Ajustamentos em ativos financeiros | Excedentes de revalorização | Outras variações no património | Resultado líquido do | | |
| POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO (1) | | 499.324,02 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 831.605,93 | 0,00 | 0,00 | 1.029.764,04 | -318.509,70 | 2.042.184,29 | 2.042.184,29 |
| Ajustamentos de transição de ref. contabilístico | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7.500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7.500,00 |
| Alterações de políticas contabilísticas | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Correção de erros materiais | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Diferenças de conv.de demonstrações financeiras | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Realização de excedentes de revalorização | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Excedentes de revalorização e resp. variações | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transferências e subsídios de capital | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | -65.033,39 | 0,00 | -65.033,39 | -65.033,39 |
| Outras alt. reconhecidas no Património Líquido | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| ALTERAÇÕES NO PERÍODO (2) | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7.500,00 | 0,00 | 0,00 | -65.033,39 | 0,00 | -57.533,39 | -57.533,39 |
| RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3) | | | | | | | | | | | 0,00 | 348.328,71 | 348.328,71 |
| RESULTADO INTEGRAL (4) = (2) + (3) | | | | | | | | | | | 0,00 | 290.795,32 | 290.795,32 |
| Subscrições de capital/património | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Subscrições de prémios de emissão | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Entradas para cobertura de perdas | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras operações | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | -318.509,70 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 318.509,70 | 0,00 | 0,00 |
| OPERAÇÃO COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO (5) | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | -318.509,70 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 318.509,70 | 0,00 | 0,00 |
| POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO (6) = (1)+(2)+(3)+(5) | | 499.324,02 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 520.596,23 | 0,00 | 0,00 | 964.730,65 | 348.328,71 | 2.332.979,61 | 2.332.979,61 |



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

4. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

| Rubricas | Notas | Períodos | |
|---|-------|--------------------|--------------------|
| | | 2021 | 2020 |
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | | | |
| Recebimentos de clientes | | 28,65 | 112,05 |
| Recebimentos de contribuintes | | 0,00 | 0,00 |
| Recebimentos transferências e subsídios correntes | | 6.790.922,32 | 6.598.750,03 |
| Recebimentos de utentes | | 826.585,36 | 560.678,02 |
| Pagamentos a fornecedores | | -1.059.429,98 | -1.217.470,86 |
| Pagamentos ao pessoal | | -6.297.397,20 | -5.971.055,37 |
| Pagamentos a contribuintes / utentes | | 0,00 | 0,00 |
| Pagamentos de transferências e subsídios | | -3.500,00 | -2.000,00 |
| Pagamentos de prestações sociais | | 0,00 | 0,00 |
| Caixa gerada pelas Operações | | 257.209,15 | -30.986,13 |
| Pagamento / recebimento do Imp. sobre rendimento | | 0,00 | 0,00 |
| Outros recebimentos/pagamentos | | -157.119,30 | -100.271,87 |
| Fluxos de caixa das atividades operacionais (a) | | 100.089,85 | -131.258,00 |
| Fluxos de caixa das atividades de investimento | | | |
| Pagamentos respeitante a: | | | |
| Ativos fixos tangíveis | | -85.593,48 | -311.277,36 |
| Ativos intangíveis | | -59.214,77 | -110.461,58 |
| Propriedades de Investimento | | 0,00 | 0,00 |
| Investimentos financeiros | | 0,00 | 0,00 |
| Outros ativos | | -4.652,75 | 0,00 |
| Recebimentos proveniente de: | | | |
| Ativos fixos tangíveis | | 0,00 | 0,00 |
| Ativos intangíveis | | 0,00 | 0,00 |
| Propriedades de Investimento | | 0,00 | 0,00 |
| Investimentos financeiros | | 0,00 | 0,00 |
| Outros ativos | | 0,00 | 0,00 |
| Subsídios ao investimento | | 32.164,16 | 344.732,51 |
| Transferências de capital | | 0,00 | 0,00 |
| Juros e rendimentos similares | | 0,00 | 0,00 |
| Dividendos | | 0,00 | 0,00 |
| Fluxos de caixa das atividades de investimento (b) | | -117.296,84 | -77.006,43 |



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

| Rubricas | Notas | Períodos | |
|---|-------|---------------------|---------------------|
| | | 2021 | 2020 |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamento | | | |
| Recebimentos proveniente de: | | | |
| Financiamentos obtidos | | 0,00 | 0,00 |
| Realizações de cap. e de out. instrumentos de cap. | | 0,00 | 0,00 |
| Cobertura de prejuízos | | 0,00 | 0,00 |
| Doações | | 0,00 | 0,00 |
| Outras operações de financiamento | | 0,00 | 0,00 |
| Pagamento respeitantes a: | | | |
| Financiamentos obtidos | | 0,00 | 0,00 |
| Juros e gastos similares | | 0,00 | 0,00 |
| Dividendos | | 0,00 | 0,00 |
| Reduções de cap. e de outros instrumentos de cap. | | 0,00 | 0,00 |
| Outras operações de financiamento | | 0,00 | 0,00 |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamento(c) | | 0,00 | 0,00 |
| Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c) | | -17.206,99 | -208.264,43 |
| Efeito das diferenças de câmbio | | 0,00 | 0,00 |
| Caixa e seus equivalentes de cx. no início do per. | | 1.426.476,42 | 1.634.740,85 |
| Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do per. | | 1.409.269,43 | 1.426.476,42 |
| CONCILIAÇÃO ENTRE CX E SEUS EQUIV E SALDO GERÊNCIA | | | |
| Caixa e seus equivalentes de cx. no início do per. | | 1.426.476,42 | 1.634.740,85 |
| -Equivalentes a caixa no início do período | | 0,00 | 0,00 |
| + Parte do SG que não constitui equiv. de caixa | | 0,00 | 0,00 |
| -Variações cambiais de caixa no início do período | | 0,00 | 0,00 |
| = Saldo da gerência anterior (SGA) | | 1.426.476,42 | 1.634.740,85 |
| SGA De execução orçamental | | 1.304.178,60 | 1.421.126,04 |
| SGA De operações de tesouraria | | 122.297,82 | 213.614,81 |
| Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do per. | | 1.409.269,43 | 1.426.476,42 |
| -Equivalentes a caixa no fim do período | | 0,00 | 0,00 |
| + Parte do SG que não constitui equiv. de caixa | | 0,00 | 0,00 |
| -Variações cambiais de caixa no fim do período | | 0,00 | 0,00 |
| = Saldo da gerência seguinte (SGS) | | 1.409.269,43 | 1.426.476,42 |
| SGS De execução orçamental | | 1.409.269,43 | 1.304.178,60 |
| SGS De operações de tesouraria | | 0,00 | 122.297,82 |



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2021

ANEXO

ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O presente capítulo constitui uma compilação das divulgações exigidas nas NCP e segue o número de ordem do modelo geral apresentado no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

1.1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO

- a) **Designação da entidade:** Tribunal Constitucional
- b) **NIF:** 600014193
- c) **Endereço:** Rua de “O Século”, n.º 111, em Lisboa (1249 117)
- d) **Código da classificação orgânica:** 01.0.04.01
- e) **Tutela:** Órgãos de Soberania - Encargos Gerais do Estado
- f) **Legislação que criou a instituição e principal legislação aplicável:**

O Tribunal rege-se pela Lei de Organização, Funcionamento e Processo do Tribunal Constitucional (LTC), com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 143/85, de 26 de novembro, 85/89, de 7 de setembro, 88/95, de 1 de setembro, e 13-A/98, de 26 de fevereiro, e pelas Leis Orgânicas n.ºs 1/2011, de 30 de novembro, 5/2015, de 10 de abril, 11/2015, de 28 de agosto, 1/2018, de 19 de abril, 4/2019, de 13 de setembro e 1/2022, de 4 de janeiro.

A organização, composição e funcionamento da secretaria e dos serviços de apoio do Tribunal Constitucional encontram-se definidos no Decreto-Lei n.º 545/99, de 14 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197/2015, de 16 de setembro.

Junto do Tribunal Constitucional funciona a Entidade das Contas e Financiamentos Políticos, criada pela Lei do Financiamento dos Partidos Políticos (Lei n.º 19/2003, de 20 de junho). A sua organização e funcionamento são regulados pela Lei Orgânica n.º 2/2005, de 10 de janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica n.º 1/2018, de 19 de abril, e pela Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro.



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

Acresce um novo órgão independente, a Entidade para a Transparência, criada pela Lei Orgânica n.º 4/2019, de 13 de setembro.

g) As demonstrações financeiras apresentadas reportam-se ao período findo em 31 de dezembro de 2021.

Ao Tribunal Constitucional compete apreciar a constitucionalidade e a legalidade de normas, nos termos dos artigos 277.º e seguintes da Constituição, bem como exercer as demais competências previstas na Constituição e na LTC.

O funcionamento do Tribunal compreende a gestão de processos judiciais e a gestão de recursos (bibliotecários, de informação jurídica e documental, informáticos, humanos, administrativos, financeiros e patrimoniais).

O orçamento do Tribunal Constitucional é financiado por receitas gerais do Estado e pelas suas receitas próprias. Está integrado no Ministério 01–Encargos Gerais do Estado, com a classificação orgânica:

| | | |
|-------------|----|---|
| Secretaria: | 1 | – ENCARGOS GERAIS DO ESTADO – ATIVIDADES – SFA |
| Capítulo: | 04 | – TRIBUNAL CONSTITUCIONAL |
| Divisão: | 01 | – TRIBUNAL CONSTITUCIONAL |
| Subdivisão | 01 | – Tribunal Constitucional – Serviços Próprios (SP) |
| Subdivisão | 02 | – Tribunal Constitucional – Entidade das Contas (ECP) |
| Subdivisão | 03 | – Tribunal Constitucional – Entidade para a Transparência (EpT) |

O orçamento, enquadrado no Programa 001 – Órgãos de Soberania, Medida 001– Serviços Gerais da A.P. – Administração Geral, contempla duas atividades:

- Atividade 263: Atividade Judicial
Engloba as despesas de pessoal e de funcionamento dos Serviços Próprios do Tribunal (Subdivisão 01).
- Atividade 264: Controlo Financeiro e Efetivação de Responsabilidades Financeiras
Engloba as despesas da Entidades das Contas e Financiamentos Políticos e da Entidade para a Transparência – órgãos independentes que funcionam junto do Tribunal Constitucional (Subdivisão 02 e Subdivisão 03).



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

A organização e o funcionamento do Tribunal Constitucional compreendem:

O Plenário de Juízes

Nos termos do artigo 222.º da Lei Fundamental e do artigo 12.º da LTC, este é composto por 13 Juízes, sendo 10 designados pela Assembleia da República, por maioria qualificada, e os 3 restantes cooptados pelos Juízes eleitos. Pelo menos 6 Juízes têm de ser escolhidos de entre juízes dos demais tribunais, e os restantes de entre juristas.

O Presidente e o Vice-Presidente

Eleitos pelos Juízes do Tribunal Constitucional por voto secreto.

O Conselho Administrativo

Constituído pelo Presidente, por 2 Juízes, pelo Secretário-Geral e pelo Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro, tendo, designadamente, por competências, a gestão financeira corrente, a elaboração das propostas de orçamento e a organização das contas de gerência (artigo 47.º-F da LTC).

Os serviços do Tribunal Constitucional, salvo os Gabinetes, são dirigidos pelo Secretário-Geral – sob a superintendência do Presidente do Tribunal – e compreendem as seguintes unidades funcionais:

O Gabinete do Presidente

Com assessores e secretárias pessoais, dirigidos por um chefe de gabinete.

O Gabinete do Vice-Presidente

Com assessores e secretária pessoal.

O Gabinete de Juízes

Com assessores e secretárias pessoais.

O Gabinete de Relações Externas

Com técnicos superiores.

O Gabinete do Ministério Público

Com assessores e secretárias pessoais.

A Secretaria Judicial

Dirigida por um secretário de justiça. Integra uma Secção Central e quatro secções de processos, todas dirigidas por escrivães de direito.



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

O Departamento Administrativo e Financeiro

Dirigido por um diretor de serviços.

O Núcleo de Apoio Documental e Informação Jurídica

Dirigido por um diretor de serviços.

O Centro de Informática

Dirigido por um diretor de serviços.

O Tribunal dispõe de um Manual de Controlo Interno, versão 2.0, de julho de 2021. No Manual, o sistema de controlo interno visa garantir, ao abrigo do SNC-AP:

- A salvaguarda da legalidade e da regularidade da elaboração, execução e modificação dos documentos previsionais, da elaboração das demonstrações orçamentais e financeiras e do sistema contabilístico como um todo;
- O cumprimento das deliberações dos órgãos e das decisões dos respetivos titulares;
- A salvaguarda do património;
- A aprovação e o controlo de documentos;
- A exatidão e a integridade dos registos contabilísticos, bem como a garantia da fiabilidade da informação produzida;
- O incremento da eficiência das operações;
- A adequada utilização dos fundos e o cumprimento dos limites legais à assunção de encargos;
- O controlo das aplicações e do ambiente informático;
- O registo oportuno das operações pela quantia correta em sistemas de informação apropriados e no período contabilístico a que respeitam, de acordo com as decisões de gestão e no respeito pelas normas legais aplicáveis;
- Uma adequada gestão de riscos.

O documento está dividido em 7 partes (Geral, Tesouraria, Gestão de receita e controlo de contas correntes, Gestão de aquisição de bens e serviços e controlo de contas correntes, Gestão de ativos fixos tangíveis e intangíveis na sua titularidade, Gestão de inventário e Fundo de maneo).



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

Em matéria de organização dos processos contabilísticos, os documentos de suporte são conservados do seguinte modo:

Despesa – Os processos de despesa são arquivados por número de autorização de pagamento e por classificação económica de despesa. Estes processos são compostos por proposta de realização de despesa, cabimento, nota de encomenda, autorização de pagamento, fatura, recibo comprovativo de pagamento. Os processos relativos aos contratos de aquisição de serviços ou fornecimento de bens são arquivados individualmente, de acordo com a natureza do contrato e com o respetivo fornecedor, e encontram-se ordenados conforme a data de lançamento dos procedimentos pré-contratuais.

Outras Operações – As Solicitações de Transferência de Fundos submetidas à Direção-Geral do Orçamento encontram-se arquivadas, por meses, em suporte informático, devidamente assinadas de forma digital. As folhas de vencimento e respetivos documentos de suporte dos abonos processados mensalmente, bem como os correspondentes descontos e retenções e respetivos comprovativos das entregas e pagamentos efetuados encontram-se arquivados, por meses, em formato físico.

Relativamente a sistemas de informação, a informação contabilística respeitante ao orçamento anual do Tribunal é gerida através da solução de Gestão de Recursos Financeiros em modo partilhado (GeRFiP), desenvolvida pela Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública (ESPAP).

A gestão dos recursos humanos e o processamento de vencimentos é feita através do Sistema de Recurso Humanos (SRH), desenvolvido e mantido pela Direção-Geral do Orçamento, ligado ao GeRFiP através da Interface Financeiro de Vencimentos (IFV).

A gestão de processos judiciais é gerida de forma integrada através do Sistema de Gestão de Informação da Secretaria Judicial. A aplicação foi concebida em ambiente Dot Net, utilizando a linguagem C-Sharp, e à medida do Tribunal Constitucional. É composta pelos seguintes módulos:

- Registo de entradas;
- Distribuição de processos;
- Secções;



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

- Classificação de acórdãos, onde são coligidos dados relativos à jurisprudência produzida, informação que depois de tratada juridicamente é disponibilizada para consulta pública no sítio da Internet do Tribunal Constitucional
- Repositório UDAP, que consiste numa compilação dos textos integrais dos acórdãos e no controlo das respetivas declarações de voto;
- Processamento de contas;
- Interface SIBS;
- Interface Expedição;
- Interface Tribunais;
- Registo dos detentores de cargos políticos para controlo das Declarações de Rendimentos e de Incompatibilidades; e
- Interface DAF – movimentos financeiros.

A gestão documental, baseada numa aplicação comum, permite agregar a produção, a tramitação, o uso, a avaliação e o arquivo de documentos.

São, ainda, utilizadas aplicações de utilização generalizada com base em software da Microsoft.

1.2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Referencial Contabilístico

As presentes Demonstrações Financeiras são apresentadas de acordo com o referencial contabilístico Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

A IPSAS 33 admite um período de transição de 3 anos para as entidades publicarem as suas contas em conformidade com as suas disposições quando estejam em causa matérias justificadamente mais complexas, de modo a prevenir o incumprimento.

Esclarece-se, em todo o caso, o cumprimento da NCP 25 - Relato por Segmentos e da NCP 27 - Contabilidade de Gestão está dependente desenvolvimentos informáticos na aplicação GeRFiP, que escapam ao controlo do TC.

De referir que as notas não indicadas neste Anexo ou não são aplicáveis ou não são relevantes para a compreensão das Demonstrações Financeiras em análise.



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

No decorrer do exercício não existiram quaisquer casos excepcionais que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 2 foram aplicadas nas demonstrações financeiras para o período de 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021.

d) Valores de caixa e depósitos bancários indisponíveis para uso

O montante de 17.857,27€ está indisponível para uso dado tratar-se do valor de saldo de gerência a entregar ao Tesouro.

e) Valores de caixa e depósitos bancários

A 31 de dezembro de 2020 e de 2021, a desagregação dos saldos de caixa e depósitos é a seguinte:

| Descrição | 31/12/2021 | 31/12/2020 | Variação em Valor | Variação em % |
|-----------------------------------|---------------------|---------------------|-------------------|---------------|
| Caixa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | - |
| Depósitos à Ordem no Tesouro | 1 409 269,43 | 1 426 476,42 | -17 206,99 | -1% |
| Depósitos a Prazo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | - |
| Depósitos Consignados | 0,00 | 0,00 | 0,00 | - |
| Depósitos de Garantias e Cauções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | - |
| Total de Caixa e Depósitos | 1 409 269,43 | 1 426 476,42 | -17 206,99 | -1% |

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

2.1. BASES DE MENSURAÇÃO

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com a Norma Contabilística Pública n.º 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, sendo o euro a moeda funcional e de apresentação.

2.1.1. Apresentação Apropriada e Conformidade com as NCP

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Representam de forma fiel os



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas NCP.

2.1.2. Informação Comparativa

A informação comparativa relativa ao período anterior foi divulgada para todas as quantias relatadas nas Demonstrações Financeiras, respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade; as políticas contabilísticas foram adotadas de maneira consistente ao longo do tempo.

Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação serão divulgadas, tendo em conta: (i) a natureza de reclassificação; (ii) a quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e (iii) a razão para a reclassificação.

2.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras têm-se mantido consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhe dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

2.1.4. Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante serão apresentadas separadamente, a menos que sejam imateriais.

2.1.5. Compensação

Devido à importância de os ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, não houve lugar a compensações, exceto se exigidas por uma NCP.



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

2.1.6. Continuidade

Com base na informação disponível e nas expetativas em relação ao futuro, o Tribunal Constitucional continuará a operar no pressuposto de que não haverá necessidade alterar consideravelmente o nível das suas operações, não obstante a pandemia, que se mantém e que levou a uma adaptação nos processos de trabalho do Tribunal.

2.2. OUTRAS POLÍTICAS RELEVANTES

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que se descrevem na presente nota. Estas políticas foram consistentemente aplicadas aos exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

- **Ativos intangíveis**

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade. Estas despesas apenas são reconhecidas como ativo quando seja provável que delas advenham benefícios económicos futuros para o Tribunal Constitucional.

- **Ativos fixos tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e das perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço da fatura, as despesas relacionadas com a aquisição e todas as despesas indispensáveis para colocar o ativo em condições de utilização e pronto para uso.

As depreciações são calculadas após o início de utilização dos bens pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

- **Imparidade de ativos**

É efetuada, à data de balanço, uma avaliação das eventuais imparidades de ativos. Uma perda por imparidade é registada quando o montante pelo qual o ativo esteja contabilizado seja superior à sua quantia recuperável.



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

▪ Instrumentos financeiros

Nos instrumentos financeiros, são adotadas as seguintes políticas por classes de instrumentos:

- Clientes, contribuintes e utentes e outras contas a receber, são registados ao custo, deduzido de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.
- Fornecedores e outras contas a pagar, são registadas ao custo.
- Caixa e equivalentes de caixa, estão registados ao custo. Inclui os valores em caixa e depósitos.

▪ Património/Capital

Corresponde à diferença entre os Ativos e Passivos apurado em 2011, aquando da adoção do POCP.

▪ Outras variações no património líquido

Corresponde às receitas obtidas do orçamento do Estado para financiamento de despesas de capital, posteriormente reconhecidas na demonstração dos resultados como outros rendimentos e ganhos, proporcionalmente às depreciações respetivas dos ativos adquiridos através dessa fonte de financiamento.

▪ Provisões, ativos e passivos contingentes

O Tribunal Constitucional analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

▪ Regime do acréscimo

Os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Devedores e credores por acréscimos” ou “Diferimentos”.



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

▪ R dito

O R dito é reconhecido líquido e registado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas e prestações de serviços.

▪ Benefícios dos empregados

Os benefícios a curto prazo dos empregados incluem s l rios, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, despesas de representação, subsídio de alojamento, ajudas de custo, abono para falhas, pr mios e subsídio de trabalho extraordinário. Para  l m disso, são ainda incluídas as contribuições para Sistemas de Proteção Social, de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável.

As obrigações decorrentes são reconhecidas como gastos no período em que o trabalho é prestado, por contrapartida de um passivo, que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias vencem-se a 31 de dezembro do respetivo ano, sendo somente pago no período seguinte, pelo que os gastos respetivos são reconhecidos similarmente aos benefícios  tr s referidos.

Os benefícios decorrentes da cessaa  o de emprego, quer por decisão unilateral do Tribunal Constitucional, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

2.3. JULGAMENTOS (EXCETUANDO OS QUE ENVOLVEM ESTIMATIVAS)

QUE O ÓRGÃO DE GESTÃO FEZ NO PROCESSO DE APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E QUE TIVERAM IMPACTO NAS QUANTIAS RECONHECIDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência   data de relato com base no melhor conhecimento existente   data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes.

Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis   data da aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas.



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo, e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuados na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- acréscimo de rendimentos relativo a processos a aguardar trânsito em julgado;
- registo de ajustamentos aos valores dos ativos, nomeadamente dívidas a receber de Clientes, contribuintes e utentes;
- estimativa de férias e de subsídio de férias associados aos empregados.

2.4. PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Tribunal Constitucional, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal. Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes a essa data são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo às demonstrações financeiras.

2.5. PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS

Como principal fonte de incerteza refere-se a estimativa de Perda de imparidade de clientes, contribuintes e utentes por ausência de informação histórica relativa à eficácia do processo de cobrança das dívidas a 31.12.2021 enviadas para execução fiscal junto da AT. À data de emissão das contas, o valor ascende a 750.278 euros.

Por prudência – impossibilidade de reconhecimento de dívidas a receber de contas anteriores a 1.1.2019 e o impacto da pandemia da doença Covid-19 na atividade dos serviços do Tribunal Constitucional e na cobrança de execuções junto da AT (suspensão de prazos) –, poderá a estimativa ser excessiva e consequentemente resultar na reversão da Perda de Imparidade que terá como consequência um aumento do valor do ativo, correspondente ao valor que venha a ser cobrado. Em 2021, a reversão de perdas de imparidade totalizou 206.465 euros.



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

3. ATIVOS INTANGÍVEIS

3.1. ATIVOS INTANGÍVEIS GERADOS INTERNAMENTE E OUTROS

a) Vidas úteis ou taxas de amortização

É aplicado o Classificador Complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional, publicado no anexo ao Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo intangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de amortização, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

b) Métodos de amortização

O método de amortização usado para os ativos intangíveis é o método das quotas constantes (ou linha reta).

c) Quantia escriturada no início e no final do período

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como as respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi a seguinte:

| Ativos Intangíveis - Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas | Início do Período | | | | Fim do Período | | | |
|--|-------------------|-------------------------|----------------------------------|---------------------|----------------|-------------------------|----------------------------------|---------------------|
| RUBRICAS | Quantia Bruta | Amortizações Acumuladas | Perdas por Imparidade Acumuladas | Quantia Escriturada | Quantia Bruta | Amortizações Acumuladas | Perdas por Imparidade Acumuladas | Quantia Escriturada |
| Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Goodwill | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Projetos de desenvolvimento | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Programas de computador e sistemas de informação | 80 786,63 | 58 621,53 | 0,00 | 22 165,10 | 126 168,94 | 71 867,81 | 0,00 | 54 301,13 |
| Propriedade industrial e intelectual | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativos intangíveis em curso | 33 210,00 | 0,00 | 0,00 | 33 210,00 | 15 313,50 | 0,00 | 0,00 | 15 313,50 |
| Total | 113 996,63 | 58 621,53 | 0,00 | 55 375,10 | 141 482,44 | 71 867,81 | 0,00 | 69 614,63 |

d) Gastos/reversões de depreciação e amortização

Os gastos e reversões de amortizações respeitantes a ativos intangíveis encontram-se refletidos na Demonstração dos Resultados por Natureza.



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

e) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, ocorreram as seguintes variações:

| Ativos intangíveis – quantia escriturada e variações do período | Quantia escriturada inicial | Variações no período | | | | | | | | Quantia escriturada final |
|---|-----------------------------|----------------------|-----------------------------------|----------------|------------------------------------|-----------------------|-------------------------|---------------------|-------------|---------------------------|
| | | Adições | Transferência internas à entidade | Revalorizações | Reversões de Perdas por Imparidade | Perdas por imparidade | Amortizações do período | Diferenças cambiais | Diminuições | |
| RUBRICAS | | | | | | | | | | |
| Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Goodwill | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Projetos de desenvolvimento | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Programas de computador e sistemas de informação | 22 165,10 | 8 482,31 | 36 900,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | -13 246,28 | 0,00 | 0,00 | 54 301,13 |
| Propriedade industrial e intelectual | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativos intangíveis em curso | 33 210,00 | 19 003,50 | -36 900,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15 313,50 |
| Total | 55 375,10 | 27 485,81 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | -13 246,28 | 0,00 | 0,00 | 69 614,63 |

i) Ativos intangíveis – Adições

Durante o exercício de 2021, ocorreram as seguintes adições:

| Ativos intangíveis – adições | Adições | | | | | | | | | Total |
|---|-------------|------------------|-------------|------------------------|--|--------------------|--------------------|------------------------------|-------------|------------------|
| | Internas | Compra | Cessão | Transferência ou troca | Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado | Dação em pagamento | Locação financeira | Fusão, cisão, reestruturação | Outras | |
| RUBRICAS | | | | | | | | | | |
| Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Goodwill | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Projetos de desenvolvimento | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Programas de computador e sistemas de informação | 0,00 | 8 482,31 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 8 482,31 |
| Propriedade industrial e intelectual | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativos intangíveis em curso | 0,00 | 19 003,50 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 19 003,50 |
| Total | 0,00 | 27 485,81 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 27 485,81 |

As *adições* representam o investimento em licenças de software e certificados digitais enquanto que o *ativo intangível em curso* é formado pelo sistema eletrónico de Gestão Documental e pelos serviços de consultoria prestados no âmbito da implementação da plataforma eletrónica da Entidade para a Transparência (EpT) para a entrega da declaração única de rendimentos, património e interesses.

ii) Ativos intangíveis – Diminuições

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não existiram diminuições nos ativos intangíveis no Tribunal Constitucional.



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

5. ATIVOS TANGÍVEIS

5.1. ATIVOS TANGÍVEIS GERADOS INTERNAMENTE E OUTROS

a) Bases de mensuração

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2021 encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até aquela data, deduzido das depreciações. Na transição para o SNC-AP manteve-se o critério de mensuração pelo método do custo para os restantes ativos não correntes.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após 1 de janeiro de 2021 são registados ao custo de aquisição ou produção líquidos das respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos de aquisição ou produção incluem o custo de compras, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condições necessárias para operarem de forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de localização que a entidade incorrer.

Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios económicos futuros fluirão para a entidade e o custo possa ser mensurado com fiabilidade.

Os custos com manutenção e reparação são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

b) Método de depreciação usados

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil máximo constante no Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE), e mediante a aplicação retrospectiva do Classificador Complementar 2 – cadastros do SNC-AP (CC2) relativamente às construções em Edifícios e outras construções.

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data de relato onde consta, para cada elemento aplicável do ativo tangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de amortização,



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

d) Ativos fixos tangíveis – variações das depreciações e perdas por imparidade acumuladas

Durante os exercícios findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a quantia escriturada dos ativos tangíveis, bem como as respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi a seguinte:

| Ativos Tangíveis - Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas | Início do Período | | | | Fim do Período | | | |
|--|---------------------|-------------------------|----------------------------------|---------------------|---------------------|-------------------------|----------------------------------|---------------------|
| RUBRICAS | Quantia Bruta | Amortizações Acumuladas | Perdas por Imparidade Acumuladas | Quantia Escriturada | Quantia Bruta | Amortizações Acumuladas | Perdas por Imparidade Acumuladas | Quantia Escriturada |
| Terrenos e recursos naturais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Edifícios e outras construções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Infraestruturas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Património histórico, artístico e cultural | 95 388,47 | 28 111,04 | 0,00 | 67 277,43 | 128 486,99 | 28 111,04 | 0,00 | 100 375,95 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Bens de domínio público em curso | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural | 95 388,47 | 28 111,04 | 0,00 | 67 277,43 | 128 486,99 | 28 111,04 | 0,00 | 100 375,95 |
| Terrenos e recursos naturais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Edifícios e outras construções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Infraestruturas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Património histórico, artístico e cultural | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativos fixos em concessão em curso | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativos fixos em concessão | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Terrenos e recursos naturais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Edifícios e outras construções | 407 094,99 | 83 393,66 | 29 224,18 | 294 477,15 | 419 587,92 | 120 595,18 | 29 224,18 | 269 768,56 |
| Equipamento básico | 1 588 536,17 | 1 280 339,20 | 0,00 | 308 196,97 | 1 576 953,90 | 1 318 551,08 | 0,00 | 258 402,82 |
| Equipamento de transporte | 694 744,98 | 628 059,06 | 0,00 | 66 685,92 | 694 744,98 | 648 605,93 | 0,00 | 46 139,05 |
| Equipamento administrativo | 657 425,61 | 473 184,03 | 0,00 | 184 241,58 | 644 500,94 | 485 453,97 | 0,00 | 159 046,97 |
| Equipamentos biológicos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros | 1 354 977,59 | 968 320,98 | 0,00 | 386 656,61 | 1 356 520,88 | 951 896,46 | 0,00 | 404 624,42 |
| Ativos fixos tangíveis em curso | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros ativos fixos tangíveis | 4 702 779,34 | 3 433 296,93 | 29 224,18 | 1 240 258,23 | 4 692 308,62 | 3 525 102,62 | 29 224,18 | 1 137 981,82 |
| Total | 4 798 167,81 | 3 461 407,97 | 29 224,18 | 1 307 535,66 | 4 820 795,61 | 3 553 213,66 | 29 224,18 | 1 238 357,77 |

e) Ativos fixos tangíveis - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, ocorreram as seguintes variações:

| Ativos Fixos Tangíveis - Quantia Escriturada e Variações do período | Quantia escriturada inicial | Variações no período | | | | | | | | Quantia escriturada final |
|---|-----------------------------|----------------------|------------------------------------|----------------|------------------------------------|-----------------------|-------------------------|---------------------|-------------|---------------------------|
| RUBRICAS | | Adições | Transferências internas à entidade | Revalorizações | Reversões de perdas por imparidade | Perdas por imparidade | Depreciações do período | Diferenças cambiais | Diminuições | |
| Terrenos e recursos naturais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Edifícios e outras construções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Infraestruturas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Património histórico, artístico e cultural | 67 277,43 | 28 295,97 | 4 802,55 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 100 375,95 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Bens de domínio público em curso | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural | 67 277,43 | 28 295,97 | 4 802,55 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 100 375,95 |
| Terrenos e recursos naturais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Edifícios e outras construções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Infraestruturas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Património histórico, artístico e cultural | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativos fixos em concessão em curso | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativos fixos em concessão | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

| Ativos Fijos Tangíveis - Quantia Escriturada e Variações do período | Quantia escriturada inicial | Variações no período | | | | | | | | Quantia escriturada final |
|---|-----------------------------|----------------------|------------------------------------|----------------|------------------------------------|-----------------------|-------------------------|---------------------|--------------------|---------------------------|
| | | Adições | Transferências internas à entidade | Revalorizações | Reversões de perdas por imparidade | Perdas por imparidade | Depreciações do período | Diferenças cambiais | Diminuições | |
| Terrenos e recursos naturais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Edifícios e outras construções | 294 477,15 | 12 492,93 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | -37 201,52 | 0,00 | 0,00 | 269 768,56 |
| Equipamento básico | 308 196,97 | 57 029,79 | -4 802,55 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | -38 211,88 | 0,00 | -63 809,51 | 258 402,82 |
| Equipamento de transporte | 66 685,92 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | -20 546,87 | 0,00 | 0,00 | 46 139,05 |
| Equipamento administrativo | 184 241,58 | 9 182,30 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | -12 269,94 | 0,00 | -22 106,97 | 159 046,97 |
| Equipamentos biológicos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros | 386 656,61 | 31 276,77 | 431,98 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 16 424,52 | 0,00 | -30 165,46 | 404 624,42 |
| Ativos fixos tangíveis em curso | 0,00 | 431,98 | -431,98 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros ativos fixos tangíveis | 1 240 258,23 | 110 413,77 | -4 802,55 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | -91 805,69 | 0,00 | -116 081,94 | 1 137 981,82 |
| Total | 1 307 535,66 | 138 709,74 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | -91 805,69 | 0,00 | -116 081,94 | 1 238 357,77 |

i) Ativos fixos tangíveis - Adições

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, ocorreram as seguintes adições:

| Ativos Fijos Tangíveis - Adições | Adições | | | | | | | | | | |
|---|-------------|-------------------|-------------|------------------------|--------------|--|--------------------|--------------------|------------------------------|-------------|-------------------|
| | Internas | Compra | Cessão | Transferência ou troca | Expropriação | Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado | Dação em pagamento | Locação financeira | Fusão, cisão, reestruturação | Outras | Total |
| Terrenos e recursos naturais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Edifícios e outras construções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Infraestruturas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Património histórico, artístico e cultural | 0,00 | 28 295,97 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 28 295,97 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Bens de domínio público em curso | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural | 0,00 | 28 295,97 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 28 295,97 |
| Terrenos e recursos naturais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Edifícios e outras construções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Infraestruturas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Património histórico, artístico e cultural | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativos fixos em concessão em curso | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativos fixos em concessão | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Terrenos e recursos naturais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Edifícios e outras construções | 0,00 | 12 492,93 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 12 492,93 |
| Equipamento básico | 0,00 | 56 929,79 | 0,00 | 100,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 57 029,79 |
| Equipamento de transporte | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Equipamento administrativo | 0,00 | 9 182,30 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 9 182,30 |
| Equipamentos biológicos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 31 276,77 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 31 276,77 |
| Ativos fixos tangíveis em curso | 0,00 | 431,98 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 431,98 |
| Outros ativos fixos tangíveis | 0,00 | 110 313,77 | 0,00 | 100,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 110 413,77 |
| Total | 0,00 | 138 609,74 | 0,00 | 100,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 138 709,74 |

No decorrer do ano de 2021, o Tribunal Constitucional realizou adições no total de 138.709,34 euros.

Do total de adições de ativos fixos tangíveis destacam-se as aquisições registadas na rubrica de Equipamento Básico. As compras de 56.929,79 euros são referentes a computadores e monitores, a equipamentos de videoconferência, equipamento para a copa, entre outros.

Os valores registados na rubrica de Património histórico, artístico e cultural correspondem a três volumes da coletânea de Acórdãos do Tribunal Constitucional em livro digital (e-book) e a monografias para a Biblioteca do Tribunal Constitucional.



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

No que refere à rubrica Outros (31.276,77 euros), destaca-se a substituição de 11 equipamentos de sistemas de aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC) – 7 aparelhos compactos sem unidade exterior e 1 sistema de ar condicionado central do tipo *multi-split* com 3 aparelhos.

ii) Ativos fixos tangíveis – diminuições

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, ocorreram as seguintes diminuições:

| Ativos Fixos Tangíveis - Diminuições | Diminuições | | | | | |
|---|----------------------------|------------------------|-----------------------|------------------------------|--------------------|--------------------|
| | Alienação a título oneroso | Transferência ou troca | Devolução ou reversão | Fusão, cisão, reestruturação | Outras | Total |
| RUBRICAS | | | | | | |
| Terrenos e recursos naturais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Edifícios e outras construções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Infraestruturas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Património histórico, artístico e cultural | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Bens de domínio público em curso | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Bens de domínio público, património histórico, | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Terrenos e recursos naturais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Edifícios e outras construções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Infraestruturas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Património histórico, artístico e cultural | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativos fixos em concessão em curso | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativos fixos em concessão | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Terrenos e recursos naturais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Edifícios e outras construções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Equipamento básico | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | -63 809,51 | -63 809,51 |
| Equipamento de transporte | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Equipamento administrativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | -22 106,97 | -22 106,97 |
| Equipamentos biológicos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | -30 165,46 | -30 165,46 |
| Ativos fixos tangíveis em curso | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros ativos fixos tangíveis | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | -116 081,94 | -116 081,94 |
| Total | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | -116 081,94 | -116 081,94 |

No decorrer do ano de 2021, o Tribunal Constitucional realizou diminuições no total de 116.081,94 euros, tendo-se procedido ao registo de 178 autos de abate, referentes a equipamentos informáticos (computadores e impressoras) e a equipamentos de escritório.



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

5.6. OUTRAS DIVULGAÇÕES DE ATIVOS TANGÍVEIS

a) A quantia escriturada de ativos fixos tangíveis temporariamente sem uso

O Tribunal possui 5 viaturas inoperacionais com despacho de autorização para executar o respetivo abate.

b) A quantia escriturada bruta de qualquer ativo fixo tangível totalmente depreciado que ainda esteja em uso

O Tribunal possui atualmente ativos fixos tangíveis totalmente depreciados que ainda se encontram em uso, nomeadamente 12 viaturas da frota automóvel com mais de 18 anos de idade.

6. LOCAÇÕES

6.2. LOCAÇÕES OPERACIONAIS - LOCATÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2021, o Tribunal Constitucional mantém os seguintes locatários:

| BENS LOCADOS | Valor do Contrato | Pagamentos Efectuados Acumulados | | | | Futuros Pagamentos Mínimos | | | | Valor presente dos futuros pagamentos mínimos |
|--------------------------------|-------------------|----------------------------------|---------------------|--------------------|---------------------|----------------------------|------------------|-------------------|-----------|---|
| | | Período | | Acumulado | | Até 1 ano | Entre 1 e 5 anos | Superior a 5 anos | Total | |
| | | Pagamentos Mínimos | Rendas Contingentes | Pagamentos Mínimos | Rendas Contingentes | | | | | |
| Equipamento administrativo | 88 240,74 | 31 370,25 | | 66 829,43 | | 21 274,58 | 136,73 | | 21 411,31 | 21 411,31 |
| Ricoh | 87 010,20 | 30 770,40 | | 66 079,88 | | 20 930,32 | 0,00 | | 20 930,32 | 20 930,32 |
| Multimac | 1 230,54 | 599,85 | | 749,55 | | 344,26 | 136,73 | | 480,99 | 480,99 |
| Edifícios e outras Construções | 99 000,00 | 99 000,00 | | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 |
| Findmore | 99 000,00 | 99 000,00 | | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 |
| Equipamento Básico | 10 009,93 | 3 772,28 | | 5 543,48 | | 4 075,09 | 391,36 | | 4 466,45 | 4 466,45 |
| Pinheiro de Melo | 5 313,60 | 1 815,48 | | 3 586,68 | | 1 726,92 | 0,00 | | 1 726,92 | 1 726,92 |
| Rentokil | 4 696,33 | 1 956,80 | | 1 956,80 | | 2 348,17 | 391,36 | | 2 739,53 | 2 739,53 |
| Total | 197 250,67 | 134 142,53 | | 72 372,91 | | 25 349,67 | 528,09 | | 25 877,76 | 25 877,76 |

O contrato com a *Findmore*, que tem por objeto o arrendamento das instalações da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos.

O contrato com a *Ricoh*, que tem por objeto o fornecimento, instalação e configuração de equipamentos multifunções de cópia, impressão e digitalização, consumíveis e plafond mensal de cópias e o contrato com a Multimac, que tem por objeto a locação de um equipamento multifunções com serviço de fax.

O contrato com a *Pinheiro de Melo*, que tem por objeto o fornecimento, instalação e manutenção de equipamentos de purificação de água para a sede do Tribunal Constitucional e para as instalações da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos.

O contrato com a *Rentokil*, que tem por objeto o fornecimento de recargas para higienizadores de mãos à base de álcool.



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

9. IMPARIDADE DE ATIVOS

Com a implementação do novo referencial contabilístico, ao introduzir as contas correntes de custas judiciais, foram tidas em consideração também as imparidades, parte das quais foram reconhecidas em 2020 e as restantes, com origem em 2019, foram inscritas no balanço inicial.

Foram reconhecidas imparidades com base na antiguidade dos valores em dívida, tendo-se considerado os seguintes critérios para contas a receber:

| Situação da conta a receber | Montante a reconhecer de imparidade |
|--|-------------------------------------|
| Por vencer | 0% |
| Vencidas a menos de 6 meses | 80% |
| Vencidas a menos de 12 meses, mas mais de 6 meses | 85% |
| Vencidas a menos de 18 meses, mas a mais de 12 meses | 95% |
| Vencidas a menos de 24 meses, mas mais de 18 meses | 98% |
| Vencidas a mais de 24 meses | 100% |

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, ocorreram as seguintes variações:

| Descrição | Quantia Escriturada de Imparidade Inicial (1) | Reforço (2) | Reversão (3) | Utilização (4) | Quantia Escriturada de Imparidade Final (5)=(1)+(2)-(3)-(4) |
|----------------------------------|---|-------------|--------------|----------------|---|
| Cientes, Contribuintes e Utentes | 1 247 469,85 | 623 863,73 | 206 464,61 | | 1 664 868,97 |

O montante da quantia escriturada inicial corresponde ao valor reconhecido em sede de balanço inicial, destacando-se as reversões (cobrança de custas em imparidade) que representam 16,55% daquele valor.

13. RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO

a) Políticas contabilísticas e métodos adotados

Prestação de Serviços: o rendimento é reconhecido na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

b) Quantia da cada categoria de Rendimentos

Os rendimentos provenientes de transações com contraprestação, recebidos nos anos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, têm a seguinte decomposição na demonstração de resultados:



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

| Descrição | 31/12/2021 | 31/12/2020 | Variação em Valor | Variação em % |
|---------------------------------|--------------|--------------|-------------------|---------------|
| Prestação de Serviços | 28,65 | 107,10 | -78,45 | -73% |
| Impostos, contribuições e taxas | 1 583 911,30 | 1 241 596,61 | 342 314,69 | 28% |

Os rendimentos provenientes de Prestação de Serviços referem-se a vendas de fotocópias pela Biblioteca do Tribunal Constitucional.

Os rendimentos provenientes das taxas, no montante de 1.583.911,30 euros, estão em conformidade com o Regime de Custas – Decreto-Lei n.º 303/98, de 7 de outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 91/2008, de 2 de junho.

14. RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

14.1. DIVULGAÇÃO DAS CLASSES DE RENDIMENTOS SEM CONTRAPRESTAÇÃO

Os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação, recebidos nos anos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, têm a seguinte decomposição na demonstração de resultados:

| Descrição | 31/12/2021 | 31/12/2020 | Variação em Valor | Variação em % |
|--|--------------|--------------|-------------------|---------------|
| Transferências e subsídios correntes obtidos | 6 709 914,78 | 6 364 044,58 | 345 870,20 | 5% |

Os rendimentos provenientes das transferências no valor de 6.709.914,78 euros dizem respeito a transferências do Orçamento do Estado.

17. ACONTECIMENTOS APÓS DATA DE BALANÇO

Não foram verificados acontecimentos após a data do relato suscetíveis de modificar a situação evidenciada nas contas.

Contudo, importa destacar, por um lado, a ocorrência de ataques cibernéticos – sucessivos e com grande impacto –, que têm ocorrido em Portugal desde o início do corrente ano, e, por outro, a Guerra na Ucrânia enquanto fator de incerteza nos mercados, com efeitos na inflação, fenómenos que se afiguram suscetíveis de ter uma repercussão financeira cuja dimensão não é, ainda, possível mensurar.



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

18.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E BASES DE MENSURAÇÃO

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros encontram-se relevados pelo justo valor, sendo posteriormente reconhecidos pelo justo valor e pelo custo amortizado menos perdas por imparidade. A rubrica de depósito à ordem – ativos financeiros – está mensurada pelo justo valor.

18.2. ATIVOS FINANCEIROS E PASSIVOS FINANCEIROS

a) Clientes, contribuintes e utentes

O Tribunal Constitucional apresenta um saldo de clientes no montante de 236.663,14 euros, assim discriminado:

| Descrição | 31/12/2021 | 31/12/2020 | Variação em Valor | Variação em % |
|---|---------------|---------------|-------------------|---------------|
| Clientes | 236 663,14 | 196 625,75 | 40 037,39 | 20% |
| Client/Cont/Ute -Clientes C/C-Realí até 12 meses | 127 787,40 | 75 727,50 | 52 059,90 | 69% |
| Client/Cont/Ut Cob Duv-Clientes | 1 773 744,71 | 1 368 368,10 | 405 376,61 | 30% |
| Clientes-Perd P/Imparid Acumul-Realí até 12 meses | -1 664 868,97 | -1 247 469,85 | -417 399,12 | 33% |

b) Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, as categorias de ativos financeiros estão detalhadas conforme segue:

| Descrição | 31/12/2021 | 31/12/2020 | Variação em Valor | Variação em % |
|-------------------------|------------|------------|-------------------|---------------|
| Outras Contas a Receber | 288 354,72 | 7 856,51 | 280 498,21 | 3570% |

O saldo de Outras Contas a Receber diz respeito à caução do contrato de arrendamento do espaço sede da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos e à aplicação da especialização de rendimento de custas de 2021, liquidadas e cobradas em 2022.

c) Passivos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, as categorias de passivos financeiros estão detalhadas conforme segue:

| Descrição | 31/12/2021 | 31/12/2020 | Variação em Valor | Variação em % |
|-----------------------------------|------------|------------|-------------------|---------------|
| Aquisição de Bens e Serviços | 372,91 | 0,00 | 372,91 | - |
| Remunerações Certas e Permanentes | 0,00 | 71,00 | -71,00 | -100% |
| Aquisição de Bens de Capital | 0,00 | 60,00 | -60,00 | -100% |



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

O passivo financeiro de 2021 corresponde a uma prestação relativa ao contrato de locação operacional de equipamentos multifunções e a compras realizadas no quadro da representação do Tribunal Constitucional.

19. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

19.1. BENEFÍCIOS DEFINIDOS

Os benefícios de empregados de curto prazo incluem salários, ordenados, prémios de desempenho, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, e quaisquer outras retribuições adicionais, tais como trabalho extraordinário e subsídio de prevenção e trabalho noturno e abonos variáveis.

Todo o pessoal ao serviço do Tribunal Constitucional foi remunerado de acordo com as respetivas funções. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e a subsídio de férias vencem-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago no ano subsequente, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de Gastos com Pessoal decompõe-se da seguinte forma:

| Descrição | 31/12/2021 | 31/12/2020 | Variação em Valor | Variação em % |
|---|---------------------|---------------------|-------------------|---------------|
| Gastos com Pessoal | 6 303 254,59 | 6 084 860,84 | 218 393,75 | 4% |
| Remuneração Base - Órgãos Sociais | 1 408 901,40 | 1 431 267,09 | -22 365,69 | -2% |
| Remuneração Base - Outros | 2 122 816,36 | 2 026 505,52 | 96 310,84 | 5% |
| Subsídio de Férias e de Natal | 679 559,89 | 675 968,26 | 3 591,63 | 1% |
| Subsídio de Refeição | 106 010,18 | 103 547,16 | 2 463,02 | 2% |
| Ajudas de Custo | 71 744,12 | 37 799,30 | 33 944,82 | 90% |
| Alimentação, Alojamento | 55 749,58 | 81 493,06 | -25 743,48 | -32% |
| Despesas de Representação | 64 018,16 | 76 146,40 | -12 128,24 | -16% |
| Outros Suplementos | 305 289,99 | 290 880,71 | 14 409,28 | 5% |
| Outros Abonos | 923,98 | 982,84 | -58,86 | -6% |
| Suplementos e Prémios | 198 877,54 | 154 665,86 | 44 211,68 | 29% |
| Trabalho Extraordinário | 68 231,84 | 45 172,48 | 23 059,36 | 51% |
| Encargos Remunerações Seg. Social e CGA | 1 171 311,41 | 1 131 593,97 | 39 717,44 | 4% |
| Outros Encargos Sociais | 22 110,87 | 27 021,98 | -4 911,11 | -18% |
| Encargos com a Saúde | 45,00 | 0,00 | 45,00 | - |
| Outros Gastos com Pessoal | 27 664,27 | 1 816,21 | 25 848,06 | 1423% |



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

A variação de 4% em Gastos com Pessoal – Remuneração Base – Outros e Outros Gastos com Pessoal – resulta da mudança dos titulares dos cargos de Presidente e de Vice-Presidente do Tribunal Constitucional, que originou um aumento nas rubricas Suplementos e Prêmios e Encargos com Remunerações da Segurança Social e CGA. O aumento registado em ajudas de custo justifica-se com a retoma do trabalho presencial em conformidade com as diferentes fases do plano de desconfinamento, no âmbito da gestão da pandemia da doença Covid-19.

20. PARTES RELACIONADAS

20.6. PESSOAS CHAVE DA GESTÃO

A remuneração agregada de pessoas chave da gestão (que integram o Conselho Administrativo) e o número de indivíduos com referência à gerência de 2021 foi a seguinte:

| Descrição | Vencimento Base | Despesas de Representação | Subsídio de Alojamento | Subsídio de Compensação | Total Líquido |
|-----------------------------|-----------------|---------------------------|------------------------|-------------------------|---------------|
| Juiz Conselheiro Presidente | 93 095,24 | 15 959,16 | 0,00 | 12 250,00 | 121 304,40 |
| Juiz Conselheiro | 93 095,24 | 0,00 | 0,00 | 12 250,00 | 105 345,24 |
| Juiz Conselheiro | 93 095,24 | 0,00 | 0,00 | 12 250,00 | 105 345,24 |
| Secretário-Geral | 52 433,64 | 9 364,32 | 0,00 | 0,00 | 61 797,96 |
| Diretor DAF | 41 946,94 | 3 745,68 | 0,00 | 0,00 | 45 692,62 |

21. RELATO POR SEGMENTOS

Por referência ao estabelecido na NCP 25, o sistema de informação utilizado pelo Tribunal Constitucional carece de ajustamentos de parametrização para que as Demonstrações de Gestão sejam preparadas e divulgada a informação requerida para o relato por segmentos, o que abrange a atividade dos serviços próprios do Tribunal Constitucional, a atividade da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos e a atividade da Entidade para a Transparência.

Para esta divulgação importa observar a NCP 27 – Contabilidade de Gestão. No Relatório de Gestão e em diversas notas do Anexo às Demonstrações Financeiras é divulgada a informação de gestão considerada como relevante sobre a atividade do Tribunal Constitucional. Relativamente à Entidade das Contas e Financiamentos Políticos e à Entidade para a Transparência – órgãos independentes, sem autonomia administrativa, que funcionam junto do Tribunal Constitucional – é apresentada informação no relatório de gestão e nas Demonstrações Orçamentais, em conformidade com a classificação orgânica do orçamento



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

do Estado.

Relativamente a estas matérias o Tribunal Constitucional adota o previsto na IPSAS 33, que, como referido, estabelece um período de transição de 3 anos, sendo necessário aguardar pelos desenvolvimentos na solução de Gestão de Recursos Financeiros em modo partilhado (*GeRFiP*), da responsabilidade da Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública (*eSPap*).

23. OUTRAS DIVULGAÇÕES

23.1. ATIVO

a) Outras contas a receber e Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as rubricas de outras contas a receber e diferimentos decompõem-se da seguinte forma:

| Descrição | 31/12/2021 | 31/12/2020 | Variação em Valor | Variação em % |
|--------------------------|------------|------------|-------------------|---------------|
| Acréscimo de Rendimentos | 288 354,72 | 7 856,51 | 280 498,21 | 3570% |
| Diferimentos | 34 865,17 | 33 554,33 | 1 310,84 | 4% |

O valor de Acréscimo e Rendimentos reflete a especialização da receita referente a 2021, que só foi liquidada e cobrada em 2022.

O valor de Diferimentos está essencialmente relacionado com a especialização de rendas de edifícios, de seguros automóvel e de licenciamento de software informático.

23.2. PATRIMÓNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica do Património Líquido decompõe-se da seguinte forma:

| Descrição | 31/12/2021 | 31/12/2020 | Variação em Valor | Variação em % |
|-------------------------------------|------------|--------------|-------------------|---------------|
| Património/Capital | 499 324,02 | 499 324,02 | 0,00 | 0% |
| Resultados Transitados | 520 596,23 | 831 605,93 | -311 009,70 | -37% |
| Outras variações Património Líquido | 964 730,65 | 1 029 764,04 | -65 033,39 | -6% |
| Resultado Líquido do Período | 348 328,71 | -318 509,70 | 666 838,41 | -209% |

A variação ocorrida no Património Líquido na rubrica Resultado Líquido do período deve-se à materialização em acréscimo de rendimentos de Documentos Únicos de Cobrança



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

(DUC's) em trânsito e de processos judiciais cuja conta de custo, a 31 de dezembro de 2021, se encontrava a aguardar trânsito em julgado da decisão ou do acórdão para ser emitido o DUC (280.855 euros) e redução das perdas de imparidade de dívidas a receber (330.730 euros).

A rubrica Outras Variações Património Líquido compreende subsídios ao investimento no âmbito de aquisições de imobilizado com recurso a receitas de impostos. No corrente exercício, o saldo foi reforçado em 113.211 euros (32.164 euros através de Transferências de Capital, conforme evidenciado na demonstração orçamental da receita, e 81.047 euros através de Transferências Correntes), deduzido pelo reconhecimento em Outros Rendimentos como subsídio ao investimento no valor de 170.744 euros e regularizado em 7.500 euros, conforme divulgado no parágrafo seguinte.

A rubrica de Resultados Transitados inclui os ajustamentos de transição para o SNC-AP no valor de 1.010.769 euros, que, em 2021, foi deduzido em 7.500 euros após se ter verificado que um ativo doado estava indevidamente registado como tendo sido adquirido com fundos de receita de impostos. As variações tiveram impacto nas seguintes rubricas:

- *"Ativos Correntes"*
 - a) reconhecimento das contas correntes transitadas de 2019 referentes a DUC's (Documento Único de Cobrança), emitidos nesse ano e não cobrados, no valor de 678.924,50 euros;
 - b) desreconhecimento de acréscimo de rendimentos relativo a transferências do Orçamento do Estado sem cumprimento das condições previstas na NCP 14 no valor de 733.495,82 euros;
 - c) constituição de imparidades de clientes transitados de 2019 no valor de 509.326,32 euros;
 - d) reclassificação de inventários relativos a economato em gastos diferidos no valor de 8.053,56 euros;
 - e) reversão da imparidade de inventários que passaram a estar reclassificados em gastos diferidos no valor de 1.656,28 euros.
- *"Ativos não correntes - Ativos Fixos Tangíveis"*



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

Em relação ao Ativo não Corrente, com a transição para o SNC-AP, a alteração consistiu na aplicação do Classificador Complementar 2 (CC2) em conformidade com as instruções da FAQ 44 da Comissão de Normalização Contabilística no valor de 29.224,18 euros. Acresce a reclassificação de Equipamento básico e Administrativo para Bens de Domínio Público de 95.388,47 euros.

- *"Passivo Corrente"*
 - a) reconhecimento do valor a entregar em 2020 do saldo de gerência de 2019 no valor de 1.291,60 euros;
 - b) reconhecimento do acréscimo de gastos de pessoal de abonos cujo processamento e pagamento ocorre com um "delay" de cerca de dois meses relativo a ajudas de custos no valor de 20.716,96 euros;
 - c) desreconhecimento de rendimento a reconhecer relacionado com receitas próprias identificados como operações de tesouraria no valor de 203.929,89 euros.
- *"Património líquido"*
 - a) Reconhecimento de subsídios ao investimento em Outras Variações de Património Líquido no valor de 601.224,39 euros;
 - b) Contrapartida em resultados transitados dos ajustamentos anteriores no valor de (-) 1.010.769 euros, de 55.692 euros de reconhecimentos, (-) 529.566 euros de desreconhecimentos, (-) 29.224 euros de alteração de critérios de mensuração e (-) 507.670 euros de processo de consagração de imparidades.

23.3. PASSIVO

a) Credores por transferência e subsídios

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a rubrica de outros credores tem como única entidade o Tesouro. Assim, o valor em outros credores por transferências e subsídios corresponde ao saldo de 2021 a devolver ao Estado em 2022.

| Descrição | 31/12/2021 | 31/12/2020 | Variação em Valor | Variação em % |
|--|------------|------------|-------------------|---------------|
| Credores por transf. e subs. não reembolsáveis | 17 857,27 | 33 442,75 | -15 585,48 | -47% |



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

b) Outras contas a pagar e Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as rubricas de outras contas a pagar e diferimentos decompõem-se como se segue:

| Descrição | 31/12/2021 | 31/12/2020 | Variação em Valor | Variação em % |
|---------------------|------------|------------|-------------------|---------------|
| Acréscimo de Gastos | 910 601,57 | 918 526,73 | -7 925,16 | -1% |
| Diferimentos | 15 313,50 | 33 210,00 | -17 896,50 | - |

O valor de Acréscimo de Gastos prende-se nomeadamente com a especialização das responsabilidades com férias e subsídio de férias, cujos valores serão liquidados no corrente ano.

O valor de Diferimentos diz respeito a aquisição de serviços de consultoria prestados no âmbito da implementação da plataforma eletrónica da Entidade para a Transparência (EpT) para a entrega da declaração única de rendimentos, património e interesses.

23.4. GASTOS E RENDIMENTOS

a) Fornecimentos e Serviços Externos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as rubricas Fornecimentos e Serviços Externos decompõem-se como se segue:

| Descrição | 31/12/2021 | 31/12/2020 | Variação em Valor | Variação em % |
|--|---------------------|-------------------|-------------------|---------------|
| Fornecimentos e Serviços Externos | 1 029 957,19 | 906 882,79 | 123 074,40 | 14% |
| Outros Trabalhos Especializados | 111 552,44 | 158 232,84 | -46 680,40 | -30% |
| Renda e Alugueres | 127 491,02 | 130 037,91 | -2 546,89 | -2% |
| Comunicação | 109 357,66 | 96 978,70 | 12 378,96 | 13% |
| Outros Honorários | 60 529,98 | 58 150,56 | 2 379,42 | 4% |
| Mat. Escritório | 64 391,46 | 54 726,24 | 9 665,22 | 18% |
| Serviços de Vigilância e Segurança | 50 715,37 | 49 525,36 | 1 190,01 | 2% |
| Serviços de Limpeza | 76 936,68 | 47 331,17 | 29 605,51 | 63% |
| Outros Serviços Especializados | 144 885,63 | 39 271,48 | 105 614,15 | 269% |
| Electricidade | 27 262,51 | 32 713,48 | -5 450,97 | -17% |
| Outros Gastos Conservação e Reparação | 26 015,33 | 32 008,45 | -5 993,12 | -19% |
| Transporte Pessoal | 22 809,58 | 27 125,50 | -4 315,92 | -16% |
| Conservação e Reparação Ativos Fixos | 43 773,93 | 26 521,01 | 17 252,92 | 65% |
| Combustíveis | 28 752,91 | 22 461,91 | 6 291,00 | 28% |
| Outros Materiais | 15 242,91 | 22 423,69 | -7 180,78 | -32% |
| Projectos e Serviços de Informática | 16 840,27 | 21 542,98 | -4 702,71 | -22% |
| Artigos de Higiene, Limpeza e Conforto | 16 837,46 | 19 456,66 | -2 619,20 | -13% |
| Assistência Técnica | 25 173,57 | 19 422,86 | 5 750,71 | 30% |
| Água | 20 112,77 | 19 104,05 | 1 008,72 | 5% |



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

| Descrição | 31/12/2021 | 31/12/2020 | Variação em Valor | Variação em % |
|--|---------------------|-------------------|-------------------|---------------|
| Fornecimentos e Serviços Externos | 1 029 957,19 | 906 882,79 | 123 074,40 | 14% |
| Projectos de Arquitectura e Fiscalização Obras | 0,00 | 9 348,00 | -9 348,00 | -100% |
| Seguros | 4 125,92 | 3 581,45 | 544,47 | 15% |
| Artigos para Oferta | 2 665,00 | 3 303,80 | -638,80 | -19% |
| Transporte Mercadorias | 0,00 | 2 792,72 | -2 792,72 | -100% |
| Formação | 4 855,23 | 2 492,00 | 2 363,23 | 95% |
| Outros Serviços Diversos | 1 009,69 | 2 309,87 | -1 300,18 | -56% |
| Medicamentos e Artigos para Saúde | 0,00 | 1 698,59 | -1 698,59 | -100% |
| Publicidade, Comunicação e Imagem | 6 169,47 | 1 523,04 | 4 646,43 | 305% |
| Deslocações e Estadas | 16 600,80 | 1 305,50 | 15 295,30 | 1172% |
| Livros e Documentação Técnica | 48,00 | 1 271,12 | -1 223,12 | -96% |
| Despesas Representação | 4 949,62 | 210,20 | 4 739,42 | 2255% |
| Ferramentas e Utensílios | 95,27 | 11,65 | 83,62 | 718% |
| Contencioso e Notariado | 756,71 | 0,00 | 756,71 | - |

A variação positiva de 14% na globalidade da rubrica Fornecimentos e Serviços Externos é resultado do pagamento à eSPap do acesso à plataforma *GeRFiP* e correspondentes serviços partilhados, que foram prestados em anos transatos (2015 a 2018), e do aumento de gastos com despesas de representação.

b) Outros Rendimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as rubricas Outros Rendimentos decompõem-se como se segue:

| Descrição | 31/12/2021 | 31/12/2020 | Variação em Valor | Variação em % |
|--------------------|--------------|-------------|-------------------|---------------|
| Outros Rendimentos | 181 195,68 € | 94 415,52 € | 86 780,16 € | 92% |

O valor refletido em *Outros Rendimentos* tem origem no reconhecimento em rendimento de ativos cuja aquisição foi financiada pelo orçamento de impostos.

c) Outros Gastos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as rubricas Outros Gastos e Perdas decompõem-se como se segue:

| Descrição | 31/12/2021 | 31/12/2020 | Variação em Valor | Variação em % |
|------------------------|--------------|--------------|-------------------|---------------|
| Outros Gastos e Perdas | 151 476,89 € | 122 127,65 € | 29 349,24 € | 24% |

Os Outros Gastos dizem essencialmente respeito a dívidas de clientes incobráveis (141.689,04 euros) e a pagamentos de faturas de Fornecimentos e Serviços Externos de anos anteriores (8.248,18 euros).



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

d) Gastos de juros

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica Gastos de juros decompõe-se como se segue:

| Descrição | 31/12/2021 | 31/12/2020 | Variação em Valor | Variação em % |
|-----------------|------------|------------|-------------------|---------------|
| Gastos de juros | - € | 3 022,26 € | - 3 022,26 € | -100% |

Em 2021, o Tribunal Constitucional não teve gastos com juros. Por memória, os gastos de juros de 2020 tiveram como principal origem a correção do posicionamento na estrutura remuneratória de um Oficial de Justiça.

23.5. COVID-19

A pandemia provocada pela Covid-19 obrigou à introdução de medidas preventivas, através de um Plano Interno de Contingência, para fazer face ao surto e minimizar as consequências ao nível do normal funcionamento dos serviços do Tribunal Constitucional, no sentido de acautelar a saúde dos seus trabalhadores e prevenir fontes de contágio.

Foram por isso adaptados os serviços no sentido de minimizar o contacto social, salvaguardando sempre os serviços essenciais. Não obstante não ser possível uma quantificação exata das consequências da pandemia para o orçamento do Tribunal Constitucional, é possível determinar as despesas pagas durante o ano de 2021 para fazer face à doença (44.336,22 euros).

Estando ainda em curso o plano de desconfinamento, encontramos-nos num quadro em que não é possível prever consequências com eventual impacto nas contas do Tribunal Constitucional. Assume-se, todavia, que o abrandamento da atividade económica se venha a traduzir numa diminuição do volume de receitas de custas. Ressalva-se que não está em causa o cumprimento dos compromissos do Tribunal Constitucional.



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2021

DEMONSTRAÇÕES
ORÇAMENTAIS



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

1. DEMONSTRAÇÕES PREVISIONAIS

As demonstrações previsionais são apresentadas todos os anos através do Sistema de Informação de Gestão Orçamental (SIGO) aquando da preparação do orçamento do Estado, estando os documentos disponíveis em:

<https://www.dgo.gov.pt/politicaorcamental/Paginas/OEpagina.aspx?Ano=2021&TipoOE=Or%u00e7amento+Estado+Aprovado&TipoDocumentos=Desenvolvimentos+Or%u00e7amentais>

Ainda no âmbito da preparação da proposta de orçamento, sublinha-se que a Circular 1399, de 31 de julho de 2020, da Direção-Geral do Orçamento relativa às instruções para preparação do Orçamento do Estado para 2021 não tem qualquer instrução quanto à plurianualidade, tendo sido comunicado o *planfond* anual de receitas gerais e solicitada a atualização da informação no SIGO.

2. ORÇAMENTO E PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL

Conforme referido no ponto anterior, não foram transmitidas quaisquer instruções para a preparação de orçamentos plurianuais, pelo que os documentos previsionais apresentados têm por base o orçamento inicial da receita e da despesa.

3. ORÇAMENTO INICIAL DA RECEITA

O orçamento inicial da receita aprovado (10 483 426 euros) é composto em 85,86% de receitas gerais com origem em impostos, 7,98% relativos a receitas próprias provenientes de custas e multas e de vendas de fotocópias pela Biblioteca do Tribunal Constitucional e 6,16% com origem em saldos dos anos anteriores, estando a receita detalhada de acordo com a seguinte tabela.



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ORÇAMENTO INICIAL DA RECEITA

| Rubrica | | Orçamento 2021 | |
|---------|---|------------------------|------------------------|
| | Designação | Períodos anteriores | Período |
| | Receita Corrente | 9 708 541,00 € | 9 837 426,00 € |
| R1 | Receita Fiscal | | |
| R11 | Impostos Diretos | | |
| R12 | Impostos Indiretos | | |
| R2 | Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde | | |
| R3 | Taxas, multas e outras penalidades | 835 138€ | 835 138€ |
| R4 | Rendimentos de propriedade | | |
| R5 | Transferências e Subsídios correntes | | |
| R51 | Transferências correntes | | |
| R511 | Administrações Públicas | | |
| R5111 | Administração Central – Estado Português | 8 872 403,00 € | 9 001 288,00 € |
| R5112 | Administração Central - Outras entidades | | |
| R5113 | Segurança Social | | |
| R5114 | Administração Regional | | |
| R5115 | Administração Local | | |
| R512 | Exterior – EU | | |
| R513 | Outras | | |
| R52 | Subsídios correntes | | |
| R6 | Venda de bens e serviços | 1 000,00€ | 1 000,00 € |
| R7 | Outras Receitas Correntes | | |
| | Receita Capital | 22 150,00€ | |
| R8 | Venda de bens de investimento | | |
| R9 | Transferências e Subsídios de capital | | |
| R91 | Transferências de capital | | |
| R911 | Administrações Públicas | | |
| R9111 | Administração Central – Estado Português | 22 150,00 € | |
| R9112 | Administração Central - outras entidades | | |
| R9113 | Segurança social | | |
| R9114 | Administração Regional | | |
| R9115 | Administração Local | | |
| R912 | Exterior - U E | | |
| R913 | Outras | | |
| R92 | Subsídios de capital | | |
| R10 | Outras receitas de capital | | |
| R11 | Reposições não abatidas aos pagamentos | | |
| | Receita efetiva (1) | 9 730 691,00 € | 9 837 426,00 € |
| | Receita não efetiva (2) | 646 000 € | 646 000 € |
| R12 | Receita com ativos financeiros | | |
| R13 | Receita com Passivos financeiros | | |
| R14 | Saldos de gerência anterior - Operações orçamentais | 646 000,00 € | 646 000,00 € |
| | Receita Total (3) = (1)+(2)+R14 | 10 376 691,00 € | 10 483 426,00 € |



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

4. ORÇAMENTO INICIAL DA DESPESA

O orçamento inicial da despesa aprovado (10 483 426 euros) é composto em 65,97% de despesa com pessoal, 13,19% relativos a despesa com a aquisição de bens e serviços e 19,39% em outras despesas correntes (incluiu o plafond definido pelo MF para a EpT). O montante reservado a rubricas de capital representa 1,39% do total da despesa orçamentada.

| Rubrica | Designação | Orçamento 2021 | |
|---------|--|------------------------|------------------------|
| | | Períodos anteriores | Período |
| | Despesa corrente | 10 200 141,00 | 10.337.276,00 € |
| D1 | Despesa com pessoal | 7 471 811,00€ | 6 915 838,00 € |
| D11 | Remunerações certas e permanentes | 5 865 471,00 € | 5 458 528,00 € |
| D12 | Abonos variáveis ou eventuais | 433 302,00 € | 168 688,00 € |
| D13 | Segurança social | 1 173 038,00 € | 1 288 622,00 € |
| D2 | Aquisição de bens e serviços | 2 515 138,00 € | 1 383 228,00 € |
| D3 | Juros e outros encargos | | |
| D4 | Transferências e Subsídios correntes | | |
| D41 | Transferências correntes | | |
| D411 | Administrações Públicas | | |
| D4111 | Administração Central – Estado Português | | |
| D4112 | Administração Central - Outras entidades | | |
| D4113 | Segurança social | | |
| D4114 | Administração regional | | |
| D4115 | Administração local | | |
| D412 | Entidades do Sector não lucrativo | | |
| D413 | Famílias | | |
| D414 | Outras | 2 000,00€ | 5.500,00 € |
| D42 | Subsídios correntes | | |
| D5 | Outras Despesas Correntes | 211 192,00 € | 2.032.710,00 € |
| | Despesa de capital | 176 550,00 € | 146 150,00 € |
| D6 | Aquisição de Bens de Capital | 176 550,00 € | 146 150,00 € |
| D7 | Transferências e Subsídios de Capital | | |
| D71 | Transferências de Capital | | |
| D711 | Administrações Públicas | | |
| D7111 | Administração Central – Estado Português | | |
| D7112 | Administração Central - Outras entidades | | |
| D7113 | Segurança social | | |
| D7114 | Administração regional | | |
| D7115 | Administração local | | |
| D712 | Entidades do Sector não lucrativo | | |
| D713 | Famílias | | |
| D714 | Outras | | |
| D72 | Subsídios de Capital | | |
| D8 | Outras despesas de capital | | |
| | Despesa Efetiva (4) | 10 376 691,00€ | 10.483.426,00 € |
| | Despesa não efetiva (5) | | |
| D9 | Despesa com ativos financeiros | | |
| D10 | Despesa com passivos financeiros | | |
| | Despesa Total (6) =(4)+(5) | 10 376 691,00 € | 10.483.426,00 € |
| | Saldo Total (3)- (6) | 0,00 € | 0,00 € |
| | Saldo global (1) - (4) | -646 000,00 € | -646.000,00 € |
| | Despesa Primária | 10 376 691,00 € | 10.483.426,00 € |
| | Saldo corrente | -491 600,00 € | -491 600,00 € |
| | Saldo de capital | -154 400,00 € | -154 400,00 € |
| | Saldo primário | -646 000,00 € | -646 000,00 € |



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

5. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

O Tribunal Constitucional não elaborou o Plano Plurianual de Investimento uma vez que não foi comunicado qualquer plafond por parte do Ministério das Finanças.

6. DEMONSTRAÇÃO DE RELATO INDIVIDUAL

6.1. DEMONSTRAÇÃO DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL

| Rubrica | Recebimentos | Fontes de financiamento (2021) | | | | | | 2020 |
|---------|---|--------------------------------|---------------------|-------------|-------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| | | RP | RG | UE | EMPR | Fundos alheios | Total | |
| | Saldo de Gerência anterior | 1.270.735,85 | 33.442,75 | 0,00 | 0,00 | 122.297,82 | 1.426.476,42 | 1.634.740,85 |
| | Operações orçamentais (1) | 1.270.735,85 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.270.735,85 | 1.419.834,44 |
| | Devolução do saldo oper. orçamentais | 0,00 | 33.442,75 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 33.442,75 | 1.291,60 |
| | Receb. saldo oper. orçam, devolvido por enti terc. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | Operações de tesouraria (A) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 122.297,82 | 122.297,82 | 213.614,81 |
| | Receita Corrente | 826.614,01 | 6.790.922,32 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7.617.536,33 | 7.159.540,10 |
| R1 | Receita Fiscal | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| R11 | Impostos Diretos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| R12 | Impostos Indiretos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| R2 | Contribuições sist. proteção social e subsist.saúde | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| R3 | Taxas, multas e outras penalidades | 826.585,36 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 826.585,36 | 560.678,02 |
| R4 | Rendimentos de propriedade | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| R5 | Transferências e subsídios correntes | 0,00 | 6.790.922,32 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6.790.922,32 | 6.598.750,03 |
| R51 | Transferências correntes | 0,00 | 6.790.922,32 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6.790.922,32 | 6.598.750,03 |
| R511 | Administrações Públicas | 0,00 | 6.790.922,32 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6.790.922,32 | 6.598.750,03 |
| R5111 | Administração Central - Estado Português | 0,00 | 6.790.922,32 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6.790.922,32 | 6.598.750,03 |
| R5112 | Administração Central - Outras entidades | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| R5113 | Segurança Social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| R5114 | Administração Regional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| R5115 | Administração Local | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| R512 | Exterior - UE | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| R513 | Outras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| R52 | Subsídios correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| R6 | Venda de bens e serviços | 28,65 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 28,65 | 112,05 |
| R7 | Outras receitas correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | Receita de Capital | 0,00 | 32.164,16 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 32.164,16 | 344.732,51 |
| R8 | Venda de bens de investimento | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| R9 | Transferências e subsídios de capital | 0,00 | 32.164,16 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 32.164,16 | 344.732,51 |
| R91 | Transferências de capital | 0,00 | 32.164,16 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 32.164,16 | 344.732,51 |
| R911 | Administrações Públicas | 0,00 | 32.164,16 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 32.164,16 | 344.732,51 |
| R9111 | Administração Central - Estado Português | 0,00 | 32.164,16 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 32.164,16 | 344.732,51 |
| R9112 | Administração Central - Outras entidades | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| R9113 | Segurança Social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| R9114 | Administração Regional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| R9115 | Administração Local | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| R912 | Exterior - UE | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| R913 | Outras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| R92 | Subsídios de capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| R10 | Outras receitas de capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| R11 | Reposição não abatidas aos pagamentos | 527,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 527,00 | 1.749,11 |
| | Receita Efetiva (2) | 827.141,01 | 6.823.086,48 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7.650.227,49 | 7.506.021,72 |
| | Receita não Efetiva (3) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| R12 | Receita com ativos financeiros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| R13 | Receita com passivos financeiros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | Soma (4) = (1) + (2) + (3) | 2.097.876,86 | 6.823.086,48 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 8.920.963,34 | 8.925.856,16 |
| | Operações Tesouraria (B) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.033.915,26 | 2.033.915,26 | 1.906.238,37 |



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

A receita total do Tribunal Constitucional foi em 2021 de 8.920.963,34 euros, sendo que deste montante 1.270.735,85 euros resultam do saldo da gerência anterior, representando uma diminuição de 0,05%. A receita efetiva em 2021 foi de 7.650.227,49 euros, o que representa um aumento de 1,92%. A receita corrente aumentou 457.996,23 euros relativamente a 2020 e a receita de capital diminuiu em 312.568,35 euros.

O orçamento do Tribunal Constitucional foi financiado por transferências do Orçamento do Estado no montante de 6.823.086,48 euros, menos 1,73% comparativamente a 2020 (6.943.482,54 euros) e por Receitas Próprias no montante de 827.141,01 euros [mais 47,03% face a 2020 (562.539,18 euros)].

| Rubrica | Pagamentos | Fontes de financiamento (2021) | | | | | | 2020 |
|---------|--|--------------------------------|---------------------|-------------|-------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| | | RP | RG | UE | EMPR | Fundos alheios | Total | |
| | Despesa Corrente | 622.074,71 | 6.740.158,20 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7.362.232,91 | 7.199.938,62 |
| D1 | Despesas com o pessoal | 6.533,22 | 6.290.863,98 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6.297.397,20 | 5.971.055,37 |
| D11 | Remunerações certas e permanentes | 6.533,22 | 4.904.372,42 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.910.905,64 | 4.716.605,34 |
| D12 | Abonos variáveis ou eventuais | 0,00 | 185.088,24 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 185.088,24 | 122.548,61 |
| D13 | Segurança Social | 0,00 | 1.201.403,32 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.201.403,32 | 1.131.901,42 |
| D2 | Aquisição de bens e serviços | 610.135,76 | 449.294,22 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.059.429,98 | 1.217.470,86 |
| D3 | Juros e outros encargos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.022,26 |
| D4 | Transferências e subsídios correntes | 3.500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.500,00 | 2.000,00 |
| D41 | Transferências correntes | 3.500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.500,00 | 2.000,00 |
| D411 | Administrações Públicas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| D4111 | Administração Central - Estado Português | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| D4112 | Administração Central - Outras entidades | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| D4113 | Segurança Social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| D4114 | Administração Regional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| D4115 | Administração Local | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| D412 | Entidades do sector não lucrativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| D413 | Famílias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| D414 | Outras | 3.500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.500,00 | 2.000,00 |
| D42 | Subsídios correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| D5 | Outras despesas correntes | 1.905,73 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.905,73 | 6.390,13 |
| | Despesa de Capital | 84.389,99 | 65.071,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 149.461,00 | 421.738,94 |
| D6 | Aquisição de bens de capital | 84.389,99 | 65.071,01 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 149.461,00 | 421.738,94 |
| D7 | Transferências e subsídios de capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| D71 | Transferências de capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| D711 | Administrações Públicas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| D7111 | Administração Central - Estado Português | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| D7112 | Administração Central - Outras entidades | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| D7113 | Segurança Social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| D7114 | Administração Regional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| D7115 | Administração Local | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| D712 | Entidades do sector não lucrativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| D713 | Famílias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| D714 | Outras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| D72 | Subsídios de capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| D8 | Outras despesas de capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | Despesa Efetiva (5) | 706.464,70 | 6.805.229,21 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7.511.693,91 | 7.621.677,56 |
| | Despesa não efetiva (6) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| D9 | Despesas com ativos financeiros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| D10 | Despesas com passivos financeiros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | Soma (7) = (5) + (6) | 706.464,70 | 6.805.229,21 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7.511.693,91 | 7.621.677,56 |
| | Operações Tesouraria (C) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.156.213,08 | 2.156.213,08 | 1.997.555,36 |
| | Saldo para a Gerência Seguinte | 1.391.412,16 | 17.857,27 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.409.269,43 | 1.426.476,42 |
| | Operações Orcamentais (8) = (4) - (7) | 1.391.412,16 | 17.857,27 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.409.269,43 | 1.304.178,60 |
| | Operações Tesouraria (D) = (A) + (B) - (C) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 122.297,82 |



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

| Rubrica | Pagamentos | Fontes de financiamento (2021) | | | | | | 2020 |
|---------|-------------------------------|--------------------------------|--------------|------|------|----------------|--------------|--------------|
| | | RP | RG | UE | EMPR | Fundos alheios | Total | |
| | Saldo Global (2) - (5) | 120.676,31 | 17.857,27 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 138.533,58 | -115.655,84 |
| | Despesa Primária | 706.464,70 | 6.805.229,21 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7.511.693,91 | 7.618.655,30 |
| | Saldo Corrente | 204.539,30 | 50.764,12 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 255.303,42 | -40.398,52 |
| | Saldo Capital | -84.389,99 | -32.906,85 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | -117.296,84 | -77.006,43 |
| | Saldo Primário | 120.676,31 | 17.857,27 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 138.533,58 | -112.633,58 |
| | Receita Total (1) + (2) + (3) | 2.097.876,86 | 6.823.086,48 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 8.920.963,34 | 8.925.856,16 |
| | Despesa Total (5) + (6) | 706.464,70 | 6.805.229,21 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7.511.693,91 | 7.621.677,56 |

A execução orçamental do ano económico de 2021, despesa efetiva, totalizou 7.511.693,91 euros, dos quais 706.464,70 euros dizem respeito a despesa financiada por Receitas Próprias do ano.

A despesa total (7.511.693,91 euros) representa uma diminuição de 109.983,65 euros face ao período homólogo e apresenta um grau de execução orçamental de 71,65%. Na despesa total 6.661.895,71 euros (88,69%) dizem respeito a despesas da 263: atividade judicial e 849.798,20 euros (11,31%) são referentes a despesas da atividade 264: controlo financeiro e efetivação de responsabilidades financeiras.

A execução global da receita e da despesa permitiu apurar um saldo primário de 138.533,58 euros.



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

6.2.DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA

| Rubrica | Descrição | Previsões corrigidas | Receitas por cobrar de períodos anteriores | Receitas Liquidadas | Liquidações anuladas | Receitas Cobradas Brutas | Reembolsos e Restituições | | Receitas cobradas Líquidas | | | Receitas por cobrar no final do período | Grau de execução orçamental (%) |
|--------------------|---|----------------------|--|---------------------|----------------------|--------------------------|---------------------------|-------------|----------------------------|------------------|----------------|---|---------------------------------|
| | | | | | | | Emitidos | Pagos | Períodos anteriores | Período corrente | Total | | |
| Receita Corrente | | 9 804 733,00 € | 1 444 095,60 € | 8 216 661,88 € | 141 689,04 € | 7 617 536,33 € | - € | - € | - € | 7 617 536,33 € | 7 617 536,33 € | 1 901 532,11 € | 78% |
| R1 | Receita Fiscal | | | | | | | | | | | | |
| R11 | Impostos Diretos | | | | | | | | | | | | |
| R12 | Impostos Indiretos | | | | | | | | | | | | |
| R2 | Contribuições sist. proteção social e subsist.saúde | | | | | | | | | | | | |
| R3 | Taxas, multas e outras penalidades | 834 611,00 € | 1 444 095,60 € | 1 425 710,91 € | 141 689,04 € | 826 585,36 € | - € | - € | - € | 826 585,36 € | 826 585,36 € | 1 901 532,11 € | 99% |
| R4 | Rendimentos de propriedade | | | | | | | | | | | | |
| R5 | Transferências e subsídios correntes | | | | | | | | | | | | |
| R51 | Transferências correntes | | | | | | | | | | | | |
| R511 | Administrações Públicas | | | | | | | | | | | | |
| R5111 | Administração Central - Estado Português | 8 969 122,00 € | - € | 6 790 922,32 € | - € | 6 790 922,32 € | - € | - € | - € | 6 790 922,32 € | 6 790 922,32 € | - € | 76% |
| R5112 | Administração Central - Outras entidades | | | | | | | | | | | | |
| R5113 | Segurança Social | | | | | | | | | | | | |
| R5114 | Administração Regional | | | | | | | | | | | | |
| R5115 | Administração Local | | | | | | | | | | | | |
| R512 | Exterior -UE | | | | | | | | | | | | |
| R513 | Outras | | | | | | | | | | | | |
| R52 | Subsídios correntes | | | | | | | | | | | | |
| R6 | Venda de bens e serviços | 1 000,00 € | - € | 28,65 € | - € | 28,65 € | - € | - € | - € | 28,65 € | 28,65 € | - € | 3% |
| R7 | Outras receitas correntes | | | | | | | | | | | | |
| Receita de Capital | | 32 166,00 € | - € | 32 164,16 € | - € | 32 164,16 € | - € | - € | - € | 32 164,16 € | 32 164,16 € | - € | 100% |
| R8 | Venda de bens de investimento | | | | | | | | | | | | |
| R9 | Transferências e subsídios de capital | | | | | | | | | | | | |
| R91 | Transferências de capital | | | | | | | | | | | | |
| R911 | Administrações Públicas | | | | | | | | | | | | |
| R9111 | Administração Central - Estado Português | 32 166,00 € | - € | 32 164,16 € | - € | 32 164,16 € | - € | - € | - € | 32 164,16 € | 32 164,16 € | - € | 100% |
| R9112 | Administração Central - Outras entidades | | | | | | | | | | | | |
| R9113 | Segurança Social | | | | | | | | | | | | |
| R9114 | Administração Regional | | | | | | | | | | | | |
| R9115 | Administração Local | | | | | | | | | | | | |
| R912 | Exterior -UE | | | | | | | | | | | | |
| R913 | Outras | | | | | | | | | | | | |
| R92 | Subsídios de capital | | | | | | | | | | | | |
| R10 | Outras receitas de capital | | | | | | | | | | | | |
| R11 | Reposição não abatidas aos pagamentos | 527,00 € | 9 986,00 € | 527,00 € | - € | 527,00 € | - € | - € | - € | 527,00 € | 527,00 € | 9 986,00 € | 100% |
| R12 | Receita com ativos financeiros | | | | | | | | | | | | |
| R13 | Receita com passivos financeiros | | | | | | | | | | | | |
| R14 | Saldo da ger anterior - operações orçamentais | 1 304 179,00 € | - € | 1 304 178,60 € | 33 442,75 € | 1 304 178,60 € | 33 442,75 € | 33 442,75 € | - € | 1 270 735,85 € | 1 270 735,85 € | - € | 97% |
| Total | | 11 141 605,00 € | 1 454 081,60 € | 9 553 531,64 € | 175 131,79 € | 8 954 406,09 € | 33 442,75 € | 33 442,75 € | - € | 8 920 963,34 € | 8 920 963,34 € | 1 911 518,11 € | 80,07% |



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

6.3.DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA

| Rubrica | Descrição | Despesas por pagar de períodos anteriores | Dotações corrigidas | Cativos /Descativos | Cabimentos | Compromissos | Obrigações | Despesas pagas líquidas de reposições | | | Compromissos a transitar | Obrigações por pagar | Grau de execução orçamental (%) |
|---------|--|---|---------------------|---------------------|----------------|----------------|----------------|---------------------------------------|------------------|----------------|--------------------------|----------------------|---------------------------------|
| | | | | | | | | Períodos anteriores | Período corrente | Total | | | |
| | Despesa Corrente | | 10 206 966,00 € | - € | 7 775 164,35 € | 7 512 971,50 € | 7 362 605,82 € | 71,00 € | 7 362 161,91 € | 7 362 232,91 € | 150 365,68 € | 372,91 € | 72% |
| D1 | Despesas com o pessoal | | 6 944 567,00 € | - € | 6 496 067,75 € | 6 297 397,20 € | 6 297 397,20 € | - € | 6 297 397,20 € | 6 297 397,20 € | - € | - € | 91% |
| D11 | Remunerações certas e permanentes | | 5 456 867,00 € | - € | 5 102 984,09 € | 4 910 905,64 € | 4 910 905,64 € | - € | 4 910 905,64 € | 4 910 905,64 € | - € | - € | 90% |
| D12 | Abonos variáveis ou eventuais | | 188 325,00 € | - € | 185 516,44 € | 185 088,24 € | 185 088,24 € | - € | 185 088,24 € | 185 088,24 € | - € | - € | 98% |
| D13 | Segurança Social | | 1 299 375,00 € | - € | 1 207 567,22 € | 1 201 403,32 € | 1 201 403,32 € | - € | 1 201 403,32 € | 1 201 403,32 € | - € | - € | 92% |
| D2 | Aquisição de bens e serviços | | 1 531 647,00 € | - € | 1 273 471,56 € | 1 210 168,57 € | 1 059 802,89 € | 71,00 € | 1 059 358,98 € | 1 059 429,98 € | 150 365,68 € | 372,91 € | 69% |
| D5 | Juros e outros encargos | | | | | | | | | | | | |
| D4 | Transferências e subsídios correntes | | | | | | | | | | | | |
| D41 | Transferências correntes | | | | | | | | | | | | |
| D411 | Administrações Públicas | | | | | | | | | | | | |
| D4111 | Administração Central - Estado Português | | | | | | | | | | | | |
| D4112 | Administração Central - Outras entidades | | | | | | | | | | | | |
| D4113 | Segurança Social | | | | | | | | | | | | |
| D4114 | Administração Regional | | | | | | | | | | | | |
| D4115 | Administração Local | | | | | | | | | | | | |
| D412 | Entidades do sector não lucrativo | | | | | | | | | | | | |
| D413 | Famílias | | | | | | | | | | | | |
| D414 | Outras | | 3 672,00 € | - € | 3 500,00 € | 3 500,00 € | 3 500,00 € | - € | 3 500,00 € | 3 500,00 € | - € | - € | 95% |
| D42 | Subsídios correntes | | | | | | | | | | | | |
| D5 | Outras despesas correntes | | 1 727 080,00 € | - € | 2 125,04 € | 1 905,73 € | 1 905,73 € | - € | 1 905,73 € | 1 905,73 € | - € | - € | 0% |
| | Despesa de Capital | | 276 460,00 € | - € | 248 939,16 € | 209 141,65 € | 149 461,00 € | - € | 149 461,00 € | 149 461,00 € | 59 680,65 € | - € | 54% |
| D6 | Aquisição de bens de capital | | 276 460,00 € | - € | 248 939,16 € | 209 141,65 € | 149 461,00 € | - € | 149 461,00 € | 149 461,00 € | 59 680,65 € | - € | 54% |
| D7 | Transferências e subsídios de capital | | | | | | | | | | | | |
| D71 | Transferências de capital | | | | | | | | | | | | |
| D711 | Administrações Públicas | | | | | | | | | | | | |
| D7111 | Administração Central - Estado Português | | | | | | | | | | | | |
| D7112 | Administração Central - Outras entidades | | | | | | | | | | | | |
| D7113 | Segurança Social | | | | | | | | | | | | |
| D7114 | Administração Regional | | | | | | | | | | | | |
| D7115 | Administração Local | | | | | | | | | | | | |
| D712 | Entidades do sector não lucrativo | | | | | | | | | | | | |
| D713 | Famílias | | | | | | | | | | | | |
| D714 | Outras | | | | | | | | | | | | |
| D72 | Subsídios de capital | | | | | | | | | | | | |
| D8 | Outras despesas de capital | | | | | | | | | | | | |
| D9 | Despesas com ativos financeiros | | | | | | | | | | | | |
| D10 | Despesas com passivos financeiros | | | | | | | | | | | | |
| | Total | | 10 483 426,00 € | - € | 8 024 103,51 € | 7 722 113,15 € | 7 512 066,82 € | 71,00 € | 7 511 622,91 € | 7 511 693,91 € | 210 046,33 € | 372,91 € | 71,65% |



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

6.4. DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Como referido anteriormente, o Tribunal Constitucional não elaborou o Plano Plurianual de Investimento uma vez que não foi comunicado qualquer plafond por parte do Ministério das Finanças.



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2021

ANEXO

ÀS DEMONSTRAÇÕES
ORÇAMENTAIS



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

1. ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA RECEITA

| Rubricas | Tipo | Receita | | | | |
|--|------|----------------------|-------------------------|---------------------------|-----------------------|----------------------|
| | | Previsões Iniciais | Alterações Orçamentais | | | Previsões Corrigidas |
| | | | Inscrições/ Reforços | Diminuições/ Anulações | Créditos Especiais | |
| R1 - Receita fiscal | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| R11 - Impostos diretos | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| R12 - Impostos indiretos | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| R2 - Contribuições para a Segurança Social, CGA e ADSE | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| R3 - Taxas, multas o outras penalidades | P | 835 138,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 835 138,00 |
| R3 - Taxas, multas o outras penalidades | | 0,00 | 0,00 | 527,00 | 0,00 | 527,00 |
| R4 - Rendimentos de propriedade | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| R5 - Transferências e subsídios correntes | | 9 001 288,00 | 53 260,00 | 85 426,00 | 0,00 | 8 969 122,00 |
| R51 - Transferências correntes | | 9 001 288,00 | 53 260,00 | 85 426,00 | 0,00 | 8 969 122,00 |
| R511 - Administrações Públicas | | 9 001 288,00 | 53 260,00 | 85 426,00 | 0,00 | 8 969 122,00 |
| R5111 - Administração Central - Estado Português | | 9 001 288,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 9 001 288,00 |
| R5111 - Administração Central - Estado Português | M | 0,00 | 53 260,00 | 53 260,00 | 0,00 | 0,00 |
| R5111 - Administração Central - Estado Português | P | 0,00 | 0,00 | 32 166,00 | 0,00 | -32 166,00 |
| R5112 - Administração Central - Outras entidades | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| R5113 - Segurança Social | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| R5114 - Administração Regional | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| R5115 - Administração Local | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| R512 - Exterior - U E | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| R513 - Outras | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| R52 - Subsídios correntes | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| R6 - Venda de bens e serviços | | 1 000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1 000,00 |
| R7 - Outras receitas correntes | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| R8 - Venda de bens de investimento | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| R9 - Transferências e subsídios de capital | | 0,00 | 32 166,00 | 0,00 | 0,00 | 32 166,00 |
| R9.1 - Transferências de capital | | 0,00 | 32 166,00 | 0,00 | 0,00 | 32 166,00 |
| R9.1.1 - Administrações Públicas | | 0,00 | 32 166,00 | 0,00 | 0,00 | 32 166,00 |
| R9.1.1.1 - Administração Central - Estado Português | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| R9.1.1.1 - Administração Central - Estado Português | P | 0,00 | 32 166,00 | 0,00 | 0,00 | 32 166,00 |
| R9.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| R9.1.1.3 - Segurança Social | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| R9.1.1.4 - Administração Regional | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| R9.1.1.5 - Administração Local | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| R9.1.2 - Exterior - U E | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| R9.1.3 - Outras | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| R10 - Outras receitas do capital | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| R11 - Reposição não abatidas aos pagamentos | P | 0,00 | 542,00 | 15,00 | 0,00 | 527,00 |
| R12 - Receita com ativos financeiros | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| R13 - Receita com passivos financeiros | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| R14 - Saldo da gerência anterior - operações orçamentais | | 646 000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 646 000,00 |
| R14 - Saldo da gerência anterior - operações orçamentais | M | 0,00 | 658 179,00 | 0,00 | 0,00 | 658 179,00 |
| R14 - Saldo da gerência anterior - operações orçamentais | P | 0,00 | 646 000,00 | 646 000,00 | 0,00 | 0,00 |
| Total | | 10 483 426,00 | 1 390 147,00 | 731 968,00 | 0,00 | 11 141 605,00 |



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

Foram efetuadas alterações orçamentais de reforço no montante de 1.390.147 euros, em que 1.304.179 euros correspondem a saldo da gerência anterior com origem em Receitas Próprias.

Destaca-se o valor de 646.000 euros cuja alteração resultou na correção de fontes de financiamento (FF), da FF 513: Receitas Próprias para a FF 522: Saldos de Receitas Próprias.

O valor de 32.166 euros transitou de Transferências Correntes para reforçar as Transferências de Capitais da FF 311: Receita de Impostos.

As alterações orçamentais foram devidamente aprovadas pela Secretária-Geral do Tribunal Constitucional.

2. ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA

Foram efetuadas alterações orçamentais da despesa no total de 6.792.744 euros.

No seguimento da integração do saldo inicialmente aprovado no valor total de 646.000 euros foi promovida a correção entre fontes de financiamento, da FF 513: Receitas Próprias para a FF 522: Saldos de Receitas Próprias.

A despesa no âmbito do plano de Contingência Covid-19, inscrita na medida 095 (prevenção, contenção, mitigação e tratamento) e na medida 096 (garantir normalidade) da FF 311: Receita de Impostos, implicou a realização de alterações orçamentais no valor de 44.352 euros.

A seguir apresenta-se o quadro das alterações orçamentais entre rubricas de classificação económica da despesa.



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA

| Rubricas | Tipo | Despesa | | | | |
|---|------|-------------------|------------------------|-----------------------|--------------------|---------------------|
| | | Dotações Iniciais | Alterações Orçamentais | | | Dotações Corrigidas |
| | | | Inscrições/Reforços | Diminuições/Anulações | Créditos Especiais | |
| D1 - Despesas com o pessoal | | 6 915 838,00 | 5 186 828,00 | 5 158 099,00 | 0,00 | 6 944 567,00 |
| D1.1 - Remunerações Certas e Permanentes | | 5 458 528,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5 458 528,00 |
| D1.1 - Remunerações Certas e Permanentes | P | 0,00 | 5 050 007,00 | 5 051 668,00 | 0,00 | 1.661,00- |
| D1.2 - Abonos Variáveis ou Eventuais | | 168 688,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 168 688,00 |
| D1.2 - Abonos Variáveis ou Eventuais | M | 0,00 | 8 908,00 | 0,00 | 0,00 | 8 908,00 |
| D1.2 - Abonos Variáveis ou Eventuais | P | 0,00 | 61 432,00 | 50 703,00 | 0,00 | 10 729,00 |
| D1.3 - Segurança social | | 1 288 622,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1 288 622,00 |
| D1.3 - Segurança social | P | 0,00 | 66 481,00 | 55 728,00 | 0,00 | 10 753,00 |
| D10 - Despesa com passivos financeiros | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| D2 - Aquisição de bens e serviços | | 1 383 228,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1 383 228,00 |
| D2 - Aquisição de bens e serviços | M | 0,00 | 10 664,00 | 1 267,00 | 0,00 | 9 397,00 |
| D2 - Aquisição de bens e serviços | P | 0,00 | 620 198,00 | 481 176,00 | 0,00 | 139 022,00 |
| D3 - Juros e outros encargos | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| D4 - Transferências e subsídios correntes | | 5 500,00 | 0,00 | 1 828,00 | 0,00 | 3 672,00 |
| D4.1 - Transferências correntes | | 5 500,00 | 0,00 | 1 828,00 | 0,00 | 3 672,00 |
| D4.1.1 - Administrações Públicas | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| D4.1.1.1 - Administração Central - Estado Português | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| D4.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| D4.1.1.3 - Segurança Social | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| D4.1.1.4 - Administração Regional | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| D4.1.1.5 - Administração Local | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| D4.1.2 - Entidades do setor não lucrativo | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| D4.1.3 - Famílias | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| D4.1.4 - Outras | P | 5 500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5 500,00 |
| D4.2 - Subsídios correntes | | 0,00 | 0,00 | 1 828,00 | 0,00 | 1.828,00- |
| D5 - Outras despesas correntes | | 2 032 710,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| D5 - Outras despesas correntes | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2 032 710,00 |
| D5 - Outras despesas correntes | M | 0,00 | 4 000,00 | 55 693,00 | 0,00 | 51.693,00- |
| D6 - Aquisição de bens de capital | P | 146 150,00 | 647 432,00 | 901 369,00 | 0,00 | 253.937,00- |
| D6 - Aquisição de bens de capital | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 146 150,00 |
| D6 - Aquisição de bens de capital | M | 0,00 | 33 388,00 | 0,00 | 0,00 | 33 388,00 |
| D7 - Transferência e subsídios de capital | P | 0,00 | 290 234,00 | 193 312,00 | 0,00 | 96 922,00 |
| D7.1 - Transferências de capital | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| D7.1.1 - Administrações Públicas | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| D7.1.1.1 - Administração Central - Estado Português | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| D7.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| D7.1.1.3 - Segurança Social | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| D7.1.1.4 - Administração Regional | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| D7.1.1.5 - Administração Local | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| D7.1.2 - Entidades do setor não lucrativo | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| D7.1.3 - Famílias | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| D7.1.4 - Outras | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| D8 - Outras despesas de capital | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| D9 - Despesa com ativos financeiros | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Total | | 10 483 426,00 | 6 792 744,00 | 6 792 744,00 | 0,00 | 10 483 426,00 |



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

3. ALTERAÇÕES AO PLANO ANUAL DE INVESTIMENTOS

Conforme referido anteriormente, não foi elaborado o Plano Plurianual de Investimento por não se encontrar previsto.

4. OPERAÇÕES DE TESOURARIA

As operações de tesouraria resultam das retenções e descontos feitos aos trabalhadores, designadamente Imposto sobre o Rendimento, Segurança Social, Caixa Geral Aposentações, ADSE, entre outras.

Durante o ano de 2021 foram efetuadas entregas consideradas com pagamentos no montante de 2.156.213,08 euros, que inclui 122.297,82 euros de verbas retidas no exercício de 2020 e que foram liquidadas e cobradas como receita em 2021.

| Código das Contas | Designação | Saldo Inicial | Recebimentos | Pagamentos | Saldo Final |
|-------------------|--|---------------|--------------|--------------|-------------|
| 07.1.9/07.2.9 | 07.1.9 / 07.2.9 - Outras receitas/despesas de operações tesouraria | 122 297,82 | 2 033 915,26 | 2 156 213,08 | 0,00 |
| Total | | 122 297,82 | 2 033 915,26 | 2 156 213,08 | 0,00 |

Os recebimentos e pagamentos ocorreram conforme a seguinte tabela:

| Designação | Recebimentos | Pagamentos |
|---|--------------|--------------|
| Retenção Imposto s/ Rendimento | 1 266 899,05 | 1 266 899,05 |
| Outras Retenções Receitas do Estado | 13 527,67 | 13 527,67 |
| Contribuições para CGA e Segurança Social | 542 458,80 | 542 458,80 |
| Entrega de ADSE | 121 165,16 | 121 165,16 |
| Entrega descontos para outras entidades | 6 180,43 | 6 180,43 |
| Entrega de outras Operações Tesouraria | 81 501,53 | 203 799,35 |
| Entg. de outras Ret. em Venc e Forc. - Op. Tes. | 2 182,62 | 2 182,62 |
| Total | 2 033 915,26 | 2 156 213,08 |



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

5. CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA – SITUAÇÃO DOS CONTRATOS

| Contrato | Entidade | Contrato | | | Data do 1.º pagamento | Pagamentos no período | | Pagamentos Acumulados |
|--------------|---|--|------------|-------------------|-----------------------|-----------------------|------------------|-----------------------|
| | | Objeto | Data | Valor do contrato | | Trabalhos normais | Trabalhos a mais | Trabalhos normais |
| 19IN59620000 | VODAFONE PORTUGAL, COMUNICAÇÕES PESSOAIS, SA | Aquisição do Sistema de Comunicações de Voz Fixa e Móvel, Internet e Televisão | 15.04.2019 | 163 801,02 € | 01.04.2020 | 57 959,40 € | | 52 688,50 € |
| 19IN59620002 | SOGRAMA - CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE JARDINS, SA | Prestação de Serviços de Manutenção do Jardim e das Floreiras Interiores do Tribunal Constitucional | 03.06.2019 | 17 623,44 € | 01.04.2020 | 6 853,56 € | | 5 384,94 € |
| 19IN59620003 | GOCARMAT, Lda | Aquisição de Serviços de Manutenção Automóvel da Frota Multimarca do Tribunal Constitucional | 03.05.2019 | 88 560,00 € | 01.04.2020 | 33 025,03 € | | 27 197,09 € |
| 19IN59620004 | INLOKI, Lda | Prestação de Serviços de Consultadoria e Arquitetura para o Tribunal Constitucional | 03.06.2019 | 24 354,00 € | 21.05.2020 | 2 460,00 € | | 7 380,00 € |
| 19IN59620005 | APPM & ASSOCIADOS, SROC, Lda | Aquisição de Serviços de Assessoria Técnica Contabilística e Financeira | 03.06.2019 | 24 477,00 € | 17.03.2020 | 6 119,28 € | | 11 218,68 € |
| 19IN59620006 | Ricoh Portugal Unipessoal, Lda | Fornecimento, Inst. e Configuração de Equip. Multifunções de Cópia, Imp. e Digit. Regime de Locação | 21.08.2019 | 87 010,20 € | 13.03.2020 | 30 770,40 € | | 28 058,87 € |
| 19IN59620007 | ISS FACILITY SERVICES - Gestão e manutenção de Edifícios, Lda | Prest. Serv Limpeza, Forno, de consumíveis de higiene e manut. técnica das inst. da ECFP | 01.09.2019 | 25 029,20 € | 20.04.2020 | 6 311,53 € | | 9 590,41 € |
| 20IN59620000 | ALEXANDRA MILENE ESTÁCIO DIAS | Aquisição de Serviços de Manutenção das Instalações do Tribunal Constitucional | 01.02.2020 | 16 236,00 € | 25.03.2020 | 1 476,00 € | | 14 760,00 € |
| 20IN59620004 | 2045 - EMPRESA DE SEGURANÇA, SA | Aquisição de Serviços de Vigilância e Segurança de Pessoas e Bens para o Tribunal Constitucional | 02.03.2020 | 90 651,00 € | 25.06.2020 | 45 325,44 € | | 33 994,08 € |
| 21AD59620000 | COBENG Lda | Empreitada de Obras Públicas de Reabilitação da «Cozinha Velha» do Tribunal Constitucional - Trabalhos Complementares | 24.06.2020 | 12 492,93 € | 22.03.2021 | | 12 492,93 € | |
| 20IN59620008 | OPERANDUS - Limpeza Profissional, Lda. | Aquisição de Serviços de Limpeza para o Tribunal Constitucional | 01.07.2020 | 63 369,53 € | 18.08.2020 | 37 776,83 € | | 25 592,65 € |
| 20IN59620009 | MULTIMAC - Máquinas e Equipamentos de Escritório, SA | Locação de Bens Móveis | 01.06.2020 | 1 230,54 € | 27.08.2020 | 599,85 € | | 149,70 € |
| 20IN59620013 | Oliveira e Rego Associados, SROC | Aquisição de Serviços de Auditoria Financeira Externa às Contas de Campanha Eleitoral de Eleição para a Assembleia da República a 6 de outubro de 2019 | 06.11.2020 | 32 496,60 € | 23.12.2020 | 25 997,28 € | | 6 499,32 € |



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA – SITUAÇÃO DOS CONTRATOS

| Contrato | Entidade | Contrato | | | Data do 1.º pagamento | Pagamentos no período | | Pagamentos Acumulados |
|--------------|--|--|------------|-------------------|-----------------------|-----------------------|------------------|-----------------------|
| | | Objeto | Data | Valor do contrato | | Trabalhos normais | Trabalhos a mais | Trabalhos normais |
| 20IN59620021 | ANO - Sistemas de Informática e Serviços, Lda | Aquisição de Sistema Eletrónico de gestão documental | 03.12.2020 | 36 900,00 € | 17.12.2020 | 3 690,00 € | | 33 210,00 € |
| 21IN59620000 | Mário Lourenço, Instalações elétricas | Aquisição de serviços de manutenção das instalações elétricas do Tribunal Constitucional | 16.02.2021 | 6 642,00 € | 26.02.2021 | 5 400,00 € | | |
| 21IN59620001 | ESPAP - Entidade de Serviços Partilhados da Administração | Termo de adesão ao Gerfip 2021 | 12.01.2021 | 34 563,00 € | 17.08.2021 | 31 106,71 € | | |
| 21IN59620002 | GIGANORMA, Lda | Aquisição de Serviços de Desenvolvimento de Módulo de Custas para o Sistema Informático do Tribunal | 19.01.2021 | 11 365,20 € | 01.02.2021 | 11 365,20 € | | |
| 21IN59620003 | Gráficos à Lapa - Comunicação e Imagem, Lda | Aquisição de Serviços de Encadernação, Revisão de Texto, e Paginação de 9 E-Books - Coletâneas e Acordãos | 05.02.2021 | 60 516,00 € | 27.07.2021 | 6 703,50 € | | |
| 21IN59620004 | RESTAUROMED-Proj. Fiscalização, Medições e Orçamentos de Construção Civil, Lda | Aquisição de serviços de manutenção do Palácio Ratton | 01.02.2021 | 60 516,00 € | 14.04.2021 | 15 129,00 € | | |
| 21IN59620005 | LINKCOM - Sitemas de Informação, S.A. | Aquisição excecional de 14 computadores portáteis no âmbito da implementação do regime de teletrabalho obrigatório | 29.01.2021 | 13 672,68 € | 16.02.2021 | 13 672,68 € | | |
| 21IN59620006 | Formeooffice Industria e Com. Mob. d Escritório Lda | Aquisição de mobiliário para o Gabinete de Apoio | 18.02.2021 | 3 598,00 € | 29.03.2021 | 3 598,00 € | | |
| 21IN59620007 | Visualforma, Tecnologias de Informação, S.A | Aquisição de Equipamento Informático UPS | 25.03.2021 | 9 040,50 € | 17.05.2021 | 9 040,50 € | | |
| 21IN59620008 | Rentokil Initial Portugal - Serviços de Protecção Ambiental, Lda | Aquisição de equipamentos de desinfeção de mãos | 29.03.2021 | 4 696,34 € | 16.04.2021 | 1 956,80 € | | |
| 21IN59620009 | DataGate - Desenvolvimento de Soluções Informáticas, Lda | Aquisição excecional de monitores | 02.03.2021 | 7 197,96 € | 23.03.2021 | 7 197,96 € | | |
| 21IN59620010 | Esteves&Pinho, SROC, Lda | Aquisição de Serviços de Revisão Oficial de Contas | 26.03.2021 | 39 852,00 € | 26.08.2021 | 13 284,00 € | | |
| 21IN59620011 | AXIANSEU - Digital Solutions, S.A. | Aquisição de Renovação de Licenciamento Microsoft | 14.04.2021 | 53 871,42 € | 18.06.2021 | 53 871,42 € | | |
| 21IN59620012 | ZERTIVE, S.A. | Aquisição de Serviços de Consultoria nas Áreas da Segurança Eletrónica e de Dados e das Tecnologias de Informação e de Comunicação | 20.04.2021 | 30 627,00 € | 17.08.2021 | 15 313,50 € | | |
| 21IN59620013 | GIGANORMA, Lda | Aquisição de Alterações no Código das Aplicações do SGISJ # Adaptação Do Módulo de Custas | 19.03.2021 | 1 033,20 € | 28.04.2021 | 1 033,20 € | | |



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA – SITUAÇÃO DOS CONTRATOS

| Contrato | Entidade | Contrato | | | Data do 1.º pagamento | Pagamentos no período | | Pagamentos Acumulados |
|--------------|---|--|------------|-------------------|-----------------------|-----------------------|------------------|-----------------------|
| | | Objeto | Data | Valor do contrato | | Trabalhos normais | Trabalhos a mais | Trabalhos normais |
| 21IN59620015 | UAHUAH-Comércio Electrónico de Informação Lda | Aquisição de publicações periódicas 2021 | 25.06.2021 | 925,82 € | 18.08.2021 | 723,46 € | | |
| 21IN59620016 | Sara Marques de Carvalho Martins Canha | Aquisição Serviços de Monitorização da Campanha Eleitoral das Eleições Autárquicas de 2021 | 27.05.2021 | 7 380,00 € | 17.11.2021 | 7 380,00 € | | |
| 21IN59620017 | TECNICLIMA - Projetos Climatização, Lda | Manutenção de equipamentos de aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC) | 21.06.2021 | 48 946,01 € | 17.08.2021 | 26 598,99 € | | |
| 21IN59620020 | Renault Retail Group Portugal, S.A | Aquisição de manutenção em período de garantia da viatura AE-22-JX | 24.05.2021 | 3 000,00 € | 20.07.2021 | 532,00 € | | |
| 21IN59620021 | Wondetievel Partners, Lda | Aquisição de Serviços de Consultoria de Comunicação para o Tribunal Constitucional | 11.06.2021 | 24 354,00 € | 21.07.2021 | 12 177,00 € | | |
| 21IN59620024 | ISS FACILITY SERVICES - Gestão e manutenção de Edifícios, Lda | Aquisição de Serviços de Limpeza e de Manutenção das Instalações da ECFP | 09.09.2021 | 29 785,38 € | 22.12.2021 | 3 227,38 € | | |
| 21IN59620025 | MARKA - Marketing Aplicado, Lda UAHUAH-Comércio Electrónico de Informação Lda | Aquisição de publicações periódicas 2021 | 10.08.2021 | 4 244,18 € | 18.08.2021 | 3 286,58 € | | |
| 21IN59620027 | Interlimpe - Facility Services, SA | Aquisição Serviços de Limpeza das Instalações do Tribunal Constitucional | 19.08.2021 | 71 293,46 € | 21.10.2021 | 17 823,36 € | | |
| 21IN5962002B | OPERANDUS - Limpeza Profissional, Lda | Aquisição Serviços Limpeza - TC (até 3 meses) | 18.08.2021 | 14 187,53 € | 20.08.2021 | 14 187,53 € | | |
| 21IN59620030 | GIGANORMA, Lda | Aquisição de Serviços de Manutenção do SGISJ | 18.11.2021 | 81 475,20 € | 20.12.2021 | 738,00 € | | |
| 21IN59620032 | KENNISTRANSLATIONS, Lda | Aquisição serviços de tradução para a língua inglesa dos acordãos n.º 422/2020 e n.º 123/2021 do tribunal Constitucional | 27.10.2021 | 14 234,64 € | 21.12.2021 | 14 234,64 € | | |



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

6. CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA – FORMA DE ADJUDICAÇÃO

| Tipo de contrato | Adjudicações por tipo de procedimento | | | | | | | | | | | | | | Total | |
|--|---------------------------------------|------------------|---|------------------|----------------------------|------------------|-----------------------|------------------|---------------|------------------|-----------------|------------------|--------------------------|------------------|--------------|--------------|
| | Concurso público | | Concurso limitado por prévia qualificação | | Procedimento de negociação | | Diálogo concorrencial | | Ajuste direto | | Consulta prévia | | Parceria para a inovação | | | |
| | N° contratos | Preço contratual | N° contratos | Preço contratual | N° contratos | Preço contratual | N° contratos | Preço contratual | N° contratos | Preço contratual | N° contratos | Preço contratual | N° contratos | Preço contratual | N° contratos | Valor |
| Aquisição de Serviços (CCP) | 2 | 178 300,80 € | | | | | | | 10 | 96 295,04 € | 10 | 384 979,42 € | | | 22 | 659 575,26 € |
| Empreitadas e Obras Públicas (CCP) | | | | | | | | | | | 1 | 12 492,93 € | | | 1 | 12 492,93 € |
| Locação e Aquisição de Bens Móveis (CCP) | | | | | | | | | 5 | 63 727,98 € | 1 | 29 785,38 € | | | 6 | 93 513,36 € |

7. TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS – DESPESA

O montante de 3.5000 euros do mapa de transferências concedidas corresponde à contribuição do Tribunal Constitucional.

| Tipo de despesa | Entidade beneficiária | Finalidade | Despesas orçamentadas | Despesas autorizadas | Despesas pagas | Despesas autorizadas e não pagas | Devolução de transferências/ subsídios ocorrida no exercício |
|--------------------------------|---|-------------------------------------|-----------------------|----------------------|----------------|----------------------------------|--|
| 04.09.03 | | | 3 672,00 | | | | |
| 04.09.03 | Conferência Mundial de Justiça Constitucional | Prog: 001 Medi: 001 Proj: Ativ: 263 | | 2 000,00 | 2 000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 04.09.03 | Conferências dos Tribunais Constitucionais Europeus | Prog: 001 Medi: 001 Proj: Ativ: 263 | | 1 500,00 | 1 500,00 | 0,00 | 0,00 |
| Total transferências correntes | | | 3 672,00 | 3 500,00 | 3 500,00 | 0,00 | 0,00 |



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

8. TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS - RECEITA

Mapa das transferências recebidas no âmbito das Solicitações de Transferência de Fundos (STF).

| Tipo de receita | Entidade financiadora | Finalidade | Receitas previstas | Receitas recebidas | Receitas previstas não recebidas | Devolução de transferências / subsídios ocorrida no exercício |
|---------------------------------|-----------------------|---------------------|--------------------|--------------------|----------------------------------|---|
| 06.03.01 | | | 8 969 122,00 | | 8 969 122,00 | |
| 06.03.01 | DGO/STF | Prog: 001 Medi: 001 | | 6 746 586,10 | -6 746 586,10 | 0,00 |
| 06.03.01 | DGO/STF | Prog: 001 Medi: 095 | | 6 383,84 | -6 383,84 | 0,00 |
| 06.03.01 | DGO/STF | Prog: 001 Medi: 096 | | 37 952,38 | -37 952,38 | 0,00 |
| Total transferências correntes | | | 8 969 122,00 | 6 790 922,32 | 2 178 199,68 | 0,00 |
| 10.03.01 | | | 32 166,00 | | 32 166,00 | |
| 10.03.01 | DGO/STF | Prog: 001 Medi: 001 | | 32 164,16 | -32 164,16 | 0,00 |
| Total transferências de capital | | | 32 166,00 | 32 164,16 | 1,84 | 0,00 |



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

9. OUTRAS DIVULGAÇÕES

9.1. COMPROMISSOS PLURIANUAIS

| Nº de Contrato | Contrato | | | | Pagamentos previstos para anos futuros | | | |
|----------------|--|---|--------------------|-------------------|--|-------------|-------------|----------------|
| | Entidade | Objeto | Data de celebração | Valor do contrato | 2022 | 2023 | 2024 | Anos Seguintes |
| 19IN59620002 | SOGRAMA - Construção e Manutenção de Jardins, SA | Prestação de Serviços de Manutenção do Jardim e das Floreas Interiores do Tribunal Constitucional | 03/06/2019 | 17 623,44 € | 2 447,70 € | | | |
| 19IN59620006 | Ricoh Portugal Unipessoal, Lda | Fornecimento, Inst. e Configuração de Equip. Multifunções de Cópia, Imp. e Digit. Regime de Locação | 21/08/2019 | 87 010,20 € | 16 624,39 € | | | |
| 20IN59620004 | 2045 - Empresa de Segurança, SA | Aquisição de Serviços de Vigilância e Segurança de Pessoas e Bens para o Tribunal Constitucional | 02/03/2020 | 90 651,00 € | 7 554,25 € | | | |
| 20IN59620009 | MULTIMAC - Máquinas e Equipamentos de Escritório, SA | Locação de Bens Móveis | 01/06/2020 | 1 230,54 € | 410,18 € | 136,73 € | | |
| 21IN59620003 | Gráficos à Lapa - Comunicação e Imagem, Lda | Aquisição anual de três (3) volumes da coletânea de Acórdãos do Tribunal Constitucional em livro digital (e-book) | 01/06/2021 | 60 331,50 € | 20 110,50 € | 20 110,50 € | 6 703,50 € | |
| 21IN59620004 | RESTAUROMED-Proj. Fiscalização, Medições e Orçamentos de Construção Civil, Lda | Aquisição de Serviços de Manutenção do Palácio Ratton | 01/02/2021 | 60 516,00 € | 20 172,00 € | 20 172,00 € | 1 681,00 € | |
| 21IN59620008 | Rentokil Initial Portugal - Serviços de Protecção Ambiental, | Aquisição de 13 equip. dispens. de desinf. de mãos adequado à prevenção da transmissão do vírus SARS-CoV-2, incluindo 13 visitas anuais de manutenção e 91 recargas | 19/03/2021 | 4 696,34 € | 2 348,17 € | 391,36 € | | |
| 21IN59620010 | Esteves&Pinho, SROC, Lda | Aquisição de Serviços de Revisão Oficial de Contas | 25/03/2021 | 39 852,00 € | 13 284,00 € | 13 284,00 € | | |
| 21IN59620014 | IDRYL Consulting, Lda | Aquisição de Serviços de Implementação do Sistema de Informação da ECFP | 26/10/2021 | 96 825,60 € | 48 412,80 € | | | |
| 21IN59620017 | TECNICLIMA Projectos de Climatização, Lda | Manutenção de equipamentos de aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC), por três anos | 21/06/2021 | 56 580,00 € | 8 610,00 € | 8 610,00 € | 4 305,00 € | |
| 21IN59620021 | Wonderlevel Partners, Lda | Aquisição de Serviços de Consultoria de Comunicação para o Tribunal Constitucional | 11/06/2021 | 24 354,00 € | 10 147,50 € | | | |
| 21IN59620024 | ISS FACILITY SERVICES - Gestão e manutenção de Edifícios, Lda | Aquisição de Serviços de Limpeza da ECFP | 09/09/2021 | 29 785,38 € | 9 928,47 € | 9 928,47 € | 6 618,98 € | |
| 21IN59620027 | Interlimpe - Facility Services, SA | Aquisição de Serviços de Limpeza das Instalações do Tribunal Constitucional | 01/09/2021 | 71 293,46 € | 34 310,58 € | | | |
| 21IN59620030 | GIGANORMA, Lda | Aquisição de Serviços de Manutenção do Sistema de Gestão Informático da Secretaria Judicial | 02/12/2021 | 81 475,20 € | 27 158,40 € | 27 158,40 € | 22 632,00 € | |



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

9.2. DÍVIDAS POR ANTIGUIDADE DE SALDO

| Descrição | Dívida vinculada | | Intervalos de antiguidade da dívida | | | | Exceções | Pagamentos em atraso | Total da dívida por natureza da | | |
|--|------------------|--------------------|-------------------------------------|------------|-------------|------------|----------|----------------------|---------------------------------|--------------------|---------------|
| | Curto prazo | Médio/ Longo prazo | <90 | (90 - 180) | (180 - 365) | > 365 dias | | | Curto Prazo | Médio/ Longo Prazo | Soma |
| Despesas Correntes | 57,91 | - | 315,00 | - | - | - | - | - | 372,91 | - | 372,91 |
| Despesas com Ressoal | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Remunerações Certas e Permanentes | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Abonos Variáveis ou Eventuais | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| SS - Encargos com saúde | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| ADSE e Outros da AP | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outros sectores fora da AP | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| SS - Contribuições de segurança social | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| CGA | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Segurança Social - Regime Geral | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outras | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| SS - Outras | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| SS - Outras | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Aquisição de Bens e Serviços | 57,91 | - | 315,00 | - | - | - | - | - | 372,91 | - | 372,91 |
| Aquisição de Bens e Serviços | 57,91 | - | 315,00 | - | - | - | - | - | 372,91 | - | 372,91 |
| Juros e outros encargos | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Juros e outros encargos | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Transferências Correntes | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Administrações Públicas | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outras Transferências correntes | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Subsídios | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Subsídios | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outras Despesas Correntes | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outras Despesas Correntes | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Despesas de Capital | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Aquisições de Bens de Capital | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Aquisições de Bens de Capital | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Transferências de Capital | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Administrações Públicas | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outras Transferências de Capital | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Aquisição de ativos financeiros | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Aquisição de ativos financeiros | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Reembolsos de passivos financeiros | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Reembolsos de passivos financeiros | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outras Despesas de Capital | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outras Despesas de Capital | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Total | 57,91 | - | 315,00 | - | - | - | - | - | 372,91 | - | 372,91 |